LISLIÊ LÚCIA LIMA PEREIRA RIBEIRO

ESCOLA, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO DA SEXUALIDADE

Orientadora: Prof.ª Doutora Suely Aparecida Galli Soares
Coorientadora: Prof.ª Doutora Ana Paula Silva

Escola Superior de Educação Almeida Garret

Lisboa
2013

LISLIÊ LÚCIA LIMA PEREIRA RIBEIRO

ESCOLA, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO DA SEXUALIDADE

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação, área de especialização em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores, conferido pela Escola Superior de Educação Almeida Garret.

Orientadora: Prof.ª Doutora Suely Aparecida Galli Soares
Coorientadora: Prof.ª Doutora Ana Paula Silva

Escola Superior de Educação Almeida Garret

Lisboa

2013

EPÍGRAFE

"Educar não se limita a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, aquele (...) que o professor considera o mais correto, mas é ajudar a pessoa a tomar consciência de si mesma, dos outros e da sociedade. É aceitar-se como pessoa e saber aceitar os outros. É oferecer várias ferramentas para que a pessoa possa escolher entre muitos caminhos, aquele que for compatível com seus valores, sua visão de mundo e com as circunstâncias adversas que cada um irá encontrar. Educar é preparar para a vida".

Constance Kamii.

Dedicatória

Ao meu querido e amado pai ***Pedro****, que sempre incentivou o estudo dos filhos. Obrigada por tudo, sei que o senhor estaria orgulhoso por mais esta conquista nossa. Amo-o muito e sempre! (in memoriam)*

A minha querida e amada mãe ***Maria****, que me ensinou a andar, falar, sonhar e acreditar que tudo pode ser melhor. Obrigada por ser presença mesmo na ausência! Amo-a muito e sempre! (in memoriam)*

Agradecimentos

*A **Deus** por me dar forças e estar presente em minha vida!*

*Ao meu amado marido **Rogério**, que esteve e está sempre comigo, sem ele não teria conseguido. "Se foi amor o que nos fez olhar na mesma direção, se foi amor o que nos fez tomar a mesma decisão, se foi amor, que fale o coração e nunca mais se canse de falar: Te amo e te amarei...!" (Pe. Zezinho). Obrigada por fazer parte da minha vida e torná-la mais suave!*

*Ao meu filho amado **Ryan**, presente de Deus. Obrigada filho por ajudar a mamãe a estudar e ser uma pessoa melhor. Amo-te pra sempre!*

*Aos meus irmãos **Lilia, Gilson, Ana, Pedro, Zelina e Magaly**. Obrigada por ser presença mesmo estando ausentes! Amo vocês!*

*A minha fiel amiga e companheira **Viviane da Rocha** com quem formamos uma equipe maravilhosa! Obrigada por me ajudar, por estar ao meu lado sempre, aceitar meu filho como seu sobrinho e ainda "emprestar" sua "mãe" e sua família pra mim... Não tenho palavras pra agradecer!*

A todos os meus amigos de longe e de perto! Obrigada pelo carinho!

*Aos meus familiares de **Belo Horizonte** e **Carlópolis**. Obrigada pela torcida!*

*À querida orientadora professora **Suely Aparecida Galli Soares**, por ter me guiado e ensinado neste caminho!*

*À professora **Karina Vicentin**, que se fez presente nesta caminhada!*

*Ao grupo **Lusófono (Brasil – Portugal)** por me acolher como aluna e pesquisadora.*

*A **unidade escolar** em que realizei minha pesquisa ação, na pessoa da diretora **Lígia**, obrigada pelo acolhimento e receptividade!*

Resumo

'Escola, Família e Educação da Sexualidade' fundamenta historicamente o processo de desenvolvimento da sexualidade na sociedade humana em Freud, Foucault e outros, como suporte teórico para abordar a necessidade de buscar a formação da criança na parceria escola e família, amparados pela lei nº 9.394/96, das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e Parâmetros Curriculares Nacionais em seus Temas Transversais.Visa compreender a complexidade da temática em uma unidade escolar por meio da pesquisa ação, na identificação, descrição e análise da prática educativa reflexiva. Utiliza a abordagem qualitativa e visão dialética, o que pressupõe o processo histórico da sociedade e dos sujeitos. Indaga os professores do Ensino Fundamental I do município de Cotia - SP sobre a relação escola e família, constituída em parceria, de forma a favorecer a orientação educativa da sexualidade. Destacam no contexto do Projeto Político Pedagógico escolar, os desafios e perspectivas dessa relação, a concepção dos docentes sobre essa questão e o desenvolvimento integral do aluno.Conclui que escola e família revelam dificuldades em abordar o tema com as crianças e reconhecem a necessidade da parceria entre elas. As análises contribuem para o Projeto Político Pedagógico da escola, possibilitam a caracterização da relação escola e família e indicam a necessidade de revisão de posturas e valores, reforçados na proposta de orientação educativa da sexualidade, produto deste estudo de caso e desenvolvida pela pesquisadora em horário de trabalho pedagógico coletivo, durante a pesquisa ação. Este estudo motivou a construção do conhecimento indicando novas pesquisas e aprofundamento.

Palavras - chave: Relação Escola e Família, Orientação Educativa da Sexualidade, Ensino Fundamental I.

Abstract

"School, Family and Sexuality Education" historically underlies the process of sexuality development in human society in Freud, Foucault and others, as theoretical support to approach the need of reaching child's education based on the partnership between school and family, supported by the Law nº 9394/96, from Guidelines and Bases of Brazilian Education and National Curriculum Guidelines, in their cross-cutting themes.It aims to understand the complexity of the theme in a school unit through research-action in the identification, description and analysis of the reflexive educational practice.It uses the qualitative approach and the dialectic view, what presupposes the society and individuals historical process.It inquires teachers from Elementary School in the city of Cotia – SP, about the relationship school and family constituted in partnership, so that it can favor the sexuality educational orientation.It highlights, in the school Pedagogical and Political Project, the challenges and perspectives of this relationship, the teachers conception about this issue and the student's integral development.

Key-words: Relationship School and Family, Sexuality Educational Orientation, Elementar School.

Abreviaturas

APA	American Psychiatric Association
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (do inglês Acquired Immunodeficiency Syndrome)
APM	Associação de Pais e Mestres
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DL	Decreto Lei
DST's	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
HTPC	Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROFA	Programa de Formação de Professores Alfabetizadores
SME	Secretaria Municipal de Educação
UNESCO	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (do inglês United Nations Educational Scientifc and Cultural Organazation

Índice Geral

Introdução..... 01

CAPÍTULO I Sexualidade, Educação e Família: Uma Visão Sócio-Histórica 13

1.1 Períodos da História da Humanidade e a Sexualidade..... 14

1.2 As Mudanças Conceituais na Sociedade Capitalista..... 22

1.3 Educação, Sociedade percursos que fundamentam conceitos..... 23

1.4 A Família e Educação da Sexualidade: Reflexos..... 28

CAPÍTULO II A Produção do Conhecimento sobre Sexualidade 31

2.1 Freud: Identidade e Contribuições Para Estudos da Sexualidade..... 32

2.1.1 Fases do Desenvolvimento Psicossexual Segundo Freud..... 36

2.2 Foucault: Identidade e Contribuições Para Estudos da Sexualidade..... 41

2.2.1 Foucault e a Vontade de Saber..... 42

2.2.2 Arte Erótica e Ciência Sexual: Sobre a Verdade do Sexo..... 43

2.3 Considerações Destes Pressupostos no Âmbito Escolar..... 46

CAPÍTULO III. A Orientação Educativa da Sexualidade no Âmbito da Docência . 48

3.1 A Formação e a Prática Docente do Professor da Educação Básica..... 49

3.2 Políticas Educacionais Orientadoras..... 55

3.3 Incidências Filosóficas da Ética e Moral no Cotidiano Escolar..... 57

3.4 Função Social da Escola e a Sexualidade..... 60

3.5 Escola e Família: Uma Parceria em Prol da Orientação Educativa da Sexualidade..... 62

CAPÍTULO IV Relação Escola e Família na Orientação Educativa da Sexualidade..... 66

4.1 O Caso como se nos apresenta..... 67

4.2 Lócus e Sujeitos da Pesquisa..... 68

4.2.1 Clientela: Alunos e Comunidade de Famílias..... 70

4.3 Metodologia da Pesquisa..... 70

4.3.1 Percurso das Leituras..... 72

4.3.2 Apresentação da Proposta de Pesquisa na Unidade Escolar..... 73

4.4 O Processo de Pesquisa: Passos do Caminho..... 74

4.4.1 Meninos o que sabem..... 76

4.4.2 Meninas em busca de cumplicidade..... 78

4.4.3 Manifestações dos Meninos e das Meninas nas Categorias: Informação, Formação e Relação Escola e Família..... 80

4.5 Professores: como tratar o assunto?..... 81

4.5.1 Manifestações dos Profissionais Educadores nas Categorias: 87
Informação, Formação e Relação Escola e Família.....
4.5.2 Planejamento Familiar e Métodos Contraceptivos..... 88
4.5.3 A Família: Pais e/ou Responsáveis o que pensam..... 90
4.5.4 Professores o que pensam..... 92
Considerações Finais..... 94
Bibliografia..... 99
Apêndices..... 108
Anexos..... 133

Índice de Quadros

Quadro 1 – Quadro de alunos..... 10
Quadro 2 – Categorias de análise..... 71
Quadro 3 – Cronograma de atividades..... 74
Quadro 4 – O que o educador pensa sobre sexualidade 83
Quadro 5 – Dificuldades para abordar a sexualidade..... 84
Quadro 6 – O que é necessário para abordar a sexualidade..... 84
Quadro 7 – O que compete a escola..... 85
Quadro 8 – Ações que a escola poderia desenvolver..... 86

Índice de Figura/Fotografia

Figura 1 – Ações e atitudes que favorecem a orientação educativa da sexualidade..... 02
Fotografia 1 – Vista da escola..... 69
Fotografia 2 – Momento da Palestra..... 89
Fotografia 3 – Pesquisadora..... 89

Índice de Apêndice e Anexos

Apêndices 108
Apêndice I – Cronograma de atividades..... 109
Apêndice II – Termo de Consentimento da Pesquisa..... 112
Apêndice III – Autorização de imagem..... 114
Apêndice IV – Pesquisa com os alunos..... 116
Apêndice V – Pesquisa com as famílias dos alunos..... 118
Apêndice VI – Carta aos pais e/ou responsáveis..... 120
Apêndice VII – Pesquisa do dia da palestra..... 122
Apêndice VIII – Proposta de trabalho para a unidade escolar..... 124
Anexos 133
Anexo I – Texto reflexivo: Um projeto pedagógico de natureza educativa, autônoma e cidadã..... 134
Anexo II – Texto reflexivo: As atitudes dos pais e educadores frente à sexualidade das crianças 137

Introdução

Ao buscarmos as razões em favor da educação em sexualidade, encontramos nos documentos da UNESCO[1] de 2010 que o objetivo primário dessa educação em sexualidade é equipar crianças e jovens com os conhecimentos, habilidades e valores para fazer escolhas responsáveis sobre seus relacionamentos sexuais e sociais num mundo afetado pelas doenças sexualmente transmissíveis, entre outras questões de saúde do indivíduo.

Os programas de educação em sexualidade em geral possuem vários objetivos que se reforçam mutuamente no sentido de aumentar conhecimentos e compreensão sobre as questões; explicar e esclarecer sentimentos, valores e atitudes; desenvolver ou fortalecer habilidades a ela ligadas, promover e sustentar comportamentos de redução de risco por meio da compreensão e consciência acerca dos mesmos.

Assim, num contexto em que o desconhecimento e ignorância, ou ainda, informações errôneas podem ameaçar a vida, torna-se uma responsabilidade de autoridades e instituições de educação e saúde, ações que contenham esse conhecimento e informações capazes de preservar a saúde das pessoas. Ao referir-se a educação no sistema escolar, essa interpretação remete ao professor em sala de aula e sua responsabilidade de agir em parceria com pais e comunidades, a fim de garantir a proteção e o bem estar de crianças e jovens.

Essa questão mais ampla coloca a Orientação Educativa da Sexualidade como tema de ordem do dia na escola em seus diversos espaços, ultrapassando as fronteiras do currículo disciplinar e de gênero, atingindo o centro das conversas de meninos e meninas, denotando-se nelas o interesse e a curiosidade de elementos fundamentais para a apropriação do conhecimento.

Professores e especialistas da escola por sua vez debatem sobre as formas de abordagens, tendo em vista a multiplicidade sociocultural que caracteriza a família brasileira, seja quanto à escolarização, religião, localidade, entre outros.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), por sua vez se vale dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's,1997) para sugerir atividades que contribuem nessa orientação.

---

[1] UNESCO 2010 - Esta tradução foi produzida pela UNESCO Brasília, nós agradecemos a contribuição de Maria Rebeca Otero Gomes. Tradução: Rita Brossard. Publicado por UNESCO Setor Educacional - Divisão de Coordenação das Prioridades da ONU em Educação - Seção VIH e SIDA – UNESCO
Site Web: www.unesco.org/aids
E-mail: aids@unesco.org
Elaborado e impresso pela UNESCO
ED-2009/WS/36 Rev.2 (CLD 4894.9)

Nossa inserção na realidade escolar como professora do sistema público municipal nos levou a observar preocupadamente essa questão manifestada no cotidiano escolar.

Ao ingressar no mestrado com essa inquietação e diante da tarefa que define o projeto de pesquisa e nele, o objeto de investigação, realizamos uma pesquisa com o intuito de descobrir se nossa percepção sobre o fenômeno poderia ser mais claro e objetivo por meio da manifestação de outros professores e educadores que convivem com a problemática. Assim, fortaleceríamos os argumentos da justificativa direcionando mais pontualmente o tema que, de antemão, o considerávamos abrangente e aberto a uma gama de olhares.

Realizamos uma primeira intervenção junto aos sujeitos da pesquisa no dia 11 de fevereiro de 2012, professores da rede municipal de Cotia e universitários de diferentes cursos de graduação.

Na ocasião, após uma palestra sobre a pesquisa na pós-graduação tendo a prática educativa escolar como campo da problematização e estudos, nos reunimos com o objetivo de apresentar nossa intenção de pesquisa, distribuindo ao final uma questão que solicitava aos presentes que enumerassem por ordem de importância as ações e atitudes que podem favorecer a orientação educativa da sexualidade. As opções eram rodas de conversa com diálogo franco; conteúdo curricular trabalhado nas disciplinas; palestras e debates no decorrer do ano letivo; parceria família e escola na formação do sujeito ou outro.

A maioria das respostas apontou a parceria família e escola na formação do sujeito, como a ação e atitude que mais favorece a orientação educativa da sexualidade. Essa dinâmica serviu para reforçar 'A Relação Escola e Família' no recorte para nossa pesquisa.

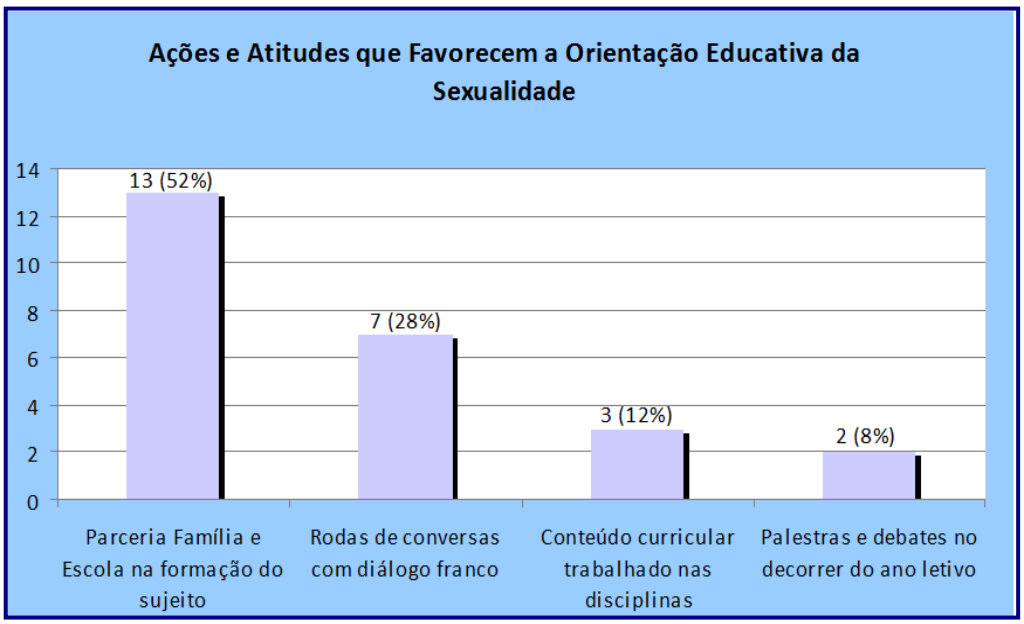


Figura 1: Ações e atitudes que favorecem a orientação educativa da sexualidade

Explicando nosso entendimento sobre a Relação Escola e Família nesse estudo e pesquisa.

A Relação Escola e Família deflagra questões que identificam o contexto da vida atribulada na atual sociedade, onde a falta de tempo, de condições e ambientes propícios no seio das famílias levam os pais e familiares a deixar seus filhos para os cuidados da escola durante períodos diários cada vez mais longos, situação difícil de ser revertida, instalando uma sensível perda no relacionamento família e educação escolar das crianças, perda essa que a escola não pode sozinha repor. (Paro, 2000).

Por outro lado, sabe-se que há, comprovadamente, um ganho efetivo quando ocorre a complementaridade recíproca, escola e família no trabalho educativo para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças.

São inúmeras as questões em que a participação da família nas ações da escola, pode ser encaminhada com sucesso. Neste trabalho destacamos a orientação educativa da sexualidade e a importância da integração escola e família para que se torne relevante a conscientização da família e a formação dos educadores e especialistas da escola ao abordar e encaminhar a questão de modo a superar as dificuldades e avançar nos objetivos de um Projeto Pedagógico amparado pela legislação.

Buscar um entendimento mais preciso sobre a formação necessária aos educadores para o convívio com a diversidade no contexto da educação da sexualidade, encontra nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), de Orientação Sexual, o seguinte:

> "O professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas especificas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto dos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática..." (Parâmetros Curriculares Nacionais [PCN's]: Orientação Sexual, 1997b, p.84)

Percebemos que é necessário o educador ter uma formação específica e continuada para conduzir o trabalho de orientação sexual, bem como romper com paradigmas educacionais que colocam o foco da gestão educacional em ações estanques, esporádicas e não nos processos contínuos democratizadores da relação escola e família em seu cotidiano. Implica desafiar a linearidade e a fragmentação de currículos disciplinares e disciplinados. Cabe assim à equipe escolar, atitudes éticas para transmitir valores livres de crenças e opiniões, uma vez que é papel da mesma possibilitar práticas reflexivas, que levem os sujeitos a desenvolverem sua autonomia e assim, ele próprio, eleger seus valores.

No entanto, não basta ao educador ter uma formação específica e continuada, essa formação precisa ser transformadora, pois:

> “A experiência tem demonstrado que não basta haver conhecimento da transformação da realidade para que a transformação ocorra. Isto é assim mesmo quando o conhecimento da transformação é suficientemente lúcido e reflexivo para começar pela transformação do conhecimento, como bem se demonstra no relativo fracasso dos projetos de investigação-ação.” (Santos, 1989, p.48-49)

Para uma educação de caráter transformador é preciso que ela seja emancipadora, levando o indivíduo a transformar o conhecimento que possui por meio da reflexão, de questionamentos, além de dialogar com os conflitos existenciais e sociais no contexto em que está inserido, para tornar-se autônomo na construção do conhecimento.

Há nesta questão uma diversidade de entendimentos e conceituações a serem adotadas, mas aparentemente, a maioria dos estudiosos considera que a sexualidade supõe ou implica mais do que corpos, nela está envolvido fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos, representações mobilizadas, ou postos em ação para expressar desejos e prazeres.

Desta forma, nos dedicamos a essa pesquisa e neste campo buscamos considerar os estudos de Michel Foucault (1988), em especial a sua obra “História da Sexualidade: A Vontade de Saber, Volume I”. Como referência que implica ao pesquisador assumir que “(...) a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico... não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco desvelar” (Foucault, 1988/2010a, p.100).

Entendemos que a sexualidade é um conhecimento produzido na cultura, que sofre instabilidade, multiplicidade e se expressa singularmente em cada indivíduo. Cremos que a convivência e respeito frente à diversidade, ou às múltiplas manifestações de ordem afetiva no âmbito da sexualidade é um exercício humanizador da relação escola e família.

A questão da diversidade, no âmbito da orientação educativa da sexualidade é abrangente e apesar de muito se falar a respeito dela na sociedade em geral e, no cotidiano escolar, essas informações nem sempre são contextualizadas, traduzidas para o entendimento e compreensão.

O senso comum, por sua vez e de certo modo, deturpa o sentido amplo da ‘diversidade’ ao enfatizar o aspecto da sensualidade, erotismo sexual do indivíduo na sociedade contemporânea, num duplo movimento de informação e desinformação, o que fica evidente no contexto escolar, onde mesmo ocorrendo várias discussões, não se sabe como lidar com a questão.

Em contra partida, há uma parcela de professores que preferem não abordar o assunto por receio de não corresponder às expectativas da instituição de ensino ou por

sentir-se despreparado para tal, além da insegurança diante da reação da família e da própria formação que acumula lacunas nesta questão, tornando-se mais um complicador a de considerar.

Apesar da complexidade presente neste âmbito, consideramos a família como o primeiro ambiente onde a sexualidade é abordada, e cada família tem seus valores e suas crenças que marcam os sujeitos. Para Morin:

> "(...) o imprinting cultural marca os humanos desde o nascimento, primeiro com o selo da cultura familiar, da escolar em seguida, depois prossegue na universidade ou na vida profissional. Assim, a seleção sociológica e cultural das idéias raramente obedece à sua verdade; pode, ao contrário, ser implacável na busca da verdade." (Morin, 1999/2000, p.28).

Nessa perspectiva, da busca da verdade, cabe à escola possibilitar aos sujeitos implicados, a discussão reflexiva sobre os valores relacionados à diversidade, favorecendo-os ressignificar os valores recebidos e vividos. Assim, entendemos que a escola vem completar a educação sexual dada pela família e, o diálogo entre as duas instituições precisará ocorrer de maneira a contribuir com essa relação, no entanto precisamos averiguar como isso se dá e a partir de então, refletir sobre as contribuições que uma proposta de orientação educativa da sexualidade podem agregar ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade pesquisada.

Para tanto, formalizamos o seguinte questionamento como motor desta pesquisa:

- ✓ Como a relação escola e família pode constituir-se em uma parceria educativa, de forma a favorecer a orientação da sexualidade?
- ✓Quais os desafios e perspectivas que permeiam a relação escola e família para a orientação da sexualidade?
- ✓Qual a concepção educativa da sexualidade incorporada pelo corpo docente em sua visão de formação e desenvolvimento integral do aluno?
- ✓Quais as peculiaridades do Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar?

A resposta a estes questionamentos prevê contribuições para a escola – campo da pesquisa - além de possibilitar uma caracterização da relação escola e família na orientação educativa da sexualidade para que a escola reveja seu PPP privilegiando as relações com a comunidade de famílias.

Nossa experiência como educadora, ampliada pelas leituras e discussões sobre educação e currículo escolar, mostra que a orientação da sexualidade, embora trate de algo que faz parte do processo de desenvolvimento do ser humano, se constitui num tema polêmico, quando é discutida no contexto da relação escola e família, tornando ainda mais

complexa se considerarmos as questões da religião, aspectos que não abordaremos por fugir aos objetivos desta pesquisa.

Como já dissemos, fizemos o recorte do objeto de pesquisa por meio de uma pesquisa junto a professores e universitários que resultou na delimitação do tema.

Para caracterizar a importância deste tema para nossa pesquisa e suas contribuições, fizemos também uma busca da produção científica em pós-graduação, no mestrado e doutorado, das pesquisas sobre o assunto ou mais próximo dele, realizadas nos últimos cinco anos no Brasil.

Recorremos ao banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)[2], órgão cujo compromisso é o de promover a ampliação e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no país, além de responsabilizar-se pela avaliação dos programas e credenciamento da pós-graduação stricto sensu. Atualmente a CAPES implementa programas que buscam contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, estimulam experiências e o uso das tecnologias de informação e comunicação na educação presencial e a distância.

Caracterizamos como 'Estado da Arte' do nosso tema de estudos e pesquisa, o conhecimento produzido por meio das pesquisas de mestrado e doutorado com abordagens próximas ou correlacionadas. Apresentamos esses resultados por ano de sua defesa e publicação com o objetivo de reforçar a relevância do tema e das contribuições que agrega.

Em 2006, duas dissertações de mestrado correlacionadas ao tema, "As relações de gênero nas políticas públicas de educação no município de Belo Jardim - PE: silêncio ou desvelamento?" (Sousa, 2006) e "Currículo: Prática Educativa e Sexualidade Condições Escolares para a Formação da Subjetividade não-Heterosexual de alunos(as) de Escola Católica da Zona Sul de São Paulo" (Cisoto/2006).

Em 2007, duas correlacionadas ao tema, "A sexualidade na compreensão de professores do ensino fundamental" (Moizés, 2007) e "Educação em saúde: Políticas Públicas de saúde e educação como construção social" (Silva, 2007).

Em 2008 não foram encontradas dissertações correlacionadas ao nosso tema de pesquisa.

Em 2009, três correlacionadas ao tema, "Interação da Família e Escola: Desafios Atuais" (Belucci, 2009), "O desenvolvimento da sexualidade da criança em situação de risco" (Yano, 2009) e "Purpurina na Terra do Cangaço: Refletindo a Homossexualidade na Escola" (Freitas, 2009).

[2] http://www.capes.gov.br: Acesso em 21/12/2011, 10h.

Em 2010, três correlacionadas ao tema, “A educação sexual e seus avessos” (Chaves, 2010), “Educação Sexual na Escola: Concepções e Práticas de Professores” (Martin, 2010) e “Práticas discursivas acerca da sexualidade humana na Rede Municipal de Ensino do Recife" (Oliveira, 2010).

Em 2006 e 2007 não há registros de teses de doutorado correlacionadas ao tema de pesquisa.

Em 2008, uma tese intitulada “Palavra, Palavrões: Um Estudo Sobre a Repressão Sexual com Base na Linguagem Empregada para Designar a Genitália e Práticas Sexuais na Cultura Brasileira” (Braga, 2008).

Em 2009, “A Educação Sexual: mas qual? Diretrizes para Formação de Professores em uma Perspectiva Emancipatória” (Tuckmantel, 2009).

Em 2010, duas teses são correlatas ao tema, “Educação Sexual, Corpo e Sexualidade na Visão dos Alunos e Professores do Ensino Fundamental” (Moizés, 2010) e “Controle e Silenciamento nas Práticas Discursivas Sobre Sexualidade em uma Escola Pública de João Pessoa/PB” (Nascimento, 2010).

Constatamos que há uma significativa produção científica sobre o assunto, porém distintas do enfoque que assumimos. Em nossa abordagem, enfocamos ESCOLA, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO DA SEXUALIDADE, tema que nos motiva pela prática que exercemos profissionalmente na escola e atividade de pesquisa.

Esta condição nos coloca frente a frente com a problemática permeada de conflitos de toda ordem, seja da escola por sentir-se despreparada para administrá-los, seja da família que delega à escola a tarefa de educar, mas não aceita, na maioria dos casos, a forma como certos professores propõem essa formação.

A escola campo da pesquisa está localizada na periferia da cidade de Cotia, região metropolitana de São Paulo. Atualmente atende quatrocentos e dezenove alunos, entre cinco a doze anos de idade, sendo os que participaram da pesquisa os de idade de dez a doze anos.

Apresentamos esse estudo e investigação nesta dissertação de mestrado que organizamos em quatro capítulos, além das Considerações finais.

No primeiro Capítulo intitulado ‘Sexualidade, Educação e Família: Uma Visão Sócio-Histórica’, abordamos um panorama histórico sobre a sexualidade humana, desde a Idade Antiga até os Dias Atuais. Essa visão panorâmica nos permite entender que ao longo dos tempos a sexualidade esteve relacionada com a religião, cultura, poder, economia, com valores morais e éticos, que condicionaram o comportamento sexual da sociedade.

No segundo Capítulo denominado ‘A Produção do Conhecimento Sobre Sexualidade’, buscamos desvelar os conhecimentos teóricos basilares sobre a sexualidade

humana, destacando os estudos fundamentais de Freud, sobretudo em sua obra, Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade, bem como os importantes estudos reflexivos sobre o conhecimento da sexualidade que Michel Foucault descreve em sua obra “História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber”.

No terceiro Capítulo, ‘A Orientação Educativa da Sexualidade no Âmbito da Docência’, explicitamos como ocorre a formação e a prática docente do professor da educação básica e como a relação escola e família podem contribuir para a orientação educativa da sexualidade. Buscamos entender a educação brasileira e a função social da escola, como também compreender se as leis educacionais favorecem a inserção da Orientação Sexual como prevê. Para essas análises utilizamos os seguintes referenciais: António Nóvoa, Isabel Alarcão, Galli Soares, Paulo Freire, Sayão, La Taille, Nunes, entre outros autores.

No quarto e último Capítulo intitulado ‘Relação Escola e Família na Orientação Educativa da Sexualidade: Estudo de Caso’ apresentamos a pesquisa realizada em uma escola pública da rede municipal, na região metropolitana de São Paulo, com o intuito de identificar as dificuldades dos educadores relacionadas ao tema e propor momentos formativos para os mesmos, como também identificar as dúvidas dos educandos e familiares e propor momentos educativos.

Nas “Considerações Finais” sintetizamos os estudos realizados, os resultados alcançados e sugestões para a escola campo de pesquisa. Para a configuração final do nosso texto, seguimos as orientações da Escola Superior de Educação Almeida Garret e utilizamos a Norma American Psychiatric Association (APA) para citações e referências bibliográficas.

Motivos e justificativa, objetivos, metodologia e expectativas que moveram esse estudo

Várias são as motivações para abraçarmos esse estudo. Notamos em nosso dia a dia a necessidade de abordar de modo particular a relação entre a escola e a família no contexto da diversidade sociocultural para uma orientação educativa da sexualidade infantil que seja aceita pela comunidade escolar como um todo, pais e alunos. A escola não pode como ocorre em muitos casos, pensar que a sexualidade é um assunto para os pais resolverem e vice-versa. Um trabalho conjunto com enfoque educativo e preventivo de ambos pode contribuir com a diminuição dos índices de gravidez precoce e indesejada, aborto e as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST’s), problema intimamente relacionado à falta de formação crítica sobre a sexualidade humana.

Esse estudo confirma a necessidade de buscar formas de desenvolver a orientação da sexualidade da criança por meio da parceria escola e família, amparada pela lei nº 9.394/96, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, juntamente com os Parâmetros Curriculares Nacionais PCN's, em seus Temas Transversais. A exigência de estudos e investigações sobre como valorizar essa orientação cujos resultados possam contribuir para a escola, a família, jovem, adolescente, sobretudo a criança, ratifica sua importância.

Sistematizar o percurso dessa jornada exigiu-nos definir objetivos que nos projetassem as ações a serem realizadas como seguem:

- ✓ Explicitar de forma sucinta o macro contexto sócio-histórico complexo em que a sexualidade humana tem se manifestado, circunscrevendo as experiências humanas vivenciadas ao longo do tempo;
- ✓ Desvelar os conhecimentos teóricos e conceituais basilares da temática a partir da perspectiva dos estudos de Freud e Foucault;
- ✓ Explicitar brevemente como acorre à formação do professor da educação básica;
- ✓ Compreender a relação escola - família, numa escola municipal da rede pública, na perspectiva da orientação da sexualidade;
- ✓ Identificar junto aos educadores as dificuldades relacionadas ao tema sexualidade;
- ✓ Desenvolver com eles momentos educativos sobre o tema, possibilitando-lhes conhecimento para abordar a sexualidade no cotidiano escolar.
- ✓ Propor um programa de orientação educativa da sexualidade para a escola lócus da pesquisa, a partir das contribuições da mesma.

Não há trabalho de pesquisa sem uma sistematização metodológica que indique caminhos ou oportunize ferramentas que o construamos ao caminhar. Assim, ao consideramos a complexidade de nosso tema, bem como a necessidade de o apreendermos criticamente, por envolver nele o mundo natural, humano e social, não poderíamos assumir outra abordagem que não a da pesquisa qualitativa, cujos dados imensuráveis quantitativamente e ricos de informações permitem abstrair como conhecimento, por meio da visão dialética numa dinâmica que pressupõe o processo histórico da sociedade e dos sujeitos.

'Escola, Família e Educação da Sexualidade' é abordado neste trabalho sob enfoque da pesquisa qualitativa, que segundo Minayo:

> "(...) se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações,

> dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis." (Minayo, 1994, pp.21-22)

A pesquisa qualitativa tem como alvo conhecer o fenômeno, descobri-lo, questionando sobre ele seu contexto e relações. Nesse sentido, essa pesquisa valorizou a busca de conhecimento sobre o objeto de pesquisa: a relação escola e família na orientação educativa da sexualidade, por meio de leituras para compreender a relação escola-família, tendo como campo de investigação uma escola municipal da rede pública; entender como ocorre a formação do professor da educação básica, sujeito presente nessa fase do desenvolvimento da criança, que demanda, segundo nossa crença, da orientação educativa da sexualidade e por fim identificar junto aos educadores as dificuldades relacionadas ao tema sexualidade no contexto da diversidade, desenvolvendo com eles momentos formativos sobre o tema, possibilitando conhecimento para abordar o assunto. Esse conjunto de ações resultou nas análises e no conhecimento apresentado nessa dissertação de mestrado.

Valemos-nos da metodologia do estudo de caso que, segundo Lüdke e André (1986, p.18-20) refere-se a um único caso e apresenta características fundamentais como a descoberta, interpretação em contexto, retratando a realidade de forma completa e profunda, representando diferentes pontos de vista, possibilitando um exame aprofundado do fenômeno e sua ocorrência naquele contexto podendo servir de referência para outros casos e realidades semelhantes.

Nossos sujeitos de investigação foram educadores, educandos e suas famílias, de uma escola da rede municipal de ensino de Cotia-SP, região metropolitana de São Paulo, no Brasil, período de 2011 e 2012. A unidade escolar do caso em questão conta com mais de quatrocentos alunos, entre cinco a doze anos de idade, faixa etária que corresponde do período do Jardim II ao 5º ano do ensino fundamental I, como mostra tabela abaixo:

Segmento	Turma	Quantidade de alunos	Faixa etária
Educação Infantil	Jardim II A	27	5 anos
Ensino Fundamental I	1º Ano A	20	6 e 7 anos
Ensino Fundamental I	1º Ano B	30	6 e 7 anos
Ensino Fundamental I	2º Ano A	30	7 e 8 anos
Ensino Fundamental I	2º Ano B	30	7 e 8 anos
Ensino Fundamental I	2º Ano C	20	7 e 8 anos
Ensino Fundamental I	3º Ano A	33	8 e 9 anos
Ensino Fundamental I	3º Ano B	33	8 e 9 anos
Ensino Fundamental I	3º Ano C	33	8 e 9 anos
Ensino Fundamental I	4º Ano A	27	9 e 10 anos
Ensino Fundamental I	4º Ano B	27	9 e 10 anos
Ensino Fundamental I	4º Ano C	25	9 e 10 anos
Ensino Fundamental I	5º Ano A	28	10,11,12 anos

Ensino Fundamental I	5º Ano B	28	10,11,12 anos
Ensino Fundamental I	5º Ano C	28	10,11,12 anos

Quadro 1 - Quadro de alunos. Fonte: PPP da U.E. pp.3-4

Nossa pesquisa foi direcionada aos alunos de 5º Anos, mais especificamente, os alunos do 5º Ano 'A', que conta com vinte e oito alunos entre dez a doze anos de idade.

A escolha pela turma do 5º Ano 'A' ocorreu por pedido da professora da turma, que ao saber da proposta manifestou interesse de que a turma dela fosse a escolhida, pois estava apresentando comportamentos muito 'aflorados' sobre a sexualidade e, ela não sabia como conduzir as situações em sala de aula.

Após a definição da turma, a diretora conversou com os demais professores e todos concordaram com a pesquisa.

Recorremos também aos dados quantitativos no sentido de investigar as principais dificuldades encontradas pelos educadores ao tratarem do tema sexualidade no contexto da diversidade com seus alunos. Desse modo, a pesquisa utilizou questionários, entrevistas semiestruturadas e observação participante nas reuniões de Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), Associação de Pais e Mestres (APM) e de Planejamento Pedagógico.

Por pertencer às ciências humanas, consideramos o método compreensivo-interpretativo, pois, busca conhecer o sentido que o homem produz nas instituições. (Chauí, 1996)

Vale ressaltar os quatros traços que são comuns aos diferentes métodos filosóficos, definidos por Chauí como:

> "(...) reflexivo – parte da auto-análise ou do autoconhecimento do pensamento; crítico – investiga os fundamentos e as condições necessárias da possibilidade do conhecimento verdadeiro, da ação ética, da criação artística e da objetividade política; descritivo – descreve as estruturas internas ou essências de cada campo de objetos do conhecimento e das formas de ação humana; interpretativo – busca as formas da linguagem e as significações ou os sentidos dos objetos, dos fatos, das práticas e das instituições, suas origens e transformações." (CHAUÍ, 1996, p. 160)

Estes elementos do método adotado em nossa pesquisa serão norteadores do processo investigativo, no intuito de garantir maior cientificidade e veracidade do conhecimento apropriado neste estudo de caso.

Nossas expectativas iniciais definiram a priori os resultados esperados que, inicialmente limitavam-se a mostrar como se dá na unidade escolar a relação escola e família na orientação educativa da sexualidade, por meio da caracterização da realidade educativa vivenciada no que diz respeito ao desenvolvimento educativo da sexualidade para

o corpo docente, especialistas, pais e alunos. No desenrolar dos estudos e da própria pesquisa nossas expectativas bem como esses resultados ganharam novas perspectivas como se pode averiguar nas Considerações Finais.

CAPÍTULO I

SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA: UMA VISÃO SÓCIO-HISTÓRICA

“Reconhecer a sexualidade como construção social
assemelha-se a dizer que as práticas e desejos são também
construídos culturalmente, dependendo da diversidade de povos,
concepções de mundo e costumes existentes”
(Figueiredo, 1998, p.9)

O estudo desenvolvido neste primeiro capítulo com base na pesquisa bibliográfica explicita de forma sucinta o macro contexto sócio-histórico complexo em que a sexualidade humana tem se manifestado, circunscrevendo as experiências humanas vivenciadas ao longo do tempo.

Optamos por iniciar este estudo refletindo sobre alguns elementos do passado relacionados ao nosso objeto de pesquisa, tendo em vista a compreensão de suas incidências sobre o momento presente do âmbito sociocultural da sexualidade humana e ampliar a nossa visão de futuro que ela descortina.

Este panorama histórico nos ajuda a perceber que o entendimento que temos sobre sexualidade muda de acordo com o período histórico, contexto sociocultural e as experiências nele vivenciadas. Em cada momento da vida a sexualidade redefine nosso entendimento sobre ela, ou seja, há uma determinada compreensão que é própria de quando nascemos, na infância, na adolescência, nos relacionamentos, na ciência de cada época.

A sexualidade, sendo uma construção sociocultural, revela-se através da cultura e da história, caracteriza o seu dinamismo e sua diversidade no tempo e espaço. Desta forma, compreender a origem da sexualidade ou sua manifestação no âmbito social pode favorecer o entendimento da mesma na atualidade.

Portanto, abordaremos os períodos históricos da humanidade, a educação, a família e a sexualidade, objetivando proporcionar uma visão ampliada sobre a sexualidade humana.

1.1 Períodos da História da Humanidade e a Sexualidade

A Antiguidade é o período que vai do fim dos tempos pré-históricos até a queda do Império Romano do Ocidente, período em que o sobrenatural está presente na realidade, através dos deuses e dos mitos. A sociedade configura-se como tribal e comunitária, sobrevivendo por meio da caça, pesca e coleta.

Neste período ocorre a divinização do feminino, porque os homens incompreendem a fertilização da mulher no ato sexual, por terem pouca noção de tempo, comparando assim as mulheres à Terra-Mãe, símbolo de fertilidade. Nunes (1987/2005) a fim de esclarecer o

papel que a mulher exercia nesta época cita Reed[3] que diz: “o poder e o prestígio feminino que surgem das funções procriadoras alcançaram seu ponto máximo com a primazia de suas atividades socialmente úteis.” (Nunes, 1987/2005, p.59)

Além de ser associada à terra, a mulher também era associada a outros seres fecundos como a Lua. Esse período, entendido como período do matriarcado, no qual a mulher é a base da família e exerce autoridade sobre a mesma.

Ao pesquisar sobre a origem da família em Engels (Engels,1884/s.d.), percebemos que a família monogâmica nada tem a ver com o amor sexual individual, uma vez que o crescimento da família primitiva deu-se com o estreitamento do círculo dentro da tribo, dominando a comunidade conjugal entre homem e mulher.

Primeiro havia os casamentos grupais, onde existia o comércio sexual, nele, qualquer mulher pertencia a qualquer homem e vice-versa. Esse tipo de casamento tornou-se inviável, pois as classes de irmãos e irmãs ficaram numerosas e a gens não permitiam o casamento entre parentes consanguíneos.

Com a exclusão de casamento com parentes próximos, com parentes distantes e parentes por afinidades, torna-se impossível o casamento grupal, que segundo Engels resta apenas o casal, unido por vínculos ainda frágeis, que geralmente acaba com o casamento.

Em seguida formou-se a família pré-monogâmica, onde o homem vive com uma mulher, mas é permitida a poligamia e a infidelidade ocasional ao homem. À mulher se exige fidelidade enquanto durar o casamento, este podendo ser abolido facilmente, tanto pelo homem quanto pela mulher.

Esse novo tipo de união trouxe um novo tipo de casamento, como não era mais fácil encontrar mulher, iniciam-se os casamentos arranjados, o rapto e a compra de mulheres. Esse tipo de família surgiu na barbárie, aqui o pai autêntico ficava junto aos filhos, cabendo ao homem sustentar a família e, caso houvesse divórcio, os filhos ficavam com o pai.

O desmoronamento do direito materno foi a ruína do sexo feminino, a mulher foi rebaixada na sua dignidade, tornou-se empregada, escrava sexual e instrumento de reprodução. Essa condição da mulher foi amenizada, mas permanecem os seus resquícios motivando constantes movimentos e lutas nos dias atuais para assegurar direitos à mulher.

Logo em seguida, surge a família monogâmica na civilização, a qual se diferencia da família pré-monogâmica. Nesta organização familiar, o casamento se torna mais sólido e a mulher deixa de ter o direito de romper o casamento. Só o homem pode rompê-lo e rejeitar a mulher.

[3] Reed, E. (1980). *Sexo contra sexo ou classe contra classe.* São Paulo: Versus. (M. Maranhão & E. Marie.: Trad.) In Nunes, C. A. (2005). *Desvendando a Sexualidade.* Campinas: Papirus.

Engels descreve a monogamia da seguinte forma:

> "A monogamia, portanto, não entra de modo algum na história como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de casamento. Pelo contrário, surge sob a forma de subjugação de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então em toda a pré-história." (Engels,1884/s.d., p.75)

Podemos dizer que, apesar da monogamia ter sido um progresso histórico cultural, com ela iniciou-se a oposição entre homem e mulher, como também regrediu a sociedade no que se refere ao desenvolvimento e bem estar, que visando alcançar objetivos pessoais, não hesita em causar dor e repressão nos outros.

A Idade Média é o período intermediário entre a Idade Antiga e a Idade Moderna, compreende em torno de 1000 anos, marcada pela forte influência da Igreja na sociedade que está dividida em três classes: clero, nobreza e povo. É a fase da ascensão do cristianismo, a transição da era pagã para a era cristã, o enraizamento dos principais dogmas religiosos. No que se refere à sexualidade, houve grandes discussões sobre a restrição sexual, os jejuns, o celibato e a virgindade.

A virgindade considerada importante até o casamento, com o advento do cristianismo passou a ser almejada e a castidade era essencial tanto para o homem como para a mulher. Já o casamento tornou-se sacramental e simbólico, nele a relação sexual passou a ser consentida apenas para a procriação.

A sexualidade, nesse contexto, foi orientada pelos preceitos sexuais pregados por Paulo, destacando a castidade cristã. Paulo, em sua Primeira Carta aos Coríntios, no capítulo 13 escreve o hino do amor cristão, dom que supera todos os dons. O hino diz o seguinte:

> "Se eu falasse as línguas dos homens e as dos anjos, mas não tivesse amor, eu seria como um bronze que soa ou um címbalo que retine.
> Se eu tivesse o dom da profecia, se conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, se tivesse toda a fé, a ponto de remover montanhas, mas não tivesse amor, eu nada seria.
> Se eu gastasse todos os meus bens no sustento dos pobres e até me entregasse como escravo, para me gloriar, mas não tivesse amor, de nada me aproveitaria.
> O amor é paciente, é benfazejo; não é invejoso, não é presunçoso nem se incha de orgulho; não faz nada de vergonhoso, não é interesseiro, não se encoleriza, não leva em conta o mal sofrido; não se alegra com a injustiça, mas fica alegre com a verdade. Ele desculpa tudo, crê tudo, espera tudo, suporta tudo.
> O amor jamais acabará. As profecias desaparecerão, as línguas cessarão, a ciência desaparecerá. Com efeito, o nosso conhecimento é limitado, como é limitado nosso profetizar. Mas, quando vier o que é perfeito, desaparecerá o que é imperfeito. Quando eu era criança, falava como criança, pensava como criança, raciocinava como criança. Quando me tornei adulto, rejeitei o que era próprio de criança. Agora nós vemos num espelho, confusamente; mas, então, veremos face a face. Agora, conheço apenas em parte, mas, então, conhecerei completamente, como sou conhecido.
> Atualmente permanecem estas três: a fé, a esperança, o amor. Mas a maior delas é o amor." (Bíblia, 2002, I Cor 13, 1-13, p.1345-1346)

Prega-se o amor Ágape, compreendido como a caridade, que tudo desculpa, crê, espera e suporta. Possivelmente, a severidade da moral sexual cristã da época ocorreu em oposição à exagerada libertinagem dos povos pagãos, sociedade não cristã ou judia.

O amor conjugal, na Antiguidade, refere-se a uma obrigação objetiva, é o complemento do casamento. De acordo com Engels:

> "O pouco amor conjugal que a Antiguidade conhece não é uma inclinação subjetiva, mas sim uma obrigação objetiva, não é o fundamento, mas sim o matrimônio. (...) Se havia ali relações amorosas entre cidadãos e cidadãs livres todas eram mero adultério." (Engels, 1884/s.d., p.87),

Uma vez que os casamentos eram arranjados pelos pais, assim como as relações amorosas, a relação sexual era indiferente.

Já na Idade Média, o amor sexual entra em cena. Supõe ser o amor algo recíproco que transforma em felicidade as relações íntimas, a entrega mútua. Sobre o amor sexual, Engels nos diz:

> "Nosso amor sexual difere essencialmente do simples desejo sexual, o eros dos antigos. Em primeiro lugar, porque pressupõe reciprocidade do amor por parte do ser amado, igualando, nesse particular, a mulher e o homem, ao passo que no eros antigo a mulher pouquíssimas vezes é consultada. Em segundo lugar, o amor sexual atinge um grau de intensidade e de duração que transforma em grande infelicidade, talvez a maior de todas, para os amantes, a falta de relações íntimas ou a separação. Para se entregarem mutuamente, não recuam diante de coisa alguma e arriscam até as próprias vidas, o que não acontecia na antiguidade, senão em caso de adultério." (Engels, 1884/s.d., p.87)

Porém, os casamentos continuaram a ser arranjados pelos pais, com a diferença de que os filhos poderiam escolher as esposas dentro da sua classe econômica/social, tendo em vista o amor sexual recíproco.

O cristianismo mostra-se ser severo para os homens e para as mulheres, onde a virgindade é exaltada, o prazer e as relações sexuais conjugais condenadas. Do século II ao IV a Igreja ressignificam as relações sexuais, os casados poderiam ter relações sexuais abstendo-se dos dias santos, da menstruação, gravidez e lactação, buscando o sexo para a reprodução.

Os monges aconselhavam que as mulheres se mantivessem virgens ou se tornassem frígidas e os homens impotentes. A Igreja queria criar seres assexuados, de corpo e alma para viverem longe do pecado da carne que conduz à morte. Neste contexto, o sexo é tido como algo mal, mas, se as pessoas não conseguissem viver na abstinência

sexual era melhor casar para evitar viver em pecado, uma vez que viveriam de acordo com as normas da Igreja.

Apesar do rigor moral sexual da Igreja, esta não conseguia atingir todos os segmentos sociais. Para atingir a plebe, a Igreja elabora o mecanismo da confissão, que assume função social profunda nessa classe social. De acordo com Foucault:

> "Ora, a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas conseqüências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação." (Foucault, 1988/2010a, pp.70-71)

Na tentativa de impor regras, a Igreja agiliza o ritmo da confissão e atribui mais importância na penitência dos pecados carnais.

No fim da Idade Média, a Igreja ainda não havia conseguido ter o controle total da sexualidade entre a plebe, multiplicando assim as relações comunitárias.

A Idade Moderna corresponde ao período de 1453 com a tomada de Constantinopla pelos turcos até a Revolução Francesa em 1789. Foi um período de grandes transformações para o mundo ocidental, ocorreu o surgimento do Capitalismo, a Ascensão da Burguesia, a invenção da imprensa, as Grandes Navegações e o Renascimento.

O Renascimento foi uma revolução cultural que influenciou as artes, a literatura, a ciência e a filosofia. Os renascentistas rejeitaram a cultura medieval pregada pela Igreja Católica e defenderam a diversidade de idéias e o espírito crítico, afirmando a individualidade e o racionalismo. Nesse período, a sociedade feudal cede lugar à sociedade burguesa e, o teocentrismo é substituído pelo antropocentrismo.

Na religião ocorreu a Reforma Protestante, liderada por Martinho Lutero, monge e teólogo católico, que era contrário à venda de indulgências aos fieis, para que estes conseguissem a salvação.

A Igreja Católica reagiu, ocorrendo assim a Contra-Reforma e reafirmando todos os pontos criticados pelos protestantes: importância dos sacramentos, celibato clerical, a compra de indulgências, entre outros. Ao mesmo tempo em que reorganizou o Tribunal de Santo Ofício (Inquisição), para reprimir o crescimento do protestantismo.

A Reforma Protestante contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo, posto que, os puritanos se dedicavam ao trabalho como sendo uma vocação. Max Weber é incisivo em sua fala sobre a Reforma:

> "(...) a Reforma significou não tanto a eliminação da dominação eclesiástica sobre a vida de modo geral, quanto a substituição de uma forma vigente por outra. E substituição de uma dominação extremamente cômoda, que na época mal se fazia sentir na prática, quase só formal muitas vezes, por uma regulamentação levada a sério e infinitamente incômoda da conduta de vida como um todo, que penetrava todas as esferas da vida doméstica e pública até os limites do concebível." (Weber, 1904/2004, p.30)

Desse modo, entendemos que a Reforma ocorreu não só pela dominação da Igreja Católica, mas, também por questões socioeconômicas, uma vez que, foram nas regiões mais desenvolvidas economicamente que surgiram os indícios para uma revolução na Igreja.

Segundo Weber, os puritanos viam no trabalho uma solução para por fim a toda tentação que uma pessoa pudesse ter:

> "Afinal, a ascese sexual no puritanismo só se distingue em grau, não em princípio, da ascese monástica e, pelo fato de abarcar também a vida conjugal, o alcance daquela é maior do que o desta. Com efeito, também no casamento o intercurso sexual só é licito porque é o meio desejado por Deus para multiplicar sua glória na forma do mandamento: "Sede fecundos, multiplicai-vos" (Gn 1,28). Contra todas as tentações sexuais, do mesmo modo que contra as dúvidas religiosas e os escrúpulos torturantes, além de uma dieta sóbria à base de refeições vegetarianas e banhos frios, receita-se: "Trabalha duro na tua profissão". (Weber, 1904/2004, p.144)

Neste contexto, a sociedade da Idade Moderna privilegia o trabalho como sendo o cumprimento dos deveres religiosos, a autorrealização, único meio de viver que agradaria a Deus seria viver sua "vocação profissional".

Percebemos que, apesar de todo ascetismo, a sexualidade ainda permanece relacionada à reprodução, entretanto surgem indícios para a liberdade de escolha do cônjuge, já que os pais não ignoram a escolha de seus filhos. De acordo com Elias (1939/1990), em sua obra O Processo Civilizador, o Iluminismo mostrou que o sexo pode não ser tão pecaminoso e asqueroso, tanto o homem quanto a mulher poderiam associar o sexo ao amor.

No entanto, a virgindade, apesar de ser protegida por todos os lados da moral, da lei, da religião, da autoridade paterna, era perdida facilmente, por causa do amor. Também há de ser considerado que a prostituição crescia em renda e prestígio.

O divórcio era autorizado entre os protestantes, desde que provado que houve adultério e, as mulheres adúlteras eram mortas. Somente as mulheres aristocráticas não eram tratadas como servas após o casamento, as plebeias deveriam ser mães de numerosos filhos e controlar o adultério dos maridos.

A Idade Contemporânea inicia-se com a Revolução Francesa e se estende até os dias atuais. Neste período, os homens se dedicavam ao trabalho fabril e as mulheres ao lar, consequentemente à família, afastou-se da sociedade e surgiu uma nova classe: a

burguesia, que trouxe novos ideais como o amor materno, o sentimento de infância e o amor romântico.

A burguesia atingiu seu auge pela aparência, quanto mais bem vestido melhor, a burguesia acumulava objetos de valor, pois o ter era expressão de status e poder, e a sociedade burguesa tinha poder e influência. De acordo com Hobsbawm:

> "Uma das características da burguesia como classe era que consistia num corpo de pessoas com poder e influência, independentemente do poder e influência derivados de nascimento ou status. Para pertencer a ela, um homem tinha que ser "alguém", uma pessoa que contasse como indivíduo, por causa da sua riqueza, capacidade de comandar outros homens, ou de influenciá-los." (Hobsbawm, 1996/2001, p.339)

Para pertencer à classe burguesa, o indivíduo não precisava ter berço e sim acumular riquezas, ter condições financeiras de adquirir bens materiais, dar ordens e exercer poder sobre os outros.

De acordo com Hobsbawm (1977/2001), a família burguesa é "a instituição mais misteriosa de nossa época", pois apesar de estar cercada de objetos de valores, de roupas, construções/parede, ser patriarcal, ela negava todos os ideais da sociedade capitalista da época que privilegiava o lucro, a competição, o individualismo. A família neste contexto histórico começa a privilegiar as crianças almejando o futuro das mesmas no grupo familiar.

Segundo Badinter (1986), o amor é um sentimento desenvolvido de acordo com as condições socioeconômicas da história, podendo ou não existir.

Ao lado do amor materno, surge o sentimento de infância, com característica de paparicação por meio da família e de disciplina e racionalidade pelos moralistas.

O sentimento de infância segundo Áries (1973/2006) "corresponde à consciência da particularidade infantil, que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem." (Ariès, 1973/2006, p.99). Isto não quer dizer que anterior a esse sentimento as crianças fossem deixadas de lado, ou seja, apenas pensava-se que a criança assim que soubesse viver sem os cuidados de sua mãe ou ama, já era capaz de viver no mundo dos adultos.

Entretanto, nem todas as crianças tiveram essa oportunidade, uma vez que para reconhecer esse sentimento dependia das condições econômicas e culturais. As famílias nobres podiam oferecer esse sentimento aos seus filhos, enquanto as famílias plebeias levavam seus filhos para o mundo adulto desde cedo, por meio do trabalho, do exército ou do casamento.

Já com a renovação religiosa, surge uma nova moral sexual em que se pretende mudar o comportamento social, onde as crianças que já eram vistas com o sentimento de infância, também já não poderiam ser expostas aos assuntos referentes à sexualidade.

Neste contexto, há o fortalecimento da família conjugal (pai, mãe, filho, avós), o que favoreceu esse sentimento de infância, como também a mudança do comportamento social. Quanto ao comportamento social, Foucault nos diz que:

> "A separação entre adultos e crianças, a polaridade estabelecida entre o quarto dos pais e o das crianças (que passou a ser canônica no decorrer do século, quando começaram a ser construídas habitações populares), a segregação relativa entre meninos e meninas, as regras estritas sobre cuidados com os bebês (amamentação materna, higiene), a atenção concentrada na sexualidade infantil, os supostos perigos da masturbação, a importância atribuída à puberdade, os métodos de vigilância sugeridos aos pais, as exortações, os segredos, os medos e a presença ao mesmo tempo valorizada e temida dos serviçais, tudo faz da família, mesmo reduzida às suas menores dimensões, uma rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis." (Foucault, 1988/2010a, p.53-54)

A família reduzida (conjugal) dentro desse novo comportamento social se vê na obrigação de proteger, cuidar e dar atenção à criança. Desta forma, tudo o que pudesse violar a pureza da criança, deveria ser evitado.

Neste contexto, surge o amor romântico que valoriza a sensação e a emoção. O amor torna-se casto, controlado e cauteloso, inaugurando a Era Vitoriana.

A Era Vitoriana foi governada pela Rainha Vitória e, tinha por características adoração à cultura familiar e à domesticação do amor romântico, onde somente no lar o homem poderia ter emoções e sentimentos decentes e reconfortadores. Apesar dessa adoração ao amor romântico e à família, a prostituição e as doenças venéreas se alastraram.

Segundo Foucault (1988/2010a), com a burguesia vitoriana, a sexualidade é encerrada na sociedade, passa para o casal, a família a confisca e absorve-a com total seriedade, com a função de reprodução. No que se refere às crianças, Foucault afirma que:

> "As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado." (Foucault, 1988/2010a, p.10)

O surgimento do sentimento de infância na sociedade burguesa fez com que a família conjugal mantivesse silêncio total sobre assuntos que pudesse manchar a pureza da criança.

Neste momento histórico, a medicina em substituição da Igreja, invade o casamento e as relações sexuais conjugais. A masturbação passa a ser considerada crime, constituindo-se em uma patologia que desencadearia tumores à demência, levando até a morte. Se a Igreja vê a masturbação e as relações sexuais sem fins procriativos como

pecado, a Ciência vai além, compreendendo-a como uma doença que compromete a vida. (Cantonné, 1994, p.70)

Desse modo, os médicos aconselhavam que os jovens casados tivessem relações sexuais no máximo três vezes por semana, próximo dos 40 anos, uma vez a cada três semanas e, após os 50 anos, deveriam abster-se.

1.2 As Mudanças Conceituais na Sociedade Capitalista

O mundo capitalista encarregou-se das mudanças econômicas, sociais, culturais e também sexuais. A Ciência colocou o sexo como tema de estudo, fazendo com que o mundo pensasse a satisfação sexual como uma atividade necessária, benéfica e prazerosa, vista até então como vergonhosa.

Com a segunda Guerra Mundial, o capitalismo acelerou o progresso das comunicações. O sexo passa a ser consumido, vende-se pornografia, coisas, pessoas e, tudo entregue em casa.

Em Globalização: As Conseqüências Humanas, Zygmunt Bauman (1998/1999), diz que nossa sociedade induz ao consumismo, sendo justificável afirmar que nossa sociedade é uma sociedade de consumo. Para ele:

> "O consumidor em uma sociedade de consumo é uma criatura acentuadamente diferente dos consumidores de quaisquer outras sociedades até aqui. Se os nossos ancestrais filósofos, poetas e pregadores morais refletiram se o homem trabalha para viver ou vive para trabalhar, o dilema sobre o qual mais se cogita hoje em dia é se é necessário consumir para viver ou se o homem vive para poder consumir. Isto é, se ainda somos capazes e sentimos a necessidade de distinguir aquele que vive daquele que consome." (Bauman, 1998/1999, p.88-89)

Notamos que a diferença de consumidor do qual Bauman (1998/1999) fala em relação às sociedades das épocas anteriores aos tempos atuais, caracteriza-se pelo fato de que a sociedade atual induz as pessoas para quererem consumir, mesmo sem que haja uma real necessidade de consumo, investindo-se para que as pessoas consumam cada vez mais.

A mídia utiliza o apelo sexual para vender, ocorrendo à banalização do sexo, provocando alienação dos projetos e da afetividade do ser humano, por criar um pseudo-erotismo que minimiza a sexualidade ao restrito ato sexual. Com isso o ser humano pode perder a capacidade do relacionamento amoroso, as relações tornam-se superficiais.

Contudo, a sociedade contemporânea trouxe algumas contribuições: atualmente a masturbação passou a ser encarada como uma forma de expressar a sexualidade; o casal

pode ter relações amorosas e sexuais, morar junto, ter filhos e depois casarem se quiserem; a união de pessoas do mesmo sexo, entre outros.

A revolução técnico-científica põe condições à sexualidade como a descoberta científica da proveta e a anticoncepção. O que mais se destacou na história do final do século XX e início do século XXI foram à biotecnologia, a AIDS e a sexologia.

A biotecnologia permitiu o sexo sem procriação, por oferecer métodos contraceptivos, e a procriação sem sexo, com a inseminação artificial. Essas pesquisas avançaram da mesma forma que a Igreja acusou-as como sendo ofensas às Leis Sagradas, uma vez que viola a vocação procriativa do casamento cristão.

A AIDS trouxe a noção de parceiro de risco, ao mesmo tempo em que aceitou mais de um parceiro e a bissexualidade. A sexologia substituiu a psicanálise com a promessa do orgasmo, que passa a ser visto como um dever na sociedade contemporânea e não como a busca do prazer.

1.3 Educação, Sociedade percursos que fundamentam conceitos

Neste tópico fomos buscar a história da educação e da formação das sociedades de Anibal Ponce, 1986, Aranha, 1989 entre outros que abordam educação e luta de classes para explicar o homem na sociedade atual, nos dando compreender a importância que essa obra revela nos estudos e pesquisas sobre a educação e sociedade e as relações que dela emanam.

São reflexões promovidas durante nossa formação acadêmica que reunimos aqui como forma de valorizar os conteúdos muitas vezes reelaborados pelos docentes que estiveram a frente de nossos estudos. Destacamos neste caso, Galli Soares.[4]

A educação faz parte da sociedade humana, surge do mesmo processo que deu origem ao homem. Desde que o homem é homem ele vive em grupos e desenvolve-se pela educação. Foi quando uma determinada espécie de seres vivos destacou-se da natureza, buscando não apenas sobreviver, adaptando-se a ela, mas adaptando a natureza a si para poder continuar a existir, que se constituiu a humanidade. A partir de então, o homem teve de apropriar-se da natureza para transformá-la de acordo com suas necessidades e produzir sua própria existência.

[4] Suely Galli Soares, docente da Faculdade de Educação da PUC-Campinas, textos organizados como suporte teórico da área pedagógica para os debates sobre *Educação e Sociedade: um estudo que antecede as reflexões sobre as estruturas e funcionamento do ensino. PUC-Campinas, 2001. Atualizado em 2007.* Suely Galli Soares é doutora em educação pela UNICAMP, pesquisadora em tecnologias de apoio ao ensino, docente e assessora pedagógica na PUC-Campinas. Autora dos livros: Arquitetura da Identidade, Cortez, 2001, Educação e Integração Social, Alínea, 2003; Educação e Comunicação, Cortez, 2006 entre outros.

Para compreender a educação é preciso que ela seja vista no contexto da sociedade e das relações geradas em seu interior, nessas relações aparecem os valores que definem interesses sociais e de sobrevivência da espécie.

A sociedade se origina da relação entre infraestrutura; formas como o homem produz a sua existência, ou seja, o modo de produção que se revela na habitação, alimentação e culturas que o homem desenvolve na relação com a natureza e superestrutura: o conjunto de organização, leis, normas e valores criados pelo homem para preservar a infraestrutura. É ela que determina a superestrutura e nesta as ideias (valores) que influenciam a vida e as relações.

Ponce, 1986, considera a educação como um fenômeno social de superestrutura e, portanto, defende que os fatos educacionais só podem ser compreendidos quando expostos conjuntamente com uma análise sócio-econômica da sociedade a que corresponde.

Marx, com sua teoria do Materialismo Histórico Dialético explica a história por fatores materiais, econômicos e técnicos. Revela a realidade dinâmica em seu complexo de processos, motivo pelo qual a abordagem da realidade só pode ser feita pela dialética, que considera as coisas na sua dependência do contexto onde ocorrem.

Para Aranha, 1989, as relações fundamentais de toda sociedade humana são as relações de produção, que revelam a maneira pela qual os homens, a partir das condições naturais, usam as técnicas e se organizam através de uma divisão social do trabalho. No entanto, as forças produtivas só podem se desenvolver até certo ponto, pois ao atingirem um estágio por demais avançado, entram em contradição com as antigas relações de produção, que se tornam inadequadas. Surgem então divergências e a necessidade de uma nova divisão de trabalho. Essas divergências ocorrem como resposta ao antagonismo de classes, numa relação de dominador e dominado.

Considerando nosso objeto de pesquisa: orientação educativa da sexualidade, torna-se relevante destacar em que momento da história das sociedades, homem e mulher são diferenciados pela identidade sexual e responsabilidades sociais que determinarão um tipo de educação para meninos e outra para meninas, presente até nossos dias.

Nas sociedades primitivas, os homens se uniam para enfrentar os desafios da natureza hostil e dos animais ferozes, produziam apenas o necessário. As mulheres e as crianças estavam em pé de igualdade com os homens.

A educação dos pequenos era responsabilidade de todos na tribo e a aprendizagem se dava através da observação e assimilação do meio ambiente aprendendo com os adultos, se moldando aos padrões valorizados pelo grupo.

O aleitamento da criança durava vários anos. Presa ao corpo da mãe desde o nascimento adquiria sua primeira educação sem que ninguém a dirigisse expressamente.

Os meios de produção, as áreas de caça, assim como tudo o que produziam tornava-se propriedade comum, caracterizando a comunidade primitiva Não havia, portanto, o sentimento de propriedade privada, e não havia também divisão de classes sociais, no sentido da dominação de uma sobre a outra para explorar.

Como a vida social era sempre igual e os indivíduos pouco se diferenciavam uns dos outros, a própria simplicidade das práticas morais e das atividades diárias da comunidade, fazia com que as crianças aprendessem sem rigor ou disciplina, naturalmente. Segundo Ponce já citado, para aprender a remar, remava; para aprender a manejar o arco, caçava; ou seja, o ensino era para a vida e por meio dela.

O próprio desenvolvimento das sociedades primitivas foi lentamente fazendo desaparecer os interesses comuns a todos os membros da tribo ou grupo, transformando-a numa sociedade dividida em classes. Essa mudança foi aos poucos surgindo com a divisão do trabalho em função do sexo e da idade, evoluindo para uma divisão mais complexa que incluía a distribuição dos produtos, administração e justiça, direção das guerras. Com a ínfima produtividade da força humana de trabalho, foi aos poucos, aparecendo um grupo de indivíduos libertos do trabalho material que mais tarde vai definir a desigualdade social, evoluindo para outro tipo de sociedade: a patriarcal.

Segundo Aranha, 1989, a sociedade patriarcal surge quando, na luta contra a natureza, o homem desenvolve formas de conquistas que elevam a qualidade da sua relação com ela. Através da domesticação de animais, o que lhes permitem atingir outras regiões, podendo buscar os lugares mais apropriados para habitar, deixando de ser nômade, passando a fixar-se mais na terra, desenvolvendo e incrementando a agricultura graças ao uso dos instrumentos de metal e ainda, a fabricação de vasilhas de barro, o que lhe possibilita fazer reserva de alimentos.

Com essas mudanças, altera-se também o modo de produção e as relações entre as forças produtivas. Surge o sentimento de poder sobre uma forma específica de propriedade. Assim, surge aos poucos a divisão de classes a partir da diferenciação de funções predominando a autoridade do patriarca sobre os seus dependentes subordinados.

Ocorre também uma alteração do direito hereditário, estabelecendo-se a filiação paterna e não mais a materna como em algumas das comunidades primitivas, e a valorização do sexo masculino, iniciando-se a discriminação da mulher, refletindo na educação para meninos e para meninas, num processo educativo, que até então era único, surgindo a desigualdade.

Inicia-se nesta sociedade o espírito de guerra e de domínio territorial visando aumentar cada vez mais o poder do patriarca. O conhecimento fica restrito aos interesses

dos dominantes, fazendo prolongar a incompetência das massas e ao mesmo tempo, assegurar a força dos grupos dirigentes.

No momento em que surge a propriedade privada e a sociedade de classes, aparece também, como consequência, uma religião com deuses, a educação secreta, a autoridade paterna, a submissão da mulher e dos filhos e a separação entre os trabalhadores e os sábios (Ponce, 1989).

A sociedade patriarcal desenvolve a prática da guerra para manter o seu poder. A valorização do sexo masculino que faz da educação dos meninos o desenvolvimento da arte da guerra, deixando reservado às meninas, as prendas domésticas e as artes, fortalecem os exércitos que se mostram poderosos pelo número de soldados, armas e cavalos.

Das conquistas dos patriarcas para ver ampliado seus territórios por meio das guerras e do aumento da produção, além do necessário à subsistência vão surgindo novas formas de relações sociais, e com ela um novo modo de produção - o escravista. A força de trabalho exigida para manter elevada a produção vem dos prisioneiros de guerra transformados em escravos pelo fato de terem perdido a guerra[5].

É na sociedade escravista que surge propriamente a propriedade privada dos meios de produção e com ela a primeira forma de exploração do homem pelo homem, gerando a consequente contradição entre as classes dos senhores proprietários de escravos e a dos escravos.

No escravismo, a ociosidade é considerada a perfeição do homem livre, enquanto que o trabalho manual é considerado servil e desprezível. Observamos esta situação na luta dos povos bárbaros contra o Império Romano. As contradições geradas pelo escravismo, onde o escravo é aquele que nada possui, nem mesmo a própria vida, leva a sociedade à ruína e, para restaurar a economia, novas relações de produção são necessárias, fazendo surgir o modo de produção feudal.

Na sociedade feudal, a base econômica é a propriedade dos meios de produção mantidos sob o domínio do senhor feudal. O servo, classe dominada, trabalha para o senhor feudal e é livre para trabalhar um tempo para si, devendo pagar impostos sobre o uso comum dos bens do senhor feudal além de apropriar-se de parte da produção do servo.

As contradições que surgem destas relações entre explorador e explorados definem os interesses das duas classes, deflagrando o conflito dos servos que farão surgir aos poucos, uma nova figura: o burguês. Este, por sua vez, tem origem dentre os servos que se dedicavam ao artesanato e ao comércio, essa figura social forma os burgos (lugar onde se

[5] É interessante lembrar que essa situação levava a caracterizar os escravos como nobres e educados pela condição anterior à derrota na guerra.

reuniam para trocar seus produtos) que mais tarde consegue a liberdade pessoal e das cidades**.**

Na sociedade feudal, a educação estava restrita à nobreza e ao clero. Aos servos a educação era dada nas 'escolas monásticas' destinadas à plebe, e que se destinava a familiarizar as massas campesinas com as doutrinas cristãs, mantendo-as dóceis e conformadas e não se ensinava a ler nem a escrever. Segundo Ponce, sábios taoístas da China acreditavam que não se devia conceder o saber ao povo, porque ele desperta desejos e que, ao homem do povo, bastariam 'músculos sólidos e vontade escassa, estômago cheio e coração vazio'.[6]

A burguesia enquanto classe revolucionária reclama a educação como direito de todos e dever do estado, pregando a democracia. A nova burguesia como classe no poder deverá desenvolver novas formas produtivas que exigirão novas relações de produção. É o modelo capitalista que vai emergir dessa nova transformação social.

A sociedade capitalista surge das cinzas do feudalismo. Neste modelo, a produção de mercadorias tem em vista o valor de troca ou venda do produto. As classes que se constituem nas novas relações capitalistas são a elite burguesa, ou burguesia capitalista que detém os bens do capital e o proletariado que possui como bem apenas, sua força de trabalho.

Para colocar em funcionamento os mecanismos de produção e comercialização, as elites burguesas precisam de mão-de-obra, que obterão do proletariado. Este por sua vez, a venderá pelo salário. Consolida-se desta forma essa nova relação de produção onde prevalece o pensamento liberal da livre iniciativa do mercado, que levará ao fortalecimento crescente do modelo capitalista.

A classe dominante, diante das contradições causadas pelo modelo de exploração, busca imprimir seus valores, impedindo que as classes oprimidas formem sua própria consciência de classe. Dissemina a ideia de que para "subir na vida" é necessário dedicação, disciplina e força de vontade, com isso todas as chances são iguais para todos na sociedade democrática e que com trabalho e poupança é possível a ascensão social.

Essa concepção foi caracterizada por Saviani, 1985, numa visão tradicional não crítica, que considera a sociedade harmoniosa, justa e perfeita. Os raros desvios que nela ocorrem gerando o fenômeno da marginalidade são acidentais e podem ser corrigidos pela educação. Surge então a ideia de educação redentora como correção da marginalidade que, numa visão crítica, é gerada pelas próprias contradições sociais que a escola por si só não resolve.

[6] Wilhem, citado por Ponce, 1986, pg.29.

Assim temos que, o movimento dialético presente na história do processo social do homem, revela-se nas transformações de um modelo de sociedade para outro, movidas pelas contradições e interesses de classes. É importante situar que essas transformações não ocorrem com tranquilidade, pelo contrário, são frutos de muitas lutas e revoluções de valores que se constituem em ideologias. A relação ideologia e educação está presente nas maioria das análises da sociedade, do currículo e dos rumos da educação.

A hegemonia de uma determinada classe social se consolida pelas ideologias que desenvolve e que ratifica sua condição de poder sobre outra. A História da Educação nos mostra que a educação sempre esteve a serviço da classe dominante, atendendo aos interesses conjugados com sua manutenção no poder por meio da ideologia que se revela no tipo de sociedade que se pretende, por meio dos valores dominantes, disseminados pela educação através dos currículos e programas sistematizados na escola: o lugar de educação.

Essa ideologia encontra-se presente na literatura infantil, conto de fadas, música, revistas, programas de tevê, políticas sociais, educacionais, religião, etc.

1.4 A família e educação da sexualidade: reflexos

A família e a educação numa relação direta ou indireta andam juntas. O estabelecimento dessa relação ocorre quando se analisa a sociedade e seus eventos, ou seja, os níveis de violência ou de desenvolvimento social. Pensar em como anda a sociedade vem junto com o pensar como as famílias estão educando seus filhos. No século XIII a escola tinha como objetivo auxiliar a educação dos jovens, ela servia como alojamentos, somente no século XV a escola começou a dedicar-se aos estudos, contemplando conteúdos de arte e literatura, privilegiando os nobres e burgueses. Com o passar do tempo, o acesso à escola foi ampliado, atendendo assim a camada popular.

Essas mudanças na educação conforme Nunes (1997) desencadeou a separação social do ensino, ou seja, há o ensino para a classe alta, o ensino para a classe média e o ensino para classe baixa. Essa separação marcou o começo da educação moderna.

Do mesmo modo que a escola ao longo da história sofreu mudanças, a família também se modificou. Os estudos sobre família geram inúmeras discussões, diferentes compreensões e importantes contribuições acerca dessa instituição responsável pela educação elementar das crianças, essa primeira educação de acordo com as crenças e valores da família.

Na sociedade capitalista caracterizada entre outros pelos meios de comunicação, que destacamos como um forte elemento produtor de reflexos nas ações da família e na educação. Através da propaganda e outros meios que estimulam o consumo de

mercadorias, disseminam valores de bem estar e de sucesso, estabelece modelos e dentre eles ganha espaços nas discussões sobre educação, escola e família, a questão da sexualidade explorada e propagada sob diferentes prismas que confundem, subestima ou supervaloriza determinados comportamentos que refletem nas tendências que marcam a sociedade e consequentemente, a educação escolar.

Fica então a preocupação que move essa pesquisa sobre quem é que deve assumir a responsabilidade da educação da sexualidade numa sociedade em que tantos são os meios que influenciam em concorrência com o sistema oficial de educação.

Nos documentos oficiais da educação, os PCN's deixam claro que a educação sexual é importante e os primeiros responsáveis são as famílias, ou os pais, entretanto, a escola pode contribuir nessa educação através de uma orientação educativa da sexualidade, onde os educandos poderão esclarecer dúvidas juntamente com os familiares de preferência.

A sexualidade, entendida como um jeito de se expressar, de sentir, de se relacionar com a natureza e com as pessoas (Nunes, 1997), faz parte da vida. As duas instituições sociais citadas acima influenciam no desenvolvimento de uma sexualidade saudável. Para Nunes:

> Pais e educadores estão unidos pela mesma responsabilidade social de gerar, preparar, enquadrar e habilitar as novas gerações ao convívio e reprodução material e simbólica do grupo social a que pertencem. Nesta sua responsabilidade institucional é que radicam as formas de supostas alianças entre o saber sexual transmitido pela família e aquelas informações e padrões de reforço exigidos pela escola [...] (Nunes, 1997, p.121)

Tanto a escola quanto a família possuem responsabilidades nesta educação, cada um com suas especificidades. A família geralmente aborda a sexualidade de modo assistemático, transmitindo valores; a escola ao abordar a sexualidade deve ampliar o conhecimento acerca da sexualidade, da diversidade, desenvolvendo o senso crítico no aluno, além de possibilitar a reflexão dessa orientação a fim de contribuir para a humanização da sexualidade.

Em suma, faz-se necessárias algumas considerações preliminares sobre este panorama histórico que delineamos até o presente momento. Percebemos que, no decorrer da história, a manifestação da sexualidade está interligada as relações sociais, especialmente no âmbito do gênero masculino e feminino, com seus conflitos e complexidades. Isto requer que lancemos um olhar sensível a estas nuances tênues, implícitas nas relações humanas, delineadas em seu tempo histórico e sociocultural, para que possamos compreender as suas incidências sobre a orientação educativa da sexualidade.

No próximo capítulo ampliamos nossa reflexão na leitura sobre a produção de conhecimento a respeito da sexualidade, amparados em Freud e Foucault para subsidiar nossas análises sobre a problemática da sexualidade e a implicação da relação família e escola na sua orientação educativa.

CAPÍTULO II

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE SEXUALIDADE

“Parece, pois, que uma educação sexual não pode prescindir, inicialmente, de um questionamento crítico das noções sexuais correntes (...) não se trata de ensinar a sexualidade, mas de preparar as condições em desenvolvê-la em seu contexto pessoal, de criá-la (...). Afinal, a sexualidade é um modo de expressão, liga-se estreitamente á sensibilidade constituindo, com ela, essa atividade essencialmente humana que é o erotismo.”
(Vasconcelos, 1973, p.30)

As reflexões desenvolvidas neste capítulo nos permitiram obter maiores informações sobre o nosso objeto de estudo, a orientação educativa da sexualidade, propiciando-nos ampliar nosso horizonte sobre o tema, bem como aprofundar nas constatações e questionamentos que produzem novos conhecimentos.

Atualmente, na mesma proporção em que o acesso à educação se amplia para a população em geral, cresce o desafio de uma educação de qualidade, relacionada com a formação integral do ser humano, visando sua liberdade e autonomia, aliadas à participação social inclusiva.

Desta forma e com o intuito de proporcionar uma formação integral do ser humano, a orientação educativa da sexualidade se insere como aquela que contribui para que o educador amplie seus conhecimentos ao mesmo tempo em que favorece a compreensão dessa temática no contexto escolar, com um olhar crítico e reflexivo.

A necessidade de explicitação dos conhecimentos teóricos e conceituais basilares da temática exige que conheçamos primeiramente os estudos de Sigmund Freud e de Michel Foucault e, a visão que nos deixaram sobre a sexualidade humana.

2.1 Freud: Identidade e Contribuições para Estudos da Sexualidade

Judeu habitante da região da Galícia e comerciante de lã, Freud nasceu em 1856 vivendo parte de sua primeira infância em Viena. Excelente aluno, porém restrito as opções de estudos por ser judeu, formou-se em Medicina em 1881.

Registros de suas cartas e de amigos da época indicam que Freud se dedicava mais à pesquisa científica que aos estudos do curso. Inicialmente, pesquisava sobre os órgãos sexuais de enguias, uma situação adversa, mas um interessante pré-anúncio das teorias psicanalíticas que se estruturariam vinte anos depois. Estes registros também apontam que Freud concluiu seus estudos de medicina satisfatoriamente, sem uma distinção especial como era esperado inicialmente.

Aos vinte e um anos de idade, optou por abreviar seu nome para Sigmund Freud. Permaneceu em Viena até 1938, período em que os nazistas chegaram à região, o que obrigou Freud a refugiar-se na Inglaterra, tendo quatro das suas irmãs mortas nos campos de concentração.

Ainda em 1877, decide deixar suas pesquisas com enguias para atuar no laboratório com Ernest Brucke, avançando para além da descoberta das estruturas de órgãos ou células, pontuando as suas funções.

Freud se dedicou neste período ao estudo da anatomia e da histologia do cérebro humano, identificando algumas semelhanças entre a estrutura cerebral humana e a de répteis. Descoberta que o estimulou a aproximar-se das pesquisas de Charles Darwin.

Aos trinta anos, casou-se com Martha Bernays e tiveram seis filhos: em 1887 Mathilde; em 1889 Jean Martin; em 1891 Oliver; em 1892 Ernest; em 1893 Sophie, e, em 1895 Anna.

Dentre eles, Jean Martin Freud descreveu seu pai como um homem extremamente dedicado ao trabalho e que nas férias de verão adorava estar com seus filhos. Esta descrição encontra-se na obra (memória) escrita por Martin Freud, intitulada “Freud: Homem e Pai”. Também Anna Freud se destacou entre os irmãos, optando pela área da psicanálise, em especial no tratamento de crianças e do desenvolvimento psicológico.

Freud é criador do termo “psicanálise” que designa um método de investigação dos processos inconscientes do psiquismo humano que traduzia como um iceberg, em que o consciente encontra-se na superfície sendo a parte visível, o inconsciente encontra-se submerso sendo a parte não visível e que entre o consciente e o inconsciente, encontra-se o pré-consciente.

Freud introduz os conceitos de *Id (isso)* que representa uma instância psíquica inconsciente, *Ego (eu)* representa uma instância psíquica consciente e *Superego (supereu)* representa uma instância psíquica com características tanto consciente quanto inconsciente.

O Id representa os processos primitivos do pensamento, é formado por instintos, impulsos orgânicos e desejos inconscientes. Ele é a fonte de energia psíquica, de desejos reprimidos, além de produzir imagens que direcionam estas energias. Segundo Freud, o Id constitui o reservatório das pulsões. Desse modo, toda a energia utilizada na atividade humana viria do Id.

Entendemos por pulsão a delimitação entre o anímico e o físico. De acordo com Freud:

> “O que distingue as pulsões entre si e as dota de propriedades específicas é sua relação com suas fontes somáticas e seus alvos. A fonte da pulsão é um processo excitatório num órgão, e seu alvo imediato consiste na supressão desse estímulo orgânico.” (Freud, 1905/2006, pg.159)

O Id é regido pelo princípio de prazer, e responsável pelo processo primário, em que havendo um determinado desejo, ele cria no imaginário o objeto que dará satisfação e prazer, o sonho é um bom exemplo. Assim, o id constitui a busca da satisfação imediata

querendo cada vez mais, de qualquer modo. Para ele só há o tempo presente, a contradição inexiste, funciona pela criação de imagens e pelos processos de condensação e deslocamento[7].

Em seus estudos, Freud descobriu que as pulsões são de natureza sexual e por isso utiliza o termo libido para designá-las, que significa tanto a sensação de necessidade quanto a sensação de satisfação. Sobre a libido, Rappaport afirma que:

> "A libido é a energia afetiva original que sofrerá progressivas organizações durante o desenvolvimento, cada uma das quais suportada por uma organização biológica emergente no período. Cada nova organização da libido, apoiada numa zona erógena corporal, caracterizará uma fase de desenvolvimento. Podemos definir uma fase de desenvolvimento como "a organização da libido, em torno de uma zona erógena, dando uma fantasia básica e uma modalidade de relação de objeto"." (Rappaport, 1981/2005c, p.33)

Esta energia sexual, ou seja, a libido existe em nós desde o nascimento e muda conforme a fase de desenvolvimento que o indivíduo está passando. Através dela são organizados os princípios de prazer e o princípio de realidade. Ela também é responsável por dois outros princípios antagônicos: Eros (amor) e Thânatos (morte), ou seja, um princípio de vida e um princípio de morte.

Eros está ligado às pulsões de vida, e como a vida pulsa interligada a todo o momento a algum tipo de conflito, pode não ocorrer a satisfação do princípio de prazer.

Thânatos está ligado às pulsões de morte, por esse motivo considerado mais poderoso que Eros, uma vez que, somente a morte poderá devolver a paz e o descanso.

Enquanto o Id proporciona o nível dos desejos, o Ego tentará concretizar esses desejos na realidade. Ele é organizado e permite o indivíduo adaptar ao mundo em que vive, tem capacidade de síntese e de movimento, estabelece a linguagem e as fantasias, além de guardar, organizar e atuar sobre a realidade física e psíquica.

O Ego representa a consciência e mantém uma relação de dependência para com os desejos do Id, a repressão do superego e a realidade do mundo. Segundo Freud "o Ego é um pobre coitado, espremido entre três escravidões ou três senhores: os desejos insaciáveis do Id, a severidade repressiva do Superego e os perigos do mundo exterior". (Freud, 1905/2006, pg.132)

Esta instância psíquica funciona como um mediador, ou seja, busca constantemente um equilíbrio entre o id e o Superego, obedecendo ao princípio da realidade que substitui o princípio de prazer. Nas palavras de Chauí, o princípio da realidade é o princípio que nos faz:

[7] Mecanismos de Defesa do Ego.

> "(...) compreender e aceitar que nem tudo o que se deseja é possível, que se for possível, nem sempre é imediato, que nem sempre pode ser conservado e muitas vezes não pode ser aumentado. O princípio de realidade é o que nos ensina a tolerar as frustrações." (Chauí, 1984/1987, p.63)

O princípio de realidade tem a função de mostrar-nos que nem tudo é como queremos e quando queremos, ele nos impõe limites.

Como o Ego se defronta constantemente com as pressões e as solicitações do Id, do Superego, do mundo exterior e as lembranças do passado, ele utiliza mecanismos a fim de eliminar a angústia do consciente para satisfazer ora o Id, ora o Superego. Estes mecanismos têm o nome de mecanismo de defesa, são funções do Ego e inconscientes.

Existem vários tipos de mecanismos de defesa e todos requerem gastos de energia psíquica. Há as defesas bem sucedidas que eliminam o que se rejeita e as defesas ineficazes onde se repete esse processo de rejeição até eliminar o que se rejeita.

O Superego é responsável pela formação da estrutura interna dos valores morais e a internalização desses valores morais, que demonstra o proibido e o desejável.

Divide-se em duas partes: o Ego Ideal e a Consciência Moral. O Ego Ideal equivale a internalização dos ideais almejados para o indivíduo viver em uma sociedade, como por exemplo, a fidelidade, o caráter, o desenvolvimento cognitivo e a bondade. Por meio do Ego Ideal, o Superego incita o indivíduo a ter esses valores. A Consciência Moral completa o Ego Ideal, pois, equivale a internalização das proibições, como por exemplo, se o indivíduo cultiva a fidelidade, sua violação causará sentimentos acusatórios.

Esta instância psíquica é essencial para o desenvolvimento e o convívio em sociedade, pois o indivíduo que não desenvolveu seu Superego é considerado um psicopata pelo fato de não ter valores internos. Esta ausência dos valores internos favorece a delinquência. Apesar de o Superego ser essencial para o desenvolvimento e convívio em sociedade, ele exagerado pode paralisar ou desencadear neuroses no indivíduo.

O Superego representa uma parte inconsciente que exerce a função de um juiz ou de um sensor moral ao ego. Chauí diz que o superego é "a instância repressora do id e do ego, tão inconsciente quanto o id, proveniente tanto das proibições culturais interiorizadas quanto das proibições que cada um de nós elabora inconscientemente sobre os afetos." (Chauí, 1984/1987, p.66)

Assim, o Superego caracteriza-se, por serem os nossos pensamentos morais e éticos internalizados, reprime o id, impossibilitando-o de realizar plenamente seus instintos e desejos, regulariza os valores morais desenvolvidos principalmente na educação,

produzindo o que é certo e errado, o bem e o mal, neste contexto, o superego tem aspecto consciente.

O Superego será de grande valia para o desenvolvimento da sexualidade, uma vez que o indivíduo com os valores e as proibições internalizadas, buscará agir dentro do permitido, do aceitável, sem esquecer os valores parentais[8].

2.1.1 Fases Do Desenvolvimento Psicossexual Segundo Freud

A sexualidade na psicanálise tem um sentido amplo, pois não se restringe apenas ao genital, mas a toda e qualquer forma de satisfação, em busca do prazer. Sob esta perspectiva, a sexualidade existe no homem desde o nascimento.

De acordo com Freud, a sexualidade diz respeito tanto ao prazer e às atividades que envolvem os genitais, como também a:

> "(...) toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância que proporcionaram um prazer irredutível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental (respiração, fome, função de excreção, etc.) e que se encontram a título de componentes na chamada forma normal do amor sexual." (Laplanche J. & Pontalis J.,1967/1991, p.476)

Freud foi pioneiro na explicitação da concepção da sexualidade infantil. Ele buscou compreender porque a maioria das pessoas se esquece da primeira infância. Para ele:

> "(...) durante esses anos, dos quais só preservamos na memória algumas lembranças incompreensíveis e fragmentadas, reagíamos com vivacidade frente às impressões, sabíamos expressar dor e alegria de maneira humana, mostrávamos amor, ciúme e outras paixões que então nos agitavam violentamente, e até formulávamos frases que eram registradas pelos adultos como uma boa prova de discernimento e de uma capacidade incipiente de julgamento." (Freud, 1905/2006, p.164)

Para Freud a amnésia infantil esconde o início da nossa vida sexual, sendo fruto do recalcamento, ou seja, o impedimento da consciência.

Entretanto, a sexualidade se desenvolve desde a mais tenra idade, podemos citar como exemplo o ato de chuchar[9], que se caracteriza em sugar com a boca repetidamente parte do corpo ou objeto, sem a finalidade de nutrição visando o relaxamento, o prazer.

---

[8] Valores transmitidos em família.

[9] O pediatra húngaro Lindner (1879) fez um estudo sobre o ato de chuchar, que significa sugar com deleite sem intenção de nutrição.

Este ato já demonstra uma manifestação da sexualidade infantil, pois este chuchar está relacionado com uma experiência vivenciada que proporcionou ao bebê uma sensação prazerosa, uma vez que suas necessidades foram atendidas.

A partir do chuchar Freud observa três características da sexualidade infantil que são:

a) origina-se de uma função somática, ou seja, a satisfação já foi experienciada;

b) é autoerótica, pois não conhece objeto sexual;

c) o alvo sexual está em uma zona erógena.

Entende-se por zona erógena "(...) uma parte da pele ou da mucosa em que certos tipos de estimulação provocam uma sensação prazerosa de determinada qualidade." (Freud, 1905/2006, p.172). Desse modo, a zona erógena pode ser qualquer parte do corpo, desde que o estímulo seja qualitativo.

Segundo Freud, o desenvolvimento da sexualidade possui três fases na infância, um período de latência e uma fase adulta. Sendo que a fase caracteriza-se quando uma determinada região está erotizada com a energia sexual ou a libido, e o período quando a região não é tão erotizada, canalizando a energia sexual para o intelectual e o social, ocorrendo à sublimação, o mecanismo de defesa utilizado pelo ego, citado anteriormente.

Ele classificou as fases de acordo com a origem do prazer, as zonas erógenas e os objetos que dão prazer. É necessário destacar que as idades de início e fim de cada fase são aproximações e não fixas, devendo considerar a flexibilidade neste quesito.

O desenvolvimento das fases tendem a ocorrer naturalmente e sem interrupções. No entanto, se em algum momento do desenvolvimento a angústia for demasiada, o Ego ativa mecanismos de defesa para encará-la, provocando a estagnação de energias nos mecanismos de defesa, o que consequentemente produz um ponto de fixação em que o indivíduo sob pressão regride para a fase do desenvolvimento, buscando a satisfação.

As fases classificadas por Freud são: fase oral, fase anal, fase fálica, período de latência e fase genital.

A Fase Oral inicia-se desde o nascimento até aos dois anos de idade, a zona erógena é a boca. Nesta fase, a criança descobre o mundo pela boca, por meio da sucção, da mordida. O seio materno se torna o objeto de prazer, como também seus substitutos, ou seja, a chupeta, o dedo, os alimentos, etc.

Freud afirma que nesta fase acontece o comportamento reflexo, exemplo: quando acendemos uma luz forte, fecham-se os olhos; colocar o dedo ou objeto na boca, sugar; colocar o dedo no centro da mão de um bebê, ele fecha a mão.

Também é nesta fase que se estabelecem as próximas relações afetivas, uma vez que o afeto é um laço prazeroso que independe das nossas necessidades básicas de

sobrevivência, apesar de ter relação. Sobre a formação de vínculos afetivos, Rappaport nos diz:

> "É a capacidade de formar um vínculo de prazer em si que pode permitir a formação da afetividade. Este processo de progressivas ligações emocionais, que denominamos de desenvolvimento das relações objetais, começa com o amor que a criança inicialmente dirige ao seio. Posteriormente o afeto reconhecerá a mãe, o pai, as outras pessoas e objetos do mundo, até a futura constituição de afetividade genital adulta." (Rappaport, 1981/2005c, p. 37-38)

A maneira como a mãe lida com o fato de ser mãe, como ela amamenta o bebê e a carga emocional da mãe, fará com que o bebê construa sua primeira impressão de mundo e suas futuras relações afetivas.

O conflito da fase oral ocorre com o desmame, se for uma fase onde as necessidades foram atendidas em equilíbrio, o bebê irá avançar para a próxima fase tranquilamente, caso contrário, poderá tornar-se um bebê desconfiado, pois o mundo não atende suas expectativas.

Já a fixação nesta fase tende a aparecer em um adulto fumante, que gosta de beber, falar demasiadamente e ávido apreciador do sexo oral, visando sempre à satisfação vivenciada nesta fase. Ou mesmo determinar um quadro clínico de esquizofrenia ou melancolia.

A Fase Anal inicia-se por volta dos dois anos de idade e vai até aproximadamente aos três anos de idade. Nesta fase a zona erógena é o ânus e o objeto de prazer é defecar ou reter as fezes, bem como seus substitutos: massinha de modelar, tinta, barro, massa de pão e bolo.

O conflito da fase anal ocorre com o controle esfincteriano, em que a criança deverá aprender a controlar suas fezes e sua urina. O modo como esse treinamento acontecer será fundamental para a criança avançar para a próxima fase, uma vez que, depende de como as pessoas que cuidam da criança recebem o seu primeiro produto, seu presente ao mundo.

A receptividade de seu produto, não somente esfecteriano, mas também a fala e o andar farão com que a criança desenvolva sua capacidade de produzir coisas boas, pois sentirá aceita e boa, e o que produz também é bom.

Vale lembrar que a criança dessa idade não diferencia ética e estética, portanto, bonito, bom, limpo, amor são a mesma coisa, como também, feio, mau, sujo e ódio. Concomitante a esse controle esfincteriano, iniciará a socialização, a autonomia e a internalização de valores. Sobre este momento de formação de valores, Rappaport afirma que:

> “A formação de valores é neste momento, rígida. A criança ainda é incapaz de uma ética relacional, sendo apenas capaz de entender o permitido e o proibido dentro de uma dicotomia absoluta. O certo e o errado devem estar bem definidos. A expectativa presente é a da recompensa do bem e da punição do mal.” (Rappaport,1981/2005a, p.6)

Nesta fase espera-se que as pessoas responsáveis pelo cuidar da criança tenham posturas semelhantes e regras iguais para que a criança internalize o certo e o errado, o permitido e o proibido, pois ela irá testar as regras e começará a recusar, utilizando bastante a palavra “não”.

Caso fixe-se nesta fase, a criança tende a tornar-se um adulto com habilidades para a pintura, à escultura, pode ser generoso ou avarento, ser compulsivo por ordem, arrumação, limpeza, ser teimoso, confuso e desatento, ser perfeccionista e ávido apreciador do sexo anal, visando sempre à satisfação vivenciada nesta fase. Ou mesmo determinar um quadro clínico de paranóia ou de obsessão.

A Fase Fálica inicia-se por volta dos três anos de idade e vai até aos seis anos de idade aproximadamente. Nesta fase a zona erógena são os órgãos genitais, o objeto de prazer é o pênis ou o falo, pois tanto os meninos quanto as meninas só reconhecem este órgão sexual. Nesta fase ocorre a masturbação, o exibicionismo e a curiosidade infantil. Para Freud a masturbação é:

> “A ação que elimina o estímulo e provoca a satisfação consiste num contato por fricção manual ou numa pressão (decerto preparada nos moldes de um reflexo) exercida com a mão ou unindo as coxas. Este último método é de longe o mais freqüente nas meninas. Nos meninos, a preferência pela mão já indica a importante contribuição que a pulsão de dominação está destinada a fazer para a atividade sexual masculina.” (Freud, 1905/2006, p.177)

Freud distingue três fases da masturbação infantil, sendo a primeira no período da latência, a segunda por volta dos quatro anos de idade e a terceira na fase da puberdade, que de acordo com o autor é a masturbação que merece ser levada em consideração.

Nesta fase, o exibicionismo aparece nas brincadeiras em que as crianças podem se olhar ou tocar, já a curiosidade infantil aparece com os questionamentos de onde vêm os bebês. Os meninos questionam o fato das meninas não terem pênis, e as meninas questionam porque não tem pênis.

O conflito ocorre com o “Complexo de Édipo”, que se caracteriza com uma mistura de sentimentos e afetos, ora com agressividade, fúria, medo, ora com paixão, amor e ódio. Todos os sentimentos e afetos originados de desejos sexuais em relação ao genitor do sexo oposto.

Nesta fase o menino apaixona-se pela mãe, desejando-a, o pai surge na relação filho-mãe como o interditor, representando uma figura repressora que impõe a lei, o limite. O menino por medo da castração renuncia ao desejo incestuoso. De acordo com Rappaport:

> "Não é apenas a perda do órgão fálico, mas a perda de tudo o que ele simboliza: o poder, a atividade, a conquista, a emergência do sujeito e as manifestações do instinto de vida, falicamente centralizados nesse estádio. Contra esse temor crescente mobilizar-se-ão três mecanismos básicos de defesa: a identificação, a repressão e a sublimação." (Rappaport, 1981/2005a, p.22)

Diante desse medo, o menino identifica-se com o pai adotando-o como modelo, reprime o desejo que sente pela mãe, ou seja, faz desaparecer da consciência esse desejo e por fim sublima esse desejo em atividades intelectuais e sociais.

Nesta fase, a menina apaixona-se pelo pai, desejando-o, descobre que não tem pênis e que sua mãe também não tem e a culpa por isso. Acredita que o pai lhe dará o que quer e lhe falta o falo; assim, concentra sua afetividade para o pai, no entanto, essa afetividade não chega a ser como na relação do filho com a mãe, já que a menina quer o falo que representa o poder, a força e, não diretamente o pai.

Visando conseguir o que quer, a menina identifica-se com a mãe, tentando ser ela, uma vez que o pai quer a mãe, bem como reprime o desejo que sente e consequentemente sublima esse desejo em atividades intelectuais e sociais.

Por meio dos mecanismos de defesa ativados pelo Ego, a fase fálica é encerrada deixando estabelecido o modelo de amor que a criança retomará na adolescência.

Para Freud, como a menina não tem medo da castração, por já ser castrada, o Édipo permanece na latência com dois marcos: primeiro quando ocorre a transferência da sexualidade clitoriana para a vagina, segundo quando a menina já mulher tem um filho, tendo assim uma resolução mais satisfatória.

Caso ocorra a fixação nesta fase, a criança tende a ter uma sexualidade infantil, parcial e difusa. A fase fálica é condicionada às fases anteriores, ou seja, se a fase oral e anal tiver sido vivenciada de modo saudável, a fase fálica organizar-se-á tranquilamente.

O Período de Latência inicia-se com a solução do complexo de Édipo, por volta dos seis anos de idade e vai até a puberdade. Este período sucede a genitalidade infantil e antecede a genitalidade adulta, ou seja, a fase fálica e a fase genital.

A zona erógena são os órgãos genitais, bem como os desejos sexuais sublimados em atividades intelectuais, sociais e culturais, período em que é normal ter a separação de grupos, ou seja, os meninos brincam com os meninos e com brincadeiras de meninos; as meninas brincam com as meninas e com brincadeiras de meninas, demonstrando um

conflito ocorre com a descoberta sexual. A sexualidade encontra-se reprimida e reaparece na adolescência.

Neste período forma-se também a personalidade moral e social do sujeito. A socialização e a vivência escolar estão em desenvolvimento acelerado, caso a criança tenha vivenciado experiências que não foram resolvidas satisfatoriamente em alguma fase anterior, qualquer pressão emocional traumática poderá provocar angústia e ela regredir à fase fixada, a fim de eliminar o sentimento de angústia.

A Fase Genital inicia-se na adolescência e segue na vida adulta. Nesta fase há o interesse em papéis sociais e sexuais. Freud descreve esta fase da seguinte forma:

> "A diferença desta última reside apenas em que a concentração das pulsões parciais e sua subordinação ao primado da genitália não são conseguidas na infância, ou só o são de maneira muito incompleta. Assim, o estabelecimento desse primado a serviço da reprodução é a última fase por que passa a organização sexual." (Freud, 1905/2006, p.188)

Esta última fase do desenvolvimento psicossexual, conduz o indivíduo ao pleno desenvolvimento, tornando-o capaz de amar, competir, trabalhar e produzir. Nesta fase, a sexualidade genital já está definida e tem capacidade de criar vínculos afetivos e sexuais duradouros, bem como o desenvolvimento cognitivo e social foi adquirido.

Em suma, os estudos de Freud contribuem para que pais e educadores saibam conduzir o amadurecimento emocional das crianças e adolescentes, de forma a promover o desenvolvimento integral dos mesmos, considerando-se obviamente o contexto sócio-histórico e cultural de cada um.

2.2 Foucault: Identidade e Contribuições para Estudos da Sexualidade

Nascido quase um século depois de Freud em Poiters, França, Paul-Michel Foucault estudou História e Filosofia, dedicando-se às obras de Hegel.

O seu contato com a psicologia, psiquiatria e psicanálise despertou o interesse pela leitura das obras de Platão, Marx, Nietzsche, Husserl, Heidegger, Freud, Lacan, bem como aprofundou seus estudos em Kant.

Em 1950, licenciou-se em filosofia na Soborne e, já no ano seguinte, formou-se em psicologia, aprofundou-se em psicologia patológica e tornou-se professor assistente na universidade de Lille e, mais tarde lecionou psicologia e filosofia em várias universidades, na Alemanha, na Suécia, na Tunísia, nos Estados Unidos, etc. Atuou como psicólogo em hospitais psiquiátricos e presídios.

Tornou-se conhecido por suas ideias, sua concepção sobre a evolução da história da sexualidade, teorias relativas à energia e a relação entre o poder e o conhecimento. Foi um intelectual que se centrou nos processos de subjetivação e no dinamismo da vida, autoproclamando-se homossexual. Interrompeu seu projeto sobre a "História da Sexualidade", com o qual almejava explicitar que a sociedade ocidental utiliza o sexo como instrumento de poder, por meio da expressão e não da repressão. Morreu no ano de 1984, em Paris na França, vítima de AIDS.

2.2.1 Foucault e a Vontade de Saber

O pensamento desenvolvido por Foucault auxilia-nos no aprofundamento sobre a história da sexualidade ocidental, uma vez que, ele foi pesquisador da sexualidade, nos dando compreendê-la a partir das relações de poder, de acordo com cada época, considerando as condições socioeconômicas e culturais.

Foucault ao abordar arqueologicamente os fatos discursivos, investiga as sociedades passadas, considerando como elas lidam com o saber e o poder. Concluindo que isso se dá por meio de dispositivos discursivos que Chauí expressa:

> "Isto é, conhecer uma sociedade ou uma época de uma sociedade, é descobrir o que ela diz, como o diz, por que o diz, para que o diz, a quem o diz, como foi possível esse dizer, que práticas o suscitaram e foram suscitadas por ele, e o que não é dito." (Chauí, 1984/1987, p.181)

Por meio da prática discursiva, Foucault descreve o dispositivo da sexualidade, entendendo ser um meio para guiar o corpo e seus prazeres, através de leis, do discurso, da ausência do discurso, do saber e do poder. O dispositivo da sexualidade sobrepõe o da aliança que até então predominava na sociedade. Este sintetiza o matrimônio já existente na sociedade, onde podemos perceber a transmissão de bens e nomes, bem como a definição das regras, do permitido e do proibido, do certo e do errado, interferindo no modo de como as pessoas podem experienciar suas sensações prazerosas, sendo de suma importância a reprodução, pois a família é responsável em perpetuar tal dispositivo.

No caso da sexualidade, como a aliança, se organizam os parceiros sexuais, porém, visam outros objetivos, como as sensações, a qualidade dos prazeres, a inovação, a proliferação. A família também contribui por ser o primeiro lugar onde há a manifestação da sexualidade.

Sendo esta uma manifestação incestuosa, representa o dispositivo da aliança, por ser proibido; mas também, por ser o tempo todo requerido, torna-se um dispositivo da sexualidade, por incitar continuamente a sexualidade.

De acordo com Foucault, até o início do século XVII, as práticas sexuais eram sem disfarce e segredo, havia franqueza e o sexo era considerado sagrado e não profano. Entretanto, as mudanças ocorridas na época, principalmente de caráter religioso, influenciaram na postura da sociedade diante da sexualidade. Foucault nos diz que:

> "A sexualidade é, então cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais." (Foucault, 1988/2010a, p.9-10)

O que antes era tido como algo natural, sem segredos, passa a ser cada vez mais pessoal e privado. Cabe à família cuidar da sexualidade, quando somente o casal, em seu quarto a realizar com a finalidade de fecundar.

2.2.2 Arte Erótica e Ciência Sexual: Sobre a Verdade do Sexo

Segundo Foucault, há historicamente dois modos para produzir a verdade do sexo: a "*ars erótica"*, ou arte erótica e a "*scientia sexualis"*, ou ciência sexual.

No século XVIII, surgem nos governos a preocupação com a população e suas especificidades, como natalidade, óbito, expectativa de vida, doença, alimentação, moradia. No centro dessa preocupação está a questão sexual. Pretendiam regularizar o sexo da população segundo seus objetivos, através da medicina, da pedagogia, da psiquiatria e do direito. Com isso surge a análise das práticas sexuais ou o discurso sexual, com o intuito de falar a verdade sobre o sexo.

Desse modo, o sexo ficou subordinado a essas áreas, que visam organizar e apropriar os saberes sexuais. A pedagogia encarregou-se da criança. Já a medicina voltou-se para a higiene e as doenças sexualmente transmissíveis (DST's). A psiquiatria, por sua vez, buscou a perversão sexual e assim por diante.

Num primeiro olhar superficial, essa subordinação seria apenas para vigiar e reprimir as sexualidades consideradas errantes e/ou inúteis, no entanto, serviram como mecanismos de incitação dupla: o prazer e o poder:

> Prazer em exercer um poder que questiona, finaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir. (Foucault, 1988/2010a, p.52-53)

Assim, prazer e poder se intensificaram. Trata-se do poder em ter prazer e do prazer em ter poder sobre o sexo. Nesta perspectiva, o prazer cresce através do poder que o cerca, sem anulação de um ou de outro. Eles se unem, se olham, por meio de excitação e de incitação, configurando uma trama de sedução nas relações entre pais e filhos, professor e aluno, médico e paciente.

Essa trama favoreceu a circulação do sexo como forma do poder hierárquico que para ele:

> "Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais." (Foucault, 1988/2010a, p.102-103)

O que o poder coloca em destaque são as relações entre os seres humanos, e configura-se quando uns agem sobre a ação dos outros.

A sociedade exemplifica esta configuração de relações, uma vez que ela une poder e prazer. Desse modo, uma nova fonte de prazer surge que é o prazer de contar e de ouvir a verdade em forma de confissão, que nem a enxergamos mais como coação em forma de poder:

> "Em vez de contar os erros e as ingenuidades dos moralistas que, no século XIX, povoaram os discursos de verdade sobre o sexo, seria melhor delimitar os procedimentos pelos quais essa vontade de saber relativa ao sexo, que caracteriza o Ocidente moderno, fez funcionar os rituais da confissão nos esquemas da regularidade científica: de que maneira se chegou a constituir essa imensa e tradicional extorsão de confissão sexual em formas científicas?" (Foucault, 1988/2010a, p.74)

Este discurso sobre a verdade do sexo deixou de pertencer somente ao plano religioso, passou a fazer parte de interrogatórios judiciais, de autobiografias e de terapias, pois contar tudo em tempo pode contribuir para curar. O discurso tratava de contar todo o ato sexual, desde as preliminares até os pensamentos, os desejos e o prazer ou desprazer.

Foucault delimitou os procedimentos relativos ao sexo sobre a vontade de saber, demonstrando como a confissão sexual constituiu-se cientificamente:

- ✓ codificação clínica do fazer falar, ou seja, interrogar, hipnotizar, associação livre (encorajar a pessoa a dizer tudo o que viesse a mente, como também contar seus sonhos);
- ✓ postulado de uma causalidade geral e difusa, o sexo pode ser responsável por tudo, desde os maus hábitos de uma criança até a degeneração da raça;
- ✓ princípio de uma latência sexual, tudo pode ser sexual, uma vez que o sexo é obscuro e clandestino;
- ✓ método de interpretação, a confissão em discurso científico interpretando a sexualidade;
- ✓ medicalização dos efeitos da confissão, o sexo é classificado como normal ou patológico, tendo em vista as propostas de terapia.

Podemos perceber que, com a constituição do discurso sobre esta questão, a nossa sociedade buscou verdades sobre o sexo, utilizando a confissão como recurso e adequando-a ao discurso científico "A scientia sexualis, desenvolvida a partir do século XIX, paradoxalmente guarda como núcleo o singular rito da confissão obrigatória e exaustiva, que constituiu, no Ocidente cristão, a primeira técnica para produzir a verdade do sexo." (Foucault, 1988/2010a, p.77)

Esse meio de produzir a verdade sobre o sexo, penetrou as áreas das ciências (pedagogia, medicina e psiquiatria), bem como as relações familiares entre adulto e criança, contribuindo para a produção da sexualidade, considerada verdade do sexo e de seus prazeres.

A sexualidade como fruto da ciência sexual teve origem em nossa sociedade através da curiosidade e da vontade de saber tudo sobre o sexo, a fim de controlá-lo. Desta forma, faz necessário explicitarmos a definição de sexualidade cunhada por Chauí:

> "A sexualidade não se confunde com um instinto, nem com um objeto (parceiro), nem com um objetivo (união dos órgãos genitais no coito). Ela é polimorfa, polivalente, ultrapassa a necessidade fisiológica e tem a ver com a simbolização do desejo. Não se reduz aos órgãos genitais (ainda que estes possam ser privilegiados na sexualidade adulta) porque qualquer região do corpo é susceptível de prazer sexual, desde que tenha sido investida de erotismo na vida de alguém, e porque a satisfação sexual pode ser alcançada sem a união genital." (Chauí, 1984/1987, p.15)

A partir do momento que se define o que é sexualidade, o conceito de sexo também é redefinido, deixando de ser apenas uma função natural de reprodução com prazer ou desprazer e passa a configurar um fenômeno mais global. Esse prazer para a autora engloba o nosso ser por completo, proporcionando significados em toda atividade que realizamos como trabalho, política, afetos, humor, felicidades, tristeza, que em um primeiro momento, nada tem de sexual.

Esta perspectiva sobre a sexualidade transcende a descrição de Foucault sobre as quatro estratégias que produzem dispositivos específicos de poder e saber em volta do objeto de conhecimento que é o sexo. Para Foucault, as estratégias que produzem dispositivos específicos são:

- ✓ histerização do corpo da mulher, ou seja, um corpo impregnado de sexualidade, fecundo, que é mãe e histérica ao mesmo tempo;
- ✓ pedagogização do sexo infantil, ou seja, a criança ignora uma atividade sexual saudável, o que torna essa atividade perigosa, uma vez que apresenta um risco para a sua vida, sendo a masturbação o principal risco;
- ✓ socialização das condutas de procriação, ou seja, o Estado e a medicina controlam a fecundidade dos casais;
- ✓ psiquiatrização do prazer perverso, ou seja, este tipo de prazer torna-se doença.

Essas estratégias favoreceram o aparecimento de quatro figuras consideradas objetos de saber: a mulher doente dos nervos, a criança que se masturba, o casal malthusiano[10], o adulto depravado, além de tratar da construção da sexualidade.

Foucault deixa de lado a hipótese repressiva sobre a sexualidade humana, em que somente o casal com função procriativa, tem autorização para práticas sexuais. No entanto, ele constrói uma nova hipótese sobre a sexualidade humana, baseada na excitação dos corpos, no estímulo ao discurso, na veemência dos prazeres, na produção de conhecimentos. Sob esta nova hipótese a sexualidade se constrói socialmente.

2.3 Considerações destes Pressupostos no Âmbito Escolar

A escola sendo um ambiente coletivo e socializador deve identificar e trabalhar os sintomas que as crianças apresentam como o ciúme, a inveja, a raiva, de modo a favorecer o amadurecimento das crianças e de suas relações pessoais e interpessoais, bem como desenvolver o respeito com a diversidade e a busca pelo conhecimento.

As pesquisas realizadas por Freud contribuem significativamente para uma orientação educativa da sexualidade, bem como da formação do professor frente a este tema. Suas pesquisas revelam como o psiquismo humano funciona por meio das instâncias psíquicas: o inconsciente, o consciente e o pré-consciente, ou o Id, o Ego e, o Superego.

Ele mostra como a sexualidade está presente em todos os momentos da nossa vida, desde o nascimento. Também demonstra como a curiosidade infantil está relacionada

[10] Casamento com foco no casal e não em filhos.

com a sexualidade, uma vez que é por meio da curiosidade que começamos a questionar, a pensar, a construir conhecimentos e relações, construídas desse modo o vínculo com o saber.

Podemos dizer que para aprender, a criança tem que ter prazer, o momento da aprendizagem deve ser prazeroso para ambas as partes: educador e educando. Se o educador tem conhecimento das necessidades do educando, ele possui uma ferramenta significativa para o sucesso de ambos no processo da construção do conhecimento, favorecendo o ensino e a aprendizagem.

Em consonância à hipótese da sexualidade humana que Foucault constrói, acreditamos que a maneira como a sexualidade é tratada na escola, biologicamente e fragmentada, necessita de mudanças no sentido de tratar a sexualidade humana como uma construção produzida ao longo do tempo, pelas diversas culturas.

A escola configura um ambiente em que a relação educador e educando produz saber. No propósito da orientação educativa da sexualidade (nosso objeto de pesquisa), a escola confirma os discursos fragmentados e biológicos ao tratar da sexualidade, esquecendo-se de considerar a formação integral do ser humano, que engloba todas as dimensões da vida humana.

Podemos dizer que a escola necessita abranger a orientação educativa da sexualidade, por meio da problematização, questionamentos e abertura ao diálogo. Este olhar peculiar sobre a temática necessita da compreensão a respeito das influências sofridas culturalmente, bem como entender que estas interferem no comportamento, nas posturas e valores dos educandos. O foco de este novo olhar educativo encontra respaldo na necessidade de promover a construção de um ambiente acolhedor, em que os educandos sintam vontade de partilhar seus questionamentos, dúvidas e anseios.

CAPÍTULO III

A ORIENTAÇÃO EDUCATIVA DA SEXUALIDADE NO ÂMBITO DA DOCÊNCIA

"É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima."
(Freire, 1996, p.39)

Neste capítulo explicitamos algumas reflexões sobre a formação e a prática docente do professor da educação básica para a orientação educativa da sexualidade. Buscamos entender a educação brasileira, a função social da escola, a parceria escola e família, bem como compreender até que ponto as leis educacionais favorecem a inserção da Orientação Sexual como esta a prevê. Para essas análises nos pautamos nos seguintes referenciais: António Nóvoa, Isabel Alarcão, Galli Soares, Paulo Freire, La Taille, Sayão, Nunes, entre outros autores.

Optamos por aprofundarmos na explicitação de alguns aspectos da formação e da prática docente que influem de forma indireta ou diretamente no processo de ensino e aprendizagem, bem como na relação escola e família, teoria e prática presentes no cotidiano escolar.

No âmbito escolar, lócus da atuação docente, as relações humanas estabelecidas estão carregadas de elementos de ordem afetiva e social, às vezes, contraditórias devido à inversão dos valores socialmente constituídos.

3.1 A Formação e a Prática Docente do Professor da Educação Básica

Ao focarmos nosso olhar sobre a formação e a prática docente, temos presente que não se trata de uma questão inédita, no entanto, a sua relevância repousa sobre a compreensão dos saberes docentes e sobre a formação que subsidia sua atuação como educador.

A prática docente apresenta uma 'roupagem' específica, ornada pelo discurso científico de âmbito internacional e nacional. Na perspectiva de Schön (1983) o educador é compreendido como um profissional que adquire e desenvolve conhecimentos a partir da prática e no enfrentamento dos desafios que a profissão apresenta.

Desta forma, consideramos necessário indagar se a formação e configuração formada pela ação docente na prática escolar referente aos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem, seus desdobramentos na relação escola e família definem-se como ação prática reflexiva, ou como ação prática reprodutiva?

Neste sentido, ao nos reportarmos sobre o percurso histórico da educação brasileira, percebemos que esta se constitui num campo vasto para a investigação. Dentre os estudiosos que abordam esta questão, enfatizamos os estudos de Tanuri (2000), que investigou a história da formação de professores no Brasil desde o início da colonização até a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN ou LDB). A autora

proporciona uma viagem pela história da educação e realça como se deu a formação de professores no Brasil. Trata-se de uma viagem compacta, marcada por tempestades políticas e calmarias, conflitos e consensos pedagógicos atrelando as opções educacionais ao contexto de cada período.

Segundo Saviani (2009), os aspectos históricos da formação de professores no Brasil que se processaram nos últimos dois séculos podem ser distinguidos em seis períodos: de 1827 a 1890 com os ensaios intermitentes de formação de professores; de 1890 a 1932 devido ao estabelecimento e expansão do padrão das escolas normais; de 1932 a 1939, a partir das organizações dos Institutos de Educação; de 1939 a 1971 com a organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais; de 1971 a 1996 já com a substituição da Escola Normal pela Habilitação específica de Magistério e de 1996 a 2006 com o advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia.

Saviani é incisivo em sua crítica ao afirmar que se:

> "(...) transformada a docência numa profissão atraente socialmente em razão da sensível melhoria salarial e das boas condições de trabalho, para ela serão atraídos muitos jovens dispostos a investir seus recursos, tempo e energias numa alta qualificação obtida em graduações de longa duração e em cursos de pós-graduação. Com um quadro de professores altamente qualificado e fortemente motivado (...) estaremos formando os tão decantados cidadãos conscientes, críticos, criativos, esclarecidos e tecnicamente competentes (...)" (Saviani, 2009, p.20).

Desta forma, ao lançarmos um 'olhar retrospectivo' no âmbito da legislação educacional brasileira nos últimos cinquenta anos, percebemos que as leis de diretrizes e bases para a educação nacional, foram implantadas tendo presente a coexistência de influências liberais e tradicionais no âmago da estrutura educacional.

A LDBEN (DL 4024/61) estabelecia: a) Educação Pré-Primária, destinada às crianças até seis anos; b) Ensino Primário, destinado às crianças a partir de sete anos, ministrado no mínimo em quatro séries anuais, podendo se estender em até seis anos; c) Educação de Grau Médio, em dois ciclos: o Ginasial e o Colegial. O ingresso a esta etapa de ensino se dava por meio da aprovação no exame de admissão. O colegial abarcava os cursos técnicos e a formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

Esta lei serviu de base para a criação do Plano Nacional da Educação, que teve a duração de dez anos.

Em 1971, o DL 5692/71 alterou a estrutura educacional da lei anterior (DL 4024/61). Com isso, as crianças menores de sete anos passaram a frequentar escolas maternais e jardins de infância. O ensino primário e ginasial foi agrupado em um único grau de ensino,

chamado ensino de 1° Grau ministrado em oito anos. O colegial passou a ser ensino de 2° Grau, obrigatoriamente técnico e profissionalizante. A partir desta lei, estendeu-se a obrigatoriedade do ensino da primeira a oitava série.

Em 1985, o Brasil deixou de ter a ditadura militar[11] como governo e passou a ter um governo civil. Neste novo cenário, a educação começou a ser debatida de forma mais ampla no contexto brasileiro, culminando na elaboração da atual lei de diretrizes e bases da educação nacional.

A partir do DL 9394/96, o ensino pré-primário, ou seja, os maternais e jardins passaram a compor a Educação Infantil. O ensino de 1° grau, no caso, o primário e o ginasial passaram a compor o Ensino Fundamental. O ensino de 2° grau tornou-se o Ensino Médio. Assim, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio passaram a compor a Educação Básica brasileira.

Desta forma, a LDB – DL 9394/96 estabelece as bases para a organização da educação brasileira em vigor. O inciso I do art. 21 estabelece que a 'educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio'.

Para Saviani (1997), a mudança imediata ocorrida na nova LDB equivale ao calendário anual letivo em que as escolas devem cumprir 200 dias letivos e 800 horas. O restante pode ou não haver mudança por depender de "encaminhamentos de política educacional e das condições dos órgãos normativos dos sistemas de ensino ou das próprias escolas." (Saviani, 1997, p.226)

Neste sentido, visando orientar o currículo escolar brasileiro e por em prática os princípios norteadores da LDB vigente, foram elaborados os 'Parâmetros Curriculares Nacionais' (PCN, 1997) para todos os anos e componentes curriculares do ensino fundamental. Os PCN propõem a aproximação do ensino à vida cotidiana do aluno, à realidade do aluno, incentivando-o a pesquisar, levantar hipóteses, criticar, estabelecer relações, interpretar, criar.

Nos PCNs (1997) estão às proposições que constituem os fundamentos, metas e meios para se obter a participação e valorização da autonomia almejada para a educação de base no Brasil. Vale lembrar que no período de 1995 a 1996, sua proposta foi exaustivamente discutida e examinada por educadores, autoridades educacionais e organismos especializados.

Esta trajetória legislativa da educação brasileira está interligada à coexistência de diferentes tendências pedagógicas presentes na formação de professores e sua práxis, cuja complexidade se insere no cotidiano docente nos anos iniciais do ensino fundamental.

[11] Golpe militar de 1964, regime que governou por vinte e dois anos o país e assolou duramente os profissionais da educação.

A formação e prática docente se encontram respaldada por instituições predominantemente ‘instrucionista’ e a ‘reprodução’ tem sido valorizada no contexto educacional. Para Demo:

> “(...) (os professores) foram formados em instituições instrucionistas, muito distanciados da pesquisa e da elaboração própria; conviveram com professores que não estudaram, apenas davam aula; foram avaliados sempre pela prova reprodutiva; e agora possuem um diploma, que, supostamente, os dispensaria de estudar, já que estudar é coisa de aluno!” (Demo, 2011, p.1)

Constatamos que o referido discurso apologético à pesquisa e de repúdio ao modelo instrucionista afirma que, apesar da formação atual de professores apontar para outros rumos, dentre eles o da pesquisa como fonte de construção do conhecimento, há professor que não dá continuidade aos seus estudos e restringe a sua prática a dar aulas e em muitos casos, o que é até pior, sempre as mesmas aulas.

Neste sentido, no que se refere à prática reprodutivista ainda temos que:

> “(...) Aula é, muitas vezes, anteparo da mediocridade de um docente que apenas copia e só consegue que os alunos copiem. Não é culpa dele, porquanto é vítima do sistema como todos os alunos e professores. Continua fazendo a instrução que lhe foi transmitida no curso para se tornar docente.” (Demo, 2011, p.6)

A prática docente pautada nesse modelo instrucionista, amplamente criticado por Demo (2011), chamamos neste estudo de ação prática reprodutiva, pois nosso olhar repousa sobre a prática pedagógica do docente, visualizada em suas ações. Soares (2006) define a ação docente da seguinte forma:

> “A ação docente consiste no conjunto de procedimentos do Professor que fazem acontecer o ensino. São atitudes que constroem e percorrem o processo de ensino e avaliação, num itinerário que pressupõe definição de objetivos e de recursos traduzidos como técnicas e procedimentos e que devem, portanto, ser estudadas e planejadas previamente.” (Soares, 2006, p.39)

O professor em sua ação docente demonstra a concepção de ensino, que carrega sua visão de mundo, seu envolvimento com a educação, com o ato de educar, uma vez que, sua ação está intimamente relacionada com o efeito provocado no educando. Neste sentido se faz necessária uma ação prática reflexiva.

A ação prática reflexiva desvelada com base nos princípios filosóficos educacionais de Freire (1996/2007) aponta para a necessidade de pensar em uma formação e prática docente que não seja reprise das já existentes. Mas, capaz de construir um ‘novo modelo’, que sirva de fundamento sólido para a sociedade, valendo-se das melhores alternativas

presentes na formação e prática docente, deslumbrando a inserção social dos sujeitos à margem social. Para Freire:

> "(...) é fundamental que, na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o (pensar) ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador. [...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática." (Freire, 1996/2007, p.38-39)

Diante destas ideias, temos que esse estudioso, com seu 'modo de pensar inquieto', questiona o agir educacional passivo e comodista. Denomina a 'educação tradicional', instrucionista e reprodutiva de 'educação bancária'. Ele explicita em sua obra 'Pedagogia da Autonomia' a necessidade de se desenvolver uma prática educativa que forme cidadãos críticos, reflexivos e conscientes do processo formativo no qual estão inseridos.

Neste sentido, o educando passa a constituir-se em receptor e sujeito respectivamente, num movimento holístico mediado pelo educador. A este enfoque formativo e prático defendido por Freire (1996/2007) chamamos neste estudo de ação prática reflexiva.

Entretanto, necessitamos considerar que há implicações graves no âmbito da formação de professores quando subordinadas a organismos institucionais, nacional e internacional, demasiadamente engrenado no viés econômico e/ou político (partidário e ideológico) centrado na demanda mercadológica (industrial, tecnológica, social) e nas culturas locais e nacionais.

Mediante este contexto, as noções de saberes docentes problematizam a própria prática docente e superam a dicotomia entre teoria e prática, de cunho acadêmico, possibilitando a articulação dos diversos tipos de saberes na prática profissional. Esta linha literária educacional ancora-se na concepção do professor como profissional prático reflexivo munido de saberes mobilizados para a sua prática docente (Alarcão, 1996; Nóvoa, 1999; Tardif, 2007).

Esta concepção de saber basilar, constituída socialmente possibilita que se compreenda a configuração outorgada e esperada de um profissional prático reflexivo. De acordo com Tardif:

> "Nesta perspectiva, acreditamos que as competências do professor, na medida em que se trata mesmo de competências profissionais, estão diretamente ligadas às suas capacidades de racionalizar sua própria prática, de criticá-la, de revisá-la, de objetivá-la, buscando fundamentá-la em razões de agir." (Tardif, 2007, p. 223).

Trilhando por vias de pensamentos similares, Nóvoa (2007) apresenta como desafio a formação de professores centrada na prática e em sua análise para refletir e trabalhar sobre a prática e, então aprender o como fazer.

Alarcão (1996), em consonância com Nóvoa (1999) e Tardif (2007), apresenta subsídios para a formação de professores práticos reflexivos, propõe que a formação docente seja amparada por três características fundantes: a holística, a participativa e a descentralizadora. A primeira característica está ancorada no desenvolvimento do eu articulado à vida cotidiana. A segunda característica promove a construção de saberes por meio da colaboração e da participação. A terceira característica visa à superação da dicotomia entre teoria e prática, centrada na problematização dos saberes experienciais.

Desta forma, para Schön (1983), a formação do futuro profissional deverá incluir a reflexão a partir de situações práticas reais, ou seja, da realidade. Trata-se da epistemologia da prática, resultante do conhecimento construído pelo profissional a partir de sua própria prática. Este autor propõe três conceitos sobre o pensamento prático reflexivo: o conhecimento na ação que é o componente inteligente que orienta toda a atividade humana; a reflexão na ação que é a possibilidade de aprendizagem significativa; a reflexão sobre a ação e sobre a reflexão na ação que é a análise realizada 'a posteriori' da própria ação.

O primeiro conceito envolve o saber fazer, enquanto o segundo conceito não só se aprende e se constrói novas teorias, esquemas e conceitos; mas também se aprende o próprio processo didático de aprendizagem em contato com a situação prática. Já o terceiro conceito, refere-se à reflexão sobre a ação e, é um componente essencial do processo de aprendizagem permanente, continuada, que constitui a formação mais ampla do profissional.

Atualmente no Brasil, dentre os programas de formação continuada oferecidos para os docentes do ensino fundamental (1º ao 5º ano) temos o "Programa de Formação de Professores – Letra e Vida" (PROFA) [12], proposto pelo Ministério da Educação e Cultural (MEC) em 2001.

Esse programa foi criado pela educadora Telma Weisz apresentando os objetivos de melhorar significativamente os resultados da alfabetização no sistema de ensino estadual, tanto quantitativamente quanto qualitativamente; contribuir para uma mudança de paradigma no que se refere tanto à didática da alfabetização quanto à metodologia de formação dos professores; contribuir para que se formem, na base do sistema estadual de educação, quadros estáveis de profissionais capazes de desenvolver a formação continuada

[12] O programa encontra-se disponível na integra em http://cenp.edunet.sp.gov.br/letravida

de professores alfabetizadores; contribuir para que tanto as diretorias de ensino, quanto as unidades escolares sintam-se responsáveis pela aprendizagem de todos os seus alunos; favorecer a ampliação do universo cultural dos formadores e dos professores cursistas, principalmente no que se refere ao seu letramento.

Segundo a criadora do programa, no que se refere à prática docente, parte-se do pressuposto de que ela precisa ser tematizada, ou seja, torna-se necessário realizar uma análise que parta da prática documentada, por meio de registros diários detalhados, para explicitar as hipóteses didáticas que norteiam o trabalho do educador.

Trata-se, portanto, de uma reflexão a partir do cotidiano docente vivido no âmbito da regência em sala de aula. Assim, as anotações diárias realizadas de forma minuciosa possibilitam que o docente se autoanalise a partir de sua própria prática, percebendo as características e tendências de sua atuação.

A explicitação e compreensão dos elementos próprios da prática docente constituem-se em condição necessária para clarificar e consolidar o ato pedagógico, cuja função é a aprendizagem efetiva do educando.

3.2 Políticas Educacionais Orientadoras

Antes de abordar o trabalho com a orientação educativa da sexualidade, propriamente dito, é necessário refletir sobre as orientações fornecidas pelas leis que dão sustentação a este trabalho.

Tanto a Constituição da República Federativa do Brasil de 1989, em seu artigo 205, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-DL 8069/1990) em seu artigo 53 e a LDBEN (DL 9394/1996) em seu artigo 2º, preveem que a educação vise ao pleno desenvolvimento da pessoa. Isto implica dizer que a educação deve promover não somente o desenvolvimento cognitivo, mas também o social, o físico, psíquico e afetivo. Como a sexualidade está intimamente relacionada com a afetividade, ela compreende o pleno desenvolvimento da pessoa.

A LDBEN (DL 9394/1996), no artigo 26, diz que os currículos devem ter uma base nacional comum, a ser contemplada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, e ter uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, cultura, economia e clientela.

Diante desse novo olhar para a educação brasileira, em 1997 surgiu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que trouxeram orientações curriculares para a educação básica e que:

> "(...) responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseados nos princípios democráticos." (Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais [PCN's],1997a, p.13)

De acordo com o documento do governo, os PCN's representam uma proposta curricular flexível, que serve de base para a educação brasileira e busca a qualidade de ensino. Eles trazem orientações curriculares para serem desenvolvidas por áreas de conhecimento, com abordagem transversal.

O PCN, na abordagem dos Temas Transversais, busca provocar a reflexão ética e a aprendizagem dos alunos em relação à realidade brasileira; trata de questões sociais, a fim de que eles se tornem capazes de eleger critérios de ação pautados na justiça, detectando e rejeitando a injustiça quando ela se faz presente. Um dos seus objetivos é estimular a observação crítica, propiciada pelos temas ligados à Ética, ao Meio Ambiente, à Orientação Sexual, às Questões locais, etc.

Os Temas Transversais atendem ao princípio de que a escola deve formar cidadãos críticos e conscientes, tendo por meta a igualdade de direitos e a democracia. Nos PCN's, a democracia é entendida como "uma forma de sociabilidade que penetra em todos os espaços sociais." (PCN's, 1997d, p.5). Assim, esses temas são sociais com utilidade para a vida do aluno, que desencadeiam o diálogo em sala de aula, promovendo a dignidade humana, a igualdade de direitos, a democracia e a co-responsabilidade pela vida social com participação ativa do mesmo na sociedade.

Neste sentido, a orientação educativa da sexualidade se faz necessário no contexto escolar, pois além de ser diferente da educação dada pela família, promove a discussão sob diferentes óticas a respeito do assunto, favorecendo o desenvolvimento da sexualidade de maneira responsável e prazerosa. Segundo Sayão (1997):

> "A orientação sexual, ao fomentar maior consciência de si e do outro e reconhecer como lícito o direito ao prazer, propicia às crianças e jovens melhores condições de buscar sua própria felicidade e exercer a cidadania de forma mais qualificada." (Sayão et al, 1997, p.117)

A orientação educativa da sexualidade na escola deve acontecer coletivamente a partir dos questionamentos e dúvidas dos alunos, adequando os assuntos de acordo com a faixa etária. Para realizar esta orientação "é preciso que o educador possa fazer a crítica dos papéis tradicionais e de suas convicções ideológicas" (Nunes, 1997, p.111) Para tanto,

o educador deve-se valer do conhecimento científico, além de reeducar sua própria sexualidade, uma vez que:

> "Não se faz educação sexual de maneira dogmática e doutrinária. Nem todavia pode-se sustentar um projeto de educação sexual sobre o voluntarismo espontaneísta, mesmo aquele carregado de boas intenções e altruísmo. A vontade deve ser o motor das práticas transformadoras mas esta somente completa-se com a consciência crítica, que deve ser sistematicamente buscada pela ciência e pelo trabalho intelectual de pesquisa e aprofundamento." (Nunes, 1997, p.111)

Assim, além de querer abordar a orientação educativa da sexualidade, a escola e o educador precisam ter conhecimento sobre o tema, ter uma linguagem acessível para os educandos, envolver todas as pessoas da unidade escolar e a família. A escola e seus educadores necessitam demonstrar que estão disponíveis para os educandos e sua família, fomentando diálogos francos, de forma que se proporcione um ambiente favorável para a orientação educativa da sexualidade, onde escola e família possam contribuir para o pleno desenvolvimento do educando.

3.3 Incidências Filosóficas da Ética e Moral no Cotidiano Escolar

No âmbito educacional, as questões filosóficas e próprias das ciências humanas se entrelaçam no campo da ética e constituem uma trama complexa, a qual recai sobre a prática em sala de aula como elemento do processo ensino-aprendizagem que incorpora inúmeras abordagens epistemológicas, políticas, filosóficas e sociais, coexistentes no cotidiano escolar. Esta relação cujas forças e enfoques se interrelacionam, bem como incidem na relação escola e família, se dá até mesmo em forma de conflitos. Segundo La Taille:

> "O estudo da filosofia na escola teria como objetivo ensinar aos alunos certa disciplina intelectual, estratégias precisas de raciocínio, rigor nas reflexões... uma tentativa grandiosa para ajudar os seres humanos a conquistar uma "vida boa", superando os medos e as "paixões tristes" que os impedem de viver bem, de serem livres, lúcidos e, se possível, serenos, amantes e generosos". (La Taille, 2009, p.243)

Este enfoque filosófico pode ser considerado uma 'ferramenta' de grande utilidade no aprendizado e elaboração do pensar, de forma rigorosa, reflexiva e crítica, com precisão metódica, bem como ajudar o aluno a expressar-se com clareza. Esta 'ferramenta' também é necessária para se pensar a ética e a moral. Pois, como diz Chauí "A filosofia é a decisão de não aceitar como óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os

valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigados e compreendidos." (Chauí, 1996, p.12).

Entretanto, o pensar filosófico em função do 'ensinamento ético e moral' implicam julgar que sua utilidade seria a 'arte do bem-viver', o que, necessariamente suscita outras indagações desconcertantes e embaraçosas (o que, por que e como). Segundo Chauí:

> "(...) mesmo se disséssemos que o objetivo da filosofia não é o conhecimento da realidade, nem o conhecimento da nossa capacidade para conhecer, mesmo se disséssemos que o objeto da filosofia é apenas a vida moral ou ética, ainda assim, o estilo filosófico e a atitude filosófica permaneciam os mesmos, pois as perguntas filosóficas – o que, por que e como – permanecem". (Chauí, 1996, p.14)

No entanto, a filosofia não se reduz a um instrumental ou recurso para um determinado fim. Ela vai além, por se tratar de uma 'empreitada' que implica levantamento de dados (sobre determinado assunto ou realidade), análise, reflexão e decisão (posicionamento). O seu conteúdo é amplo, mas a sua contribuição e importância na educação do juízo moral tornam-se imprescindíveis. Como diz La Taille:

> "(...) a maior contribuição que a filosofia pode dar à educação moral como um todo, e à educação do juízo moral em particular, reside em seu espantoso e riquíssimo acúmulo de reflexões sobre os temas da "vida boa", do "dever" e de suas mútuas relações... a oportunidade de, por um lado, tomar consciência da importância da ética e da moral na história da humanidade e, por outro, de apreender a complexidade da questão". (La Taille, 2009, p.244)

A filosofia tem uma preciosa contribuição para a ética e moral, pois suas 'indagações' fundamentais não se realizam ao acaso, de acordo com as preferências e opiniões dos sujeitos, não se apoia no 'eu acho' ou 'eu gosto'. Ela não é pesquisa de opinião a serviço de interesses comerciais, ou das multimídias. Para Chauí, o conhecimento filosófico é um trabalho intelectual, portanto é sistemático e não se contenta em obter respostas, exigindo que as próprias questões sejam válidas e verdadeiras, que se relacionem entre si, esclarecendo umas às outras, a fim de formar conjuntos coerentes de idéias e significações, para serem testadas e demonstradas racionalmente.

Ao apropriar-se deste conhecimento, o sujeito terá adquirido um 'patrimônio intelectual', o qual lhe é de grande valia na análise e reflexão sobre suas dúvidas quanto à decisão a tomar em situações concretas de sua vida. Decisões que põe à prova sua consciência moral, pois lhe é exigido o que fazer, que justifique para si próprio e para os outros as razões de sua decisão, bem como assuma todas as consequências, porque o sujeito é responsável por suas opções.

Vale ressaltar que, segundo Chauí (1996), embora os conteúdos dos valores variem, pode-se notar que estão referidos a um valor mais profundo, mesmo que apenas subentendido: o bom ou o bem. Desta forma, os sentimentos e as ações, nascidos de uma opção entre o bom e o mau ou entre o bem e o mal, também estão referidos a algo mais profundo e subentendido: o desejo de afastar a dor e o sofrimento e de alcançar a felicidade.

Para a autora, o senso e a consciência moral referem-se aos valores, sentimentos, intenções, decisões e ações que dizem respeito ao bem e ao mal, como também ao desejo de felicidade, sendo que esses estão interligados às relações que criamos e mantemos com as outras pessoas, portanto, o senso e a consciência moral desenvolvem-se como parte de nossa vida intersubjetiva.

A intersubjetividade está intimamente atrelada à complexidade da condição humana, a qual é elucidada por Edgar Morin, autor que se dedica entre outros, a caracterizar os saberes necessários para a educação do futuro, por meio da tríade indivíduo / sociedade / espécie.

> "Os indivíduos são mais do que produtos do processo reprodutor da espécie humana, mas o mesmo processo é produzido por indivíduos a cada geração. As interações entre indivíduos produzem a sociedade e esta retroage sobre os indivíduos. A cultura, no sentido genérico, emerge destas interações, reúne-as e confere-lhes valor. Indivíduo / Sociedade / espécie sustentam-se, pois, em sentido pleno apóiam-se, nutrem-se e reúne-se". (Morin, 1999/2000, p.105)

Cada elemento desta tríade é coprodutor um do outro, tecendo uma trama complexa de relações e inter-relações, em que cada um destes é ao mesmo tempo, meio e fim. Desta forma, urge pensar em um 'Projeto Educativo Emancipatório' pertinente à contemporaneidade, o que demanda a recuperação da capacidade de espanto, de indignação e sua orientação para a formação de subjetividades. Esta perspectiva, segundo Santos (2009), nos remete à definição de um projeto de apropriação de conhecimento conflitante no intuito de, por meio dele, gerar imagens radicais e descentralizadoras dos conflitos sociais, distinto de sua configuração passada que produziu imagens com capacidade de potencializar a indignação e a rebeldia.

A aprendizagem construída a partir da abordagem conflitante no âmbito do conhecimento dialético e reflexivo, provoca a desestabilização do conhecimento 'acomodado' pelo sujeito, transmitido como 'verdades dadas', sem a devida explicitação das ideologias sociais que a sustentam. Deve-se considerar o conflito pedagógico instaurado, o qual, para Santos (2009) consiste entre duas formas contraditórias do saber, ou seja, entre a perspectiva da ordem e colonialismo e a perspectiva da solidariedade e caos. Estas duas perspectivas oferecem suporte às formas alternativas da sociabilidade da subjetividade.

Este conflito pedagógico pode ser projetado no âmbito do educativo, contrapondo duas formas distintas de se educar, entre a educação passiva e acrítica e a educação reflexiva e crítica, bem como no campo da ética e da moral, no que tange a orientação educativa da sexualidade.

Neste sentido, a filosofia enquanto saber que procura adquirir informações válidas, precisas e ordenadas, conduz o filósofo e/ou educando para o estudo do valor do conhecimento, da indagação, do fim último do homem, do ser, da linguagem, da história, da arte, da cultura, da política, etc.

Este processo educativo para um ser que não nasce 'pronto e acabado', é de substancial importância no desenvolvimento de seu autodomínio e articulação cognitiva, na reflexão sobre a complexa realidade que está à sua volta e fazer escolhas pautadas na ética.

Vale ressaltar que, o ser humano necessita de auxílio para se conhecer, compreender o conjunto social do qual faz parte, onde possui um papel a desenvolver. Neste contexto, algumas noções filosóficas e reflexões que abordem as questões sobre o ser e essência das coisas são fundamentais na formação ética e moral do educando. Este olhar educativo vislumbra a edificação de uma sociedade mais humana e solidária, onde o ser humano se faz humano com o auxílio do seu semelhante, onde os sujeitos desde 'pequenos' perguntam o porquê das coisas e vivem em busca de respostas, às vezes problematizadoras.

3.4 Função Social da Escola e a Sexualidade

O percurso realizado pelo presente estudo nos tópicos anteriores trouxe em primeiro plano a questão da formação e da prática do professor da educação básica, destacando algumas especificidades que incidem sobre o processo de ensino e aprendizagem e a orientação educativa da sexualidade.

Nesse sentido, ao voltarmos o nosso olhar sobre a função social da escola pretendemos explicitar de que forma ou até que ponto a orientação educativa da sexualidade pode ser inclusa no arcabouço da função social escolar e atuação do professor.

Para ampliar nossos horizontes sobre o processo de formação do ser humano como sujeito histórico e social no contexto escolar, precisamos explicitar o papel e a função desta organização enquanto instituição criada por estes sujeitos e os desdobramentos que ocorrem na organização da sociedade.

Desta forma, faz-se necessário resgatar alguns elementos próprios da concepção e papel da educação oriunda de um processo de construção histórico-social. De acordo com

Pucci et al (1994) a educação fez-se presente em todas as sociedades, articulada com os diferentes discursos produzidos sobre natureza humana, inclusive o seu conceito de razão, própria de seu tempo e valores. Desse modo, podemos dizer que houve uma educação para os gregos, os romanos, para as diferentes tribos indígenas, para os povos da Idade Média, entre outros, cada qual com sua cultura e ideologia.

Em cada momento da história da humanidade, a educação buscou atender os ideais educacionais da sociedade pautados na razão, ou seja, entender a relação entre homem e natureza, visando uma harmonia. Somente na Modernidade que a educação passa a ser vista como um direito de cidadania. Pucci et al nos diz:

> "A implantação dos sistemas nacionais de ensino, sobretudo a partir da revolução burguesa, confere à escola o papel de transmitir e conservar a cultura e os conhecimentos considerados universais, bem como formar o cidadão para atuar na sociedade. A escola tornou-se o "lócus" privilegiado da formação educacional e constituição da racionalidade do homem, enquanto sujeito autônomo, construtor de si e do mundo." (Pucci et al., 1994, p.96)

O surgimento dos sistemas educacionais no período acima mencionado teve como intenção da burguesia, universalizar a educação, a fim de que todas as pessoas pudessem ter condições intelectuais e racionais para construírem sua autonomia, por meio dos costumes, dos valores e da cultura burguesa.

Saviani (1983/1985c, p.31) diz que a escola constitui um aparelho ideológico[13], pois está a serviço da ideologia dominante, enquanto reprime a ideologia proletária. O autor considera que a escola desempenha duas funções básicas: formar o trabalhador e reforçar a ideologia dominante ou burguesa. Neste sentido:

> "(...) a escola é determinada socialmente; a sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos; portanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade. Considerando-se que a classe dominante não tem interesse na transformação histórica da escola (ela está empenhada na preservação de seu domínio, portanto apenas acionará mecanismos de adaptação que evitem a transformação)." (Saviani, 1983/1985c, p.35)

Esta perspectiva explicitada pelo autor encontra os seus fundamentos nas leis que regem a educação, desde a primeira lei sobre educação (DL 4024/1961) até a atual LDB (DL 9694/1996), uma vez que, podemos constatar que estas apontam um direcionamento ou tendência a atender uma necessidade da classe dominante.

[13] Conceito elaborado por Althusser "Aparelho Ideológico de Estado", em sua obra Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado.

Mesmo considerando a escola um ambiente de reprodução ideológica das classes dominantes, ela também se configura um ambiente de contradição, de luta, de conscientização, o que contribui para uma função social transformadora, desde que todos os profissionais envolvidos na escola estejam com foco em um PPP emancipatório, construído coletivamente, de acordo com a realidade local. Nesta perspectiva:

> "(...) o projeto deve aglutinar as pessoas em torno dos objetivos da causa comum: a educação e a formação ampla do educando; tornar-se canal de participação efetiva; caracterizar um referencial de conjunto na caminhada coletiva dos envolvidos; motivar a conquista e a consolidação de metodologias inovadoras que assegurem a autonomia pedagógica institucional; assumir caráter de transformação da realidade incentivando utopias que iluminam novas possibilidades educacionais; colaborar e motivar para a formação continuada dos participantes em cada uma de suas faces e etapas." (Soares, 2006, p.24)

É no PPP que a escola deixará claro sua concepção de educação, que revela a visão de mundo, de cidadania, de formação e transformação social por meio da educação. A escola irá dizer o que pretende a respeito da formação do indivíduo. Neste sentido, um projeto que vise uma prática pedagógica reflexiva contribuirá para que todos os envolvidos no processo educacional reflitam sobre a formação plena do educando.

3.5 Escola e Família: Uma Parceria em prol da Orientação Educativa da Sexualidade

Ao abordar a temática escola e família, faz-se necessária uma breve contextualização histórica dessas duas instituições sociais, imprescindíveis à educação das crianças. Comecemos pela família.

Para Nogueira, citando Segalen[14]: "Instituição social mutante por excelência, a família apresenta configurações próprias a cada sociedade e a cada momento histórico, embora sua existência seja um fato observado universalmente" (Nogueira, 2005, p.570).

Dentre as mutações sofridas, podemos citar novas formas de organização familiar, por exemplo, famílias homossexuais, famílias monoparentais, número reduzido de filhos, mulher no mercado de trabalho e, além dessas mudanças na organização familiar, há também mudanças nos valores e atitudes na família que a tornam mais democrática.

[14] SEGALEN, M. (1993). *Sociologie de la famille.* Paris: Armand Colin. In NOGUEIRA, M.A. (2005). *A Relação Escola-Família na Contemporaneidade: Fenômeno Social/Interrogações Sociológicas.* Lisboa: Análise Social, v. XL, n. 176, pp. 563-578.

A família contemporânea possui uma estrutura diferente da família de antigamente, no entanto, não precisamos concebê-la como desestruturada ou interpretar essa diferença como se a família estivesse se acabando, mas inseri-la no contexto em que as relações internas à família configuram-se, segundo Nogueira:

> "No bojo desse movimento emergem novos valores educacionais, preconizando o respeito pela individualidade e pela autonomia juvenis, o liberalismo na relação pais e filhos, que agora devem se pautar não mais pelo autoritarismo, mas sim pela comunicação e pelo diálogo. Em suma, os pais tornam-se os provedores de bem-estar psicológico dos filhos." (Nogueira, 2005, p.572)

Desta forma, podemos dizer que na família contemporânea, os pais privilegiam o diálogo, a comunicação, buscando serem amigos dos filhos. Contudo, com essa postura, eles 'esquecem' ou 'negam' a autoridade hierárquica nas relações familiares.

Nesta perspectiva, Jares nos diz que "o processo educacional requer uma série de pactos implícitos, e um deles é o reconhecimento do princípio de autoridade – não de autoritarismo – da figura do educador (isto vale tanto para o professorado quanto para mães/pais)" (Jares, 2008, p.202).

Entendemos que, o processo educacional acontece primeiramente em casa e num segundo momento, na escola. É no seio familiar que se constroem as primeiras relações afetivas, regras e valores, e consequentemente a educação dos filhos. Para Sayão e Aquino:

> "Por conta desse anseio dos pais de serem vistos pelos filhos como amigos, eles tornam a relação quase simétrica. Entretanto, no dia a dia, eles gostariam de manter a hierarquia. Gostariam, mas não conseguem. Ora, fazer de conta que é amigo do filho ou se portar como um irmão mais velho, nada mais é do que deixá-lo sem pai nem mãe. É abandonar o posto. Por que as pessoas ainda têm filhos, então?" (Sayão e Aquino, 2011, p. 59)

Dizer que a comunicação, o diálogo, a relação de amizade entre pais e filhos não é importante, seria negar todas as mutações que a família vem sofrendo ao longo da história. Entretanto, portar-se como irmão ou amigo do filho é deixar o mesmo sem referências, regras e valores.

Assim, do mesmo modo que a família mudou, a escola foi impelida a mudar. Mudanças relacionadas à didática, ao currículo, às novas perspectivas pedagógicas, são algumas das diversas mudanças dessa instituição. Na perspectiva de Paro (2002), o desafio às escolas consiste em sair dos extremos, no intuito de valorizar igualmente a informação e a formação, o educador e o educando, o método e o conhecimento historicamente acumulado, promovendo o resgate do trabalho em grupo na construção de valores e conceitos.

Esse desafio, imerso num processo de transformação da práxis, gera uma crise e mal-estar no interior do meio educativo escolar, familiar e na relação entre ambos. Isto leva a cogitar que a meta visada (sair dos extremos), parece não estar sendo alcançada, uma vez que é notável um momento de 'crise na educação'. Conforme Cortella, essa crise possui raízes históricas e se apresenta de diferentes formas, por exemplo, "ensino laico x ensino confessional, educação geral x formação especial, seriação x ciclos, público x privado" (Cortella, 2011, p.11), etc.

Uma crise que tende a deixar os pais 'sem referências consistentes', o que contribui para que alguns pais se sintam 'ignorantes' sobre as questões educativas e, consequentemente aceitem passivamente as decisões tomadas pelo âmbito escolar. No entanto, de acordo com Piaget:

> "se toda pessoa tem direito à educação, é evidente que os pais também possuem, e igualmente por reciprocidade, o direito de serem senão educados, ao menos informados e mesmo formados no tocante à melhor educação a ser proporcionada a seus filhos." (Piaget, 1948/2011, p.80)

Acreditamos que os pais têm o direito e o dever de acompanhar a vida escolar do filho. No momento em que a escola buscar favorecer essa informação aos pais e familiares visando uma relação escola e família saudável e proveitosa, o desempenho e a longevidade escolar dos educandos tenderão a ter melhores resultados.

Neste sentido, Caetano afirma que "quanto mais coesa a família e a escola, por exemplo, estiverem em relação a valores e estilos de comportamento positivo, melhor a criança poderá desenvolver suas capacidades." (Caetano, 2009, p.47)

Pensando nessa parceria que "pressupõe cooperação, no sentido de pensar junto, aprender junto, decidir junto, trocar idéias, sentir-se parte de um grupo" (Caetano, 2009, p.54), podemos dizer que não faz sentido responsabilizar somente a família pela orientação educativa da sexualidade.

Compreender a importância e o papel da família nesta orientação, não significa pensar que ela é a única responsável pela orientação educativa da sexualidade, isentando assim a escola. Pois, no espaço escolar, as crianças, adolescentes e jovens externalizam a sua ansiedade por conhecer o significado das transformações físicas e hormonais que vivenciam, bem como manifestam a maneira como estão no momento em sua condição de ser no mundo e em relação com o outro. E como a escola tem entre os seus objetivos formar cidadãos, também precisa contribuir para esta orientação.

Assim, pensar na relação escola e família em prol de uma orientação educativa da sexualidade é urgente e necessário. Afinal, uma educação capaz de promover a dignidade

humana (no âmbito moral e ético) necessita fazer apelo à reflexão, ciente de que o espaço escolar é como diz La Taille, “uma verdadeira usina de sentidos, sentidos de vida (ética) e de convivência (moral)” (La Taille, 2009, p.80). Desta forma, como escola e família buscam a educação das crianças, é de suma importância que ambas tenham uma boa relação, de forma coesa e cooperativa.

CAPÍTULO IV

RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA NA ORIENTAÇÃO EDUCATIVA DA SEXUALIDADE: ESTUDO DE CASO

> “A escola precisa continuar o trabalho de Educação Sexual, repensando dimensões esquecidas, visões distorcidas ou negadas da sexualidade, sem, contudo, substituir a família, porque a criança não chega à escola em estado de nudez, mas já com diversas inscrições a respeito do sexo.”
> (Caridade,1997, p. 43)

Neste Capítulo apresentamos a pesquisa realizada em uma escola pública da rede municipal de ensino de Cotia, com o objetivo de identificar e analisar as dificuldades dos educadores com a questão da sexualidade no âmbito da educação escolar.

Na condição de pesquisadora de uma realidade da qual participamos também, conhecendo e vivenciando a problemática da questão que permeia a relação escola e família na orientação educativa da sexualidade e, tendo em vista o modelo de formação continuada no sistema educacional em nosso país e município, atribuímos o caráter de pesquisa participante, uma vez que associamos as ações realizadas para a coleta de dados ao de formação continuada do professor, nossos sujeitos.

Tanto a coleta de dados como o tratamento dado a eles caracterizam momentos formativos contemplados com leitura da realidade seguida de reflexão da problemática para resposta das indagações e, posterior conhecimento de proposta de soluções advindas dos resultados da pesquisa.

Foi a partir da bibliografia consultada e apreendida em nossos estudos para a fundamentação teórica do problema que promovemos as conversas e reflexões junto aos sujeitos da pesquisa que, além dos professores incluiu também a identificar as dúvidas dos educandos e dos familiares, propondo também a eles momentos educativos, norteados pela seguinte questão: Como a relação escola e família pode se constituir em uma parceria educativa, de forma a favorecer a orientação educativa da sexualidade?

Partimos do pressuposto de que, a orientação educativa da sexualidade na parceria escola e família requer aceitação e cooperação por ambas as partes, na medida em que ela está intimamente relacionada com a educação trazida pela criança, de sua família. No entanto, como já vimos anteriormente, nos dias atuais este tema invadiu o espaço escolar fazendo-se urgente e necessário que os educadores tenham uma formação que subsidie a prática pedagógica específica. Essa pesquisa objetivou caracterizar como se mostra, no caso desta unidade escolar, a possibilidade desta relação escola e família se concretizar em benefício da orientação educativa da sexualidade da criança.

4.1 O Caso como se nos apresenta

O Ministério da Educação e Cultura estabelece em seus Parâmetros Curriculares Nacionais a Orientação Sexual como um tema transversal obrigatório.

O Projeto Político Pedagógico da escola embora mencione esse compromisso nem sempre dá conta de cumpri-lo.

Os professores em sua maioria se queixam em não possuir preparo necessário para abordar questões específicas da sexualidade com os meninos e as meninas.

Os alunos por sua vez, manifestam comportamentos que revelam curiosidade, malícia e interesse de fato, pois em seus questionamentos podem-se conferir tais elementos.

As comunidades de famílias, apesar de considerarem importante tratar a questão mostram-se desconfortáveis, preferindo que a escola resolva.

Nossa experiência na educação escolar nos permite perceber esse cenário que nos motivou a caracterizá-lo, apontando para a reflexão e proposta de ações para a escola e comunidade de famílias.

Na condição de pesquisadora do Programa de Mestrado, abraçamos essa causa e delimitamos nosso objeto, cujo objetivo principal por meio do estudo de caso é realizar a caracterização da problemática da orientação educativa da sexualidade na escola pública municipal em questão para abrir o debate e a reflexão entre escola e família, contribuindo para a redefinição do Projeto Político Pedagógico viável para esta questão e, apresentar proposta de ação para amenizar os problemas.

4.2 Lócus e Sujeitos da Pesquisa

Realizamos essa pesquisa em uma escola da rede pública municipal de ensino da cidade de Cotia no Estado de São Paulo, Brasil, na América do Sul. O universo com cerca de quatrocentos e vinte alunos, entre cinco a doze anos de idade, faixa etária que corresponde ao Jardim II (Educação Infantil) ao 5º ano do Ensino Fundamental I.

A Unidade Escolar encontra-se localizada na região metropolitana de São Paulo, em um bairro periférico da cidade de Cotia. Ela foi criada pelo Decreto nº 5.971 de 05 de dezembro de 2006, instalada em 03 de fevereiro de 2007 iniciando suas atividades escolares em 05 de fevereiro de 2007.

O nome da escola foi em homenagem a Izabel Ribeiro Leal Leite, uma moradora do bairro que lutou pela escola na comunidade.

A estrutura predial possui dois pavimentos, no pavimento inferior há duas salas de aula, dois banheiros para os alunos (um feminino e um masculino), cada um com três pias lavatórios e quatro sanitários, sendo um exclusivo para deficiente físico. Um refeitório com cantina e despensa, uma sala de professor com um banheiro, uma sala para a secretaria, uma sala para a diretoria com um banheiro e um almoxarifado.

No pavimento superior, há seis salas de aula e dois banheiros para os alunos (um feminino e um masculino) cada um com três pias lavatórios e quatro sanitários, sendo um exclusivo para deficiente físico. O acesso ao pavimento superior é feito por corredor, com rampa apropriada para atender deficientes físicos.

A escola também possui uma quadra esportiva (não coberta) cercada por alambrados e com dois vestiários, um feminino e um masculino, ambos com sanitário e chuveiro, onde são desenvolvidas atividades lúdicas com os alunos.

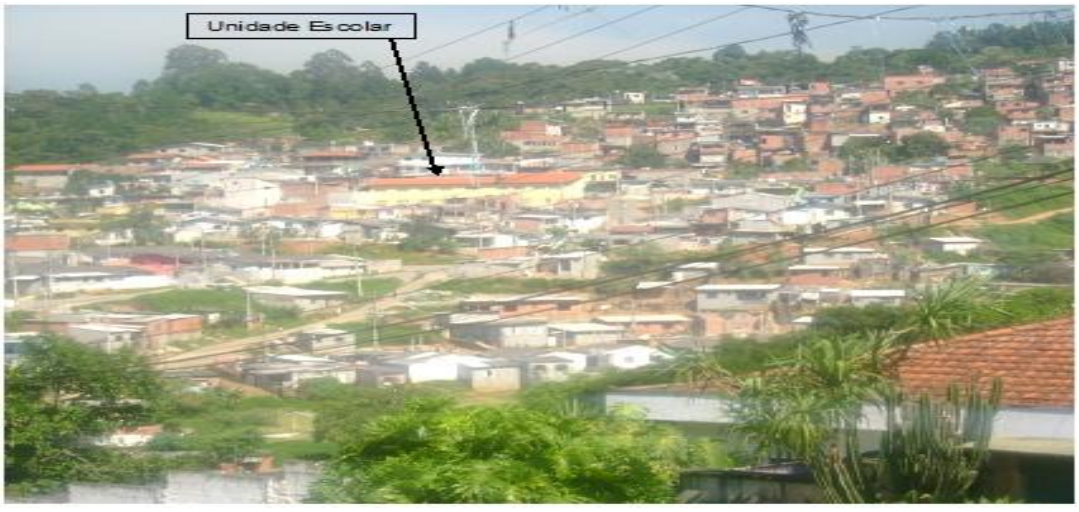
Em um espaço improvisado, foram adaptados brinquedos para atender aos alunos da educação infantil, com escorregador, polvo gira-gira, gangorra jacaré e casa de boneca, todos de material plástico, facilitando a limpeza após o uso.

A escola contava ainda com uma pequena biblioteca e uma sala de informática, mas que foram desativadas para atender a crescente demanda por vagas escolares em razão do crescimento do bairro e da região nos últimos anos. Conta então agora com oito salas de aula, totalizando quinze classes: oito no período da manhã e sete à tarde.

Os funcionários são duas cozinheiras, três auxiliares de limpeza, quatro vigilantes (que trabalham por escala), um porteiro, uma auxiliar administrativo, uma vice-diretora e quinze docentes. Não há atualmente secretário (a) de escola, diretor (a) e professor (a) coordenador (a) nesta escola, ficando a vice-diretora responsável por tais funções acumuladas a sua função.

O corpo docente é formado por um professor de Jardim II, duas professoras de 1º Ano, três professoras de 2º Ano, três professoras de 3º Ano, três professoras de 4º Ano, três professoras de 5º Ano.

Atualmente a escola atende crianças do Jardim II ao 5º ano do Ensino Fundamental I.



Fotografia 1: Vista da Escola.
Foto do arquivo da pesquisadora Lisliê Lúcia Lima Pereira Ribeiro, RG: MG 10.100.332

4.2.1 Clientela: Alunos e Comunidade de Famílias

Os bairros que circundam a unidade escolar são: Jardim Lavapés, Jardim Panorama, Jardim Arco-Verde, Araruama, Jardim das Graças, Jardim Nova Cotia e Parque Santa Rita de Cássia, situando-se no centro do bairro Jardim Nova Cotia, cercada por casas, em sua maioria do Conjunto Habitacional “Sonho Meu”, um projeto realizado pelo governo municipal no ano de 1999, com o objetivo de melhorar as condições das famílias que foram beneficiadas com as casas.

A população do bairro é composta por pessoas advindas de diferentes regiões do estado de São Paulo e do país. A maioria trabalha em casa de família ou empresas privadas, realizando trabalhos domésticos e/ou auxiliar de serviços gerais. Há também vendedores autônomos e pequenos comerciantes que utilizam a própria casa para fazer o comércio local. Há também pessoas desempregadas, que sobrevivem da colaboração de vizinhos e entidades assistenciais.

A comunidade local é formada por famílias/moradores de condições socioeconômicas de até dois salários mínimos e outras carentes.

O bairro cresceu de forma desordenada, comprometendo sua organização e fluxo, dando origem às vielas e ruas sem saída. Nem todas as casas têm acesso à rede de esgoto ou possuem rede elétrica e água encanada, devidamente regulamentada.

Os sujeitos participantes desta pesquisa são alunos, pais de alunos e professores. Os alunos possuem entre cinco a doze anos de idade, faixa etária de curiosidade e descoberta sexual. Durante a pesquisa, mostraram-se abertos para conhecer e perguntar sobre a sexualidade desde que sentissem confiança para expor suas dúvidas.

No decorrer da pesquisa, os pais dos alunos apresentaram-se disponíveis e, ao mesmo tempo, retraídos para falar sobre a sexualidade e uma proposta de parceria. Por eles a escola faria tudo. Os professores de modo geral foram receptivos e demonstraram interesse em conhecer mais sobre o tema.

4.3 Metodologia da Pesquisa

Compreendendo a Educação como Ciência, área de conhecimento pertencente às Ciências Humanas, essa pesquisa tem caráter dialético, pois reconhecem as contradições sociais, visibilizados pelo movimento histórico e as peculiaridades que caracterizam questões como a pobreza, diferentes culturas e ideologias, entre outros.

Ao considerar a realidade social e histórica dos sujeitos envolvidos, seja na definição do problema, dos sujeitos da pesquisa, do campo pesquisado, da metodologia ou

dos fundamentos de análise dos dados, valemo-nos do método compreensivo-interpretativo que tem por característica ser reflexivo, crítico, descritivo e interpretativo (Chauí, 1996) e busca conhecer o sentido que o homem produz nas instituições.

O enfoque qualitativo que de acordo com Minayo (1994) implica na análise crítica, reflexiva e indagadora do problema, busca conhecer, descobrir e questionar sobre ele, seu contexto e relações. Nesse sentido, assentamos nossa crença nos instrumentos de coleta de dados e nas dinâmicas para sua aplicação, associados à formação continuada do sujeito pesquisado por meio da reflexão que os instrumentos desencadeiam e a postura que o pesquisador assume como participante do processo.

A pesquisa participante, de caráter qualitativo, nasce das ideias de Paulo Freire, pois deriva de projetos de ação popular educacionais como pesquisa conscientizadora (Gajardo, 1986, p.17). Nosso envolvimento com a educação escolar, com o problema de pesquisa e o campo pesquisado nos remete ao compromisso com a conscientização dos sujeitos por meio da reflexão potencializada pelas perguntas sobre relação escola e família, na orientação educativa da sexualidade.

A pesquisa participante tem se mostrado cada vez mais presente nos movimentos sociais e na educação, uma vez que projetos sociais e educacionais assumem processos amplos que partem da sala de aula da escola e atingem a sociedade a partir da família e seus núcleos sociais, igreja, bairro, meios de comunicação, etc.

Nossas leituras revelam que não existe uma definição única de experiências representativas de um estilo participante de pesquisa, existem tradições de pensamento e práticas diversas que conferem alcance e significados diferentes a esse tipo de atividade (Gajardo, 1986, p.11). Para Gohn (1999, p.107) sistematizar metodologias nos processos de interação/aprendizagem dependerá da capacidade dos educadores e pesquisadores de entender os sujeitos no interior dos processos sociais, sabendo escutar suas falas e seus silêncios.

A pesquisa participante responde a interesses e necessidades dos setores populares de incrementar a participação e o engajamento dos sujeitos em determinado problema para sua solução. É a visão crítica da educação e da sociedade que fundamenta essa abordagem dentro da pesquisa qualitativa dialética.

Assumimos nosso estudo de caso na perspectiva de Lüdke & André (1986), visando à descoberta, à interpretação contextualizada e descrição da realidade de maneira completa e profunda. Esta perspectiva se efetivou por meio das técnicas de observação participante, aplicação de questionários com os educadores, pais de alunos e alunos, bem como palestra para suscitar questionamentos e reflexões.

A observação participante ocorreu durante o ano letivo de 2012, nos momentos de reuniões de Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), Associação de Pais e Mestres (APM) e Planejamento Pedagógico.

Os questionários pensados e estruturados para identificar as dificuldades e dúvidas dos professores relacionados à orientação educativa da sexualidade foram aplicados aos docentes dos anos iniciais do ensino fundamental I, aos alunos e aos pais de alunos desses grupos. Ao final da atividade, o momento informativo e formativo para os pais e professores se deu por meio de palestra aberta ao diálogo.

Considerando o acervo construído de questões abertas e depoimentos, estabelecemos as seguintes categorias de análise:

A relação escola e família.	**Manifestação da consciência sobre a necessidade e importância, bem como abertura para a interação e parceria no trabalho educativo.**
Informação	Tratam-se dos elementos aliados ao conhecimento necessário sobre as questões que acercam o meio em que se vivem (no caso a família e os alunos) e a atividade profissional (no caso dos professores).
Formação	Expressão do preparo pessoal (no caso a família) e profissional (o professor). capazes de atitudes e práticas específicas e necessárias (a família e o professor).

Quadro 2. Categorias de Análise.

A relação escola e família é o ponto chave da pesquisa e transparece em diferentes dimensões e clareza nas falas, atitudes e silêncios dos sujeitos pesquisados.

4.3.1 Percurso das Leituras

A pesquisa foi iniciada no ano de 2012, com a revisão da literatura específica sobre o tema em questão, contemplando estudos sobre a Sexualidade, Escola e Família, os Referenciais Teóricos e A Orientação Educativa da Sexualidade no Âmbito da Docência.

Para abordar a Sexualidade, Escola e Família, utilizamos os estudos de Engels (1884/s.d.), Weber (1904/2010), Hobsbawm (1917/2001), Bauman (1998/1999) e outros. Nos referenciais teóricos, destacamos Sigmund Freud uma vez que ele é considerado um marco teórico clássico sobre os estudos de sexualidade humana e Foucault, que aborda a sexualidade por meio da análise do discurso.

Outro referencial teórico utilizado para nossa compreensão do fenômeno no Âmbito da Docência, foram os estudiosos que tratam sobre a sexualidade na escola, entre eles

Nunes (1997), Sayão (1997), sobre a formação e docência de professores: Nóvoa (1999), Weisz (1999/2006), Saviani (1983/1985) e outros.

Ao iniciarmos a pesquisa sobre orientação educativa da sexualidade, investigamos a produção científica em pós-graduação, sobretudo no mestrado e doutorado, sobre o assunto em questão ou mais próximo dele, realizadas nos últimos cinco anos no Brasil. Para isso valemo-nos do banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES.

Nesse levantamento encontramos no ano de 2006 duas dissertações de mestrado correlacionadas ao tema e em 2007, também duas dissertações. Em 2008 não houve nenhuma de objeto de estudo semelhante, em 2009, três trabalhos e, em 2010, outras três dissertações se aproximam de nosso tema de pesquisa tema.

Em 2006 e 2007 não há registros de teses de doutorado correlacionadas ao nosso tema de pesquisa. Em 2008 uma tese de doutorado, em 2009 mais uma tese e em 2010, duas teses são correlatas a esse tema de pesquisa. No entanto, dentre as pesquisas identificadas nessa busca a partir do tema, nenhuma assume o enfoque que damos a nossa.

4.3.2 Apresentação da Proposta de Pesquisa na Unidade Escolar

Para obtenção de autorização para a realização da pesquisa fomos até a escola municipal e apresentamos o projeto de pesquisa para a diretora da escola, como um estudo de caso, juntamente com o cronograma dos encontros propostos para os educadores, alunos e pais (ver apêndice I e II). A diretora atendeu-nos cordialmente, aprovando nossa proposta, autorizando-nos a apresentá-la em seguida aos professores. Todos na escola se mostraram solícitos, e prontos a colaborar. Em relação aos alunos, a pedido da diretora, foi realizado somente com uma turma, uma vez que, por ser um assunto novo a ser trabalhado na escola não queria que esta iniciativa viesse a provocar situações que nos colocassem a todos sem o necessário controle, por causar alvoroço nas crianças, ou na família.

Sugerida pela diretora, a turma escolhida caracterizava a que mais manifestava o problema, identificando-se comportamentos sobre sexualidade que necessitavam de orientação. Justificou-nos a diretora que, embora sabendo da questão, não se considerava preparada para realizar tal tarefa, a professora da turma reafirmou a fala da diretora.

Nossa atividade desenvolvida com os sujeitos pesquisados seguiu o cronograma abaixo:

Data	Tema
28 de maio	Sondagem com os alunos sobre os assuntos de interesse (em sala de aula)
28 de maio	Sondagem com os responsáveis sobre os assuntos de interesse, para participar de uma palestra na escola. (via bilhete com auxílio das crianças)
04 e 05 de junho	Apresentação da Proposta de Pesquisa
18 e 19 de junho	Contextualização Histórica do Tema
02 e 03 de julho	Educação Sexual e Orientação Educativa da Sexualidade
23 e 24 de julho	Leis Educacionais
06 e 07 de agosto	Sexualidade no âmbito escolar e familiar
15 de setembro	Palestra para pais e professores
17 e 18 de setembro	Fechamento com os professores
24 e 25 de setembro	Fechamento com os alunos

Quadro 3. Cronograma de Atividades.

4.4 O Processo de Pesquisa: Passos do Caminho

Para a realização da pesquisa iniciamos com os alunos por meio de roda de conversa, onde eles puderam manifestar o que gostariam de saber ou entender melhor. Num segundo momento, retornamos para fazê-los refletir sobre suas questões e responder as dúvidas surgidas.

Realizamos também encontros formativos e informativos com os professores da unidade escolar, a fim de propiciar momentos reflexivos sobre a orientação educativa da sexualidade.

Com a turma do 5º Ano A, também instituímos a roda de conversa para abordar a Orientação Educativa da Sexualidade.

Na roda, a conversa se desenvolve inicialmente explicando nossos propósitos ao realizar esse estudo tão importante e necessário para eles, a escola e suas famílias e que resultaria também em uma pesquisa para a dissertação de mestrado, onde estariam presentes como sujeitos participantes, que, portanto precisávamos da ajuda deles; justificamos ainda o porquê de estarmos naquela sala e não outra, explicando a condição de estarem no 5º ano e serem maiores, condizendo com nosso objetivo de identificar, com a ajuda deles, como a relação escola e família pode contribuir para a orientação educativa da sexualidade.

Indagamo-los sobre o que sabiam sobre orientação educativa da sexualidade.

Num primeiro momento todos os alunos ficaram mudos, depois começaram as risadas de modo envergonhado. Questionamos novamente e os meninos foram os primeiros

a falarem: ‘são as relações sexuais’; ‘é o feminino e o masculino’; é a ‘diferença do menino e da menina’.

No auge da conversa, os meninos falaram que: ‘o gozo engravida a mulher’; ‘as meninas têm vagina e os meninos pênis’; ‘sabem o que é pênis de borracha e para que serve’; ‘sabem o que é gay e sapatão’; assistem a filmes que mostram ‘tudo’; enfim, disseram que já sabiam ‘tudo’!

As meninas foram mais reservadas, limitando-se a dizer que conhecem meninas que engravidaram com doze anos, e que por sinal tem um aluno da sala que a irmã engravidou aos treze anos. Destacaram que tem curiosidades sobre menstruação, preservativo, sobre como os bebês crescem no útero; porque os meninos não engravidam. Isso elas escreveram, pois preferiram ouvir e pedir um momento com elas para expor suas curiosidades.

Explicamos para os alunos que o gozo é ter prazer e que é o espermatozóide que sai do pênis no ato do gozo que engravida a mulher. Que o correto é dizer ‘homoafetivo’[15]”, tanto para homem que se relaciona com homem, quanto para mulher que se relaciona com mulher. Para engravidar é preciso ter o útero, um órgão reprodutor feminino e por isso os meninos não engravidam.

Em seguida, pedimos que respondessem um questionário (ver apêndice IV) onde marcariam X em duas opções que julgassem de seu maior interesse. Lemos com eles a questão, explicamos cada item, os deixamos livres para responder sem necessidade de identificar-se.

Após responderem a pergunta, mostramos o questionário (ver apêndice V) que eles levariam para os pais ou responsáveis, por eles, para responderem a uma questão. Lemos com eles o questionário direcionado à família reforçando que deveriam explicá-lo, dizendo que era uma pesquisa realizada pela professora e que com a resposta obtida no questionário a escola iria promover uma palestra visando atender as expectativas de acordo com a preferência do assunto escolhido pela maioria dos pais e/ou responsáveis. Além disso, anexamos ao questionário uma carta explicando (ver apêndice VI), consideramos importante que o aluno também se envolvesse explicando aos pais, além de saber que alguns poderiam não ler.

Foi uma roda de conversa tranquila e descontraída, os alunos puderam falar sabendo que estávamos à disposição para atendê-los dentro das nossas possibilidades.

[15] Termo criado pela desembargadora e jurista Maria Berenice Dias, com o intuito de diminuir a conotação pejorativa do termo homossexual.

Eles demonstraram gostar muito de ter esse espaço para expor dúvidas e curiosidades, querendo que ficássemos mais ou que voltássemos no dia seguinte.

Explicamos sobre nosso trabalho e como o que não seria possível, pois o tempo estava organizado, devendo no dia seguinte tabularmos as curiosidades mais votadas e pesquisar o assunto para vir novamente conversar com eles respondendo às dúvidas e curiosidades. Prometemos às meninas que buscaríamos permissão dos responsáveis para dividir a turma. Tanto as meninas quantos os meninos gostaram da idéia.

Neste primeiro contato com os alunos, percebemos como eles demonstram interesse em saber, conhecer, sobre este tema que é “proibido em casa”, de certa forma, “escondido” pelos pais e/ou responsáveis dos alunos. Este desejo de saber, conhecer, falar e ouvir que os alunos demonstram é natural, ainda mais quando o assunto é evitado pelos pais. Para Foucault (1988/2010), a família tem dificuldade em lidar com esse assunto, por isso prefere negar e proibir as manifestações da criança sobre a sexualidade, desse modo não precisam dar explicações.

Esta postura da família favorece uma educação negativa a respeito da sexualidade, uma vez que, não falar denota o comportamento permitido pela família, e, consequentemente, o desejo de aprender e conhecer podem ficar comprometidos, pois a criança entenderá que a família não permite uma investigação para se chegar ao conhecimento.

Retomamos neste caso Freud (1905/2006) sobre a criança poder percorrer três caminhos para a investigação da sexualidade. O primeiro é a inibição neurótica, ou seja, tanto a sexualidade quanto o desejo de aprender vão permanecer inibidas. O segundo é a compulsão ao saber, ou seja, o prazer da sexualidade será trocado pelo desejo de aprender, porém, a aprendizagem está fadada ao insucesso assim como a investigação da sexualidade. O terceiro é a sublimação, ou seja, o desejo de aprender surge como anseio de saber, desse modo, a investigação da sexualidade infantil e a libido concentram suas energias para o intelecto.

Para nós, importa não perder o foco de que a sexualidade faz parte da vida humana e que, sua manifestação ou expressão natural e tranquila, contribui para o desenvolvimento positivo e prazeroso da mesma, estendendo-o na produção de conhecimento, aprendizagem e consciência sobre seu corpo.

4.4.1 Meninos o que sabem

O segundo encontro com os alunos do 5º Ano ‘A’ foi como eles solicitaram. Obtivemos autorização da diretora e professora da turma para realizarmos uma roda de

conversa sobre a orientação educativa da sexualidade em dois momentos, um com os meninos e outro com as meninas.

A roda de conversa com os meninos foi tranquila. Iniciamos relembrando a nossa primeira conversa e explicando porque as meninas não estavam presentes. Eles aprovaram a solução e puderam falar sobre as suas curiosidades com maior liberdade.

A primeira questão por eles colocada foi com que idade se pode ter relação sexual, devolvemos a questão para os meninos e eles iam falando o que achavam. Um disse que depois dos dezenove anos estava tudo liberado, outro disse que depois dos quinze anos, porém, eles queriam a nossa opinião. Assim, dissemos que eles deveriam sentar com a mãe e o pai e conversar sobre o assunto e verificar o que seus pais responderiam, bem como refletir sobre as implicações desta decisão para que cada sujeito encontre, como afirma Sayão[16] um "ponto de autorreferência, o que lhes possibilitará o desenvolvimento de atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus" (Sayão, 1997; p.113). Nossa resposta aos meninos se deu fundamentada nessa perspectiva, uma vez que essa decisão tem influências muito próprias de cada núcleo familiar, bem como toca profundamente nos seus valores enquanto grupo sócio-familiar.

Surgindo a família neste contexto, refletimos com eles sobre a perspectiva de Nunes (2000) sobre o sexismo, onde há uma divisão de papéis a partir do gênero feminino x masculino. No mesmo momento, eles disseram que a mãe não deixa, mas o pai incentiva a já ter relação sexual, pois o filho dele não é gay. Dois meninos afirmaram que já tiveram relação sexual.

Então, perguntamos se queriam falar sobre como aconteceu. Um disse que foi com uma prima mais velha que ele. Segundo ele, foi a menina que procurou e ficou 'enchendo ele até ela conseguir o que queria', mas quando ele quis repetir a experiência, ela já não quis mais. O outro menino disse que foi com a tia e que, apesar de ser tia, tem quase a mesma idade. No entanto, ambos preferiram não comentar como aconteceu ou dar detalhes da experiência vivida.

Outra questão foi o uso do preservativo, assunto que previámos ser suscitado pelos alunos, mas optamos por não levar um exemplar de preservativo para ilustrar a conversa uma vez que já estava previsto em nosso cronograma um momento específico com um profissional da saúde e a solicitação da autorização dos pais e responsáveis para o aprofundamento do tema com os alunos. Um aluno perguntou sobre como se usa e, rapidamente, alguns disseram que era muito fácil. Pedimos para alguém explicar, mas ninguém quis, disseram que tinham esquecido.

[16] Sayão, Y. (1997). Orientação Sexual na Escola: os territórios possíveis e necessários. In Aquino, J. G. (Coord.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas.* (pp.107-117) São Paulo: Summus.

Então percebemos a necessidade de explicarmos para eles que jamais se deve abrir o preservativo com a boca ou a unha, pois pode furar. Que se deve abrir a partir da beirada ou borda externa, pois há um picote próprio para o rompimento da embalagem, e, para colocar o preservativo o pênis precisa estar ereto e deve ser desenrolada a camisinha do lado certo, segurando a ponta para impedir a entrada de ar dentro do preservativo. O manuseio adequado do preservativo evita que a camisinha fure ou se rompa durante o ato sexual.

Os meninos ouviram atentos às explicações, logo em seguida, alguns quiseram falar sobre as 'namoradas' que têm na escola e também comentaram sobre uma menina que de acordo com eles, já está 'passada', ou seja, a maioria dos meninos da escola e/ou do bairro já a namoraram sem ter relação sexual.

Perguntei se eles já tinham namorado a menina em questão, eles afirmaram que não, mas conheciam muitos meninos que tinham namorado, completaram dizendo que 'menina desse jeito não serve para namorar, é só para divertir'. Desta forma, pontuamos que "o adulto todo já está na criança, a criança toda também está no adulto" (Piaget, 1932/1994; p.75), perspectiva que nos remete a pensar toda e qualquer resposta a partir de como eu quero viver.

Encerramos a roda de conversa agradecendo a cada um por ter contribuído para nosso trabalho. Eles também agradeceram pela conversa com eles, que foi bom e que gostariam de mais momentos como esse, onde pudessem conversar e tirar dúvidas sobre o tema.

Este momento com os meninos aconteceu de forma prazerosa e tranquila. Percebemos que entre eles transparece a ansiedade para a primeira relação sexual e a expectativa de como será. Outro aspecto que merece destaque é o reconhecimento deles ao falarem que gostaram de conversar e tirar dúvidas sobre o assunto conosco, apesar de terem dito inicialmente que sabiam 'tudo' sobre o assunto.

4.4.2 Meninas em busca de cumplicidade

A dinâmica da roda de conversa com as meninas transcorreu bem. Elas ficaram à vontade para falar sobre as dúvidas e curiosidades. Iniciamos retomando nossa primeira conversa e explicando por que os meninos não estavam presentes. Elas gostaram e disseram que já estavam ansiosas esperando nossa volta para conversarmos.

A primeira questão por elas trazida, foi sobre o absorvente, queriam saber se usar absorvente dói e como se coloca. Explicamos que não dói e que, para colocá-lo, precisamos arrumá-lo corretamente na calcinha, pois gruda, observando se ficou fixo e na direção certa.

Esta questão sobre o uso do absorvente era um assunto que previámos ser suscitado pelas alunas, mas optamos por não levar um exemplar para ilustrar a conversa uma vez que já estava previsto em nosso cronograma atividade com um profissional da saúde para fazê-lo com o aprofundamento do tema, caso fosse necessário.

Uma menina perguntou sobre o 'absorvente que enfia na vagina', de acordo com ela, a mãe disse que era 'um cotonete grande e grosso'. Explicamos que esse é um absorvente de uso interno e a marca mais conhecida por nós brasileiros é O.B. e, é colocado dentro da vagina para segurar o fluxo da menstruação, tem uma cordinha para evitar que o absorvente escorregue para o interior do útero, geralmente as mulheres usam quando vão à praia ou à piscina, porém tem mulheres que usam sempre, depende do absorvente que cada mulher se adéqua melhor.

Falando sobre menstruação algumas meninas demonstraram não querer menstruar, pois consideram ser nojento. Outras estão ansiosas para ter a primeira menstruação, disseram que a mãe já levou ao médico para saber quando vem a menstruação, também disseram que não quiseram fazer exame com médico, só fizeram com médica, por vergonha.

Conversando com as meninas, elas também comentaram sobre a colega que já está 'passada', disseram que precisávamos conversar com ela, que todas já tinham falado, no entanto, não adiantou nada.

Elas comentaram sobre os 'casais de namorados' que têm na escola, uma menina disse que aceitou namorar, mas só pega na mão; outra disse que beija, mas se o pai dela souber, a mata. No geral, as meninas disseram que os pais só vão deixar namorar quando tiverem dezoito anos, mas a mãe disse que com quinze anos já pode. Para elas, os meninos só querem se divertir, mas gostam deles assim mesmo.

As meninas estavam interessadas mais em conversar sobre questões de higiene, cuidado pessoal, gravidez e o 'primeiro amor'. Nossa conversa girou em torno das questões: quando a gente sabe que se apaixonou, quando pode beijar, se uma pessoa ama mais o marido ou o filho, se uma pessoa consegue amar duas ou três ao mesmo tempo, como na novela, como o bebê cresce na barriga da mulher, porque o homem não engravida.

Procuramos fazê-las pensar sobre cada questão que perguntavam e assim, elas mesmas chegavam a uma conclusão relativamente comum. Por exemplo, como a pessoa pode amar mais o marido ou filho, se são amores diferentes? O que vocês definem como amor? De acordo com aquilo que vocês definem como amor, vocês consideram que o homem da novela ama mesmo as três mulheres? As questões sobre cuidado pessoal, higiene e gravidez buscamos explicar aproximando a realidade delas e o conhecimento científico sobre o assunto, a partir de panfletos informativos adquiridos junto à Secretaria da

Saúde, os quais foram entregues posteriormente aos pais na palestra com profissional da saúde.

Encerramos a roda de conversa agradecendo por terem contribuído para nosso trabalho. Elas também agradeceram por termos conversado com elas, e que gostariam de mais momentos onde pudessem conversar e tirar dúvidas sobre o tema.

Esta conversa com as meninas ocorreu de maneira prazerosa e calma. Mostraram que se interessam mais em saber assuntos relacionados ao cuidado de si e sobre amor, que conversam com as mães, porém as mesmas limitam a dar informações para as filhas, favorecendo que troquem dúvidas e experiências com as amigas da mesma faixa etária.

4.4.3 Manifestações dos Meninos e das Meninas nas Categorias: Informação, Formação e Relação Escola e Família

As categorias identificadas em maior grau nas manifestações dos alunos são a Relação Escola e Família e Informação.

No caso da categoria Relação Escola e Família que caracterizamos como Manifestação da consciência sobre a necessidade e importância, bem como abertura para a interação e parceria no trabalho educativo, tanto os meninos quanto as meninas manifestam essa relação, ainda que minimamente, por meio das impressões que trazem sobre o que pensam o pai ou mãe sobre algumas questões particulares, por exemplo, quando se pode ter a primeira experiência da relação sexual ou ainda sobre a negação ou ausência de opinião dos mesmos.

A categoria Informação que caracterizamos como elementos aliados ao conhecimento necessário sobre as questões que acercam o meio em que se vivem (no caso a família e os alunos) e a atividade profissional (no caso dos professores), são a que mais se manifestam de forma explícita ou implícita, seja nas conversas, ou nos registros de dúvidas e curiosidades dos meninos e meninas.

Surgem questões sobre higiene e saúde que denotam uma ignorância prejudicial. A linguagem que utilizam além de banalizar constrange a ponto de desejarem falar em separado, meninos de meninas. Além disso, trazem informações esvaziadas de conhecimento científico o que confirma a necessidade de um plano sistematizado para a orientação educativa da sexualidade, capaz de instalar naturalidade, informação e tranquilidade para o desenvolvimento saudável e consciente de nossas crianças, dado que certamente influenciaria positivamente na qualidade social da aprendizagem, na disciplina e demais problemas que rondam e ameaçam o trabalho escolar e as famílias.

4.5 Professores: como tratar o assunto?

Para refletir sobre a relação escola e família na orientação educativa da sexualidade, realizamos aliados à coleta de dados, momentos formativos e informativos com os profissionais da educação escolar, sujeitos participantes da pesquisa, para colher suas impressões sobre o tema e como compreendem o tema e se posicionam diante da necessidade de atitudes e práticas necessárias e específicas.

Para isso, realizamos seis encontros formativos com os profissionais educadores e gestores da unidade escolar para discussão sobre o tema e uma palestra com especialistas da saúde, direcionada a todos, incluindo a família.

Em cada encontro, realizado nos espaços das reuniões de professores em seus HTPC – Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo, foi tratado um aspecto relacionado à orientação educativa da sexualidade.

No primeiro encontro houve a apresentação do projeto deixando claro que se tratava de um estudo que abraçamos como educadora preocupada com o trabalho pedagógico no atual ambiente escolar, resultando na sistematização da pesquisa de campo para a dissertação de mestrado.

Falamos ainda do empenho de buscar desencadear o debate como forma de suscitar a autoconsciência da comunidade educativa sobre a temática em questão, por meio do estudo de caso. O objetivo visava então apresentar propostas para elevar a qualidade das relações entre escola e comunidade de pais e alunos mostrando como se dá nessa unidade escolar essa relação na orientação educativa da sexualidade.

Explicamos que para realizar a pesquisa, a participação deles seria imprescindível, no sentido de dinamizar o debate durante o HTPC, respondendo a algumas questões, sem a obrigatoriedade de identificar-se.

Esclarecemos como funcionariam nossos encontros, a cada quinze dias, com uma questão para discutirmos e que teriam liberdade para trazer questões as quais não havíamos abordado e que os inquietavam, para podermos compartilhar experiências e por fim, que finalizaríamos as atividades com uma palestra sobre o assunto, realizada por profissionais da saúde, direcionada às famílias e aos profissionais educadores da unidade escolar.

Dentre os sujeitos previstos para a coleta de dados, faltava um (a) coordenador (a) pedagógico (a), pelo fato de a docente que ocupava a função ter assumido outro cargo de professora em município vizinho.

Todos os presentes recepcionaram bem o trabalho, afirmando a todo o momento que esse assunto é ‘polêmico e delicado’. Incentivamos a discussão entre os participantes a respeito da temática, quando então cada um manifestou oralmente sua visão da sexualidade

no âmbito escolar. Foi unânime a opinião de ser esse, um assunto de ordem familiar por causa dos valores que cada família possui. Entretanto, todos concordaram que a parceria escola e família podem favorecer a construção de um ambiente onde o respeito seja a base dos relacionamentos, além de contribuir para o convívio com a diversidade não só sexual, como também cultural, econômica, social, racial e religiosa.

Ao final da discussão questionamo-los sobre o preparo pessoal e profissional para trabalhar com a orientação educativa da sexualidade. Dentre os quatorzes participantes apenas um, disse sentir-se à vontade, sendo que esse participante é auxiliar administrativo, está, portanto distante da sala de aula. Os professores afirmaram que é importante e necessário esse preparo, porém não tem formação para abordar o tema, e ainda que receiam suscitar esse tema nas crianças, ou que prefere não fazê-lo.

Apesar dos professores considerarem importante e necessário abordar o tema, mostrou-se que até o presente momento, ninguém se dispôs a realizar tal trabalho. O argumento de não ter formação que os habilitem a suscitar o tema com a criança foi predominante.

Pelas falas nota-se que os profissionais têm consciência de que sua formação possui lacunas, sendo esta uma delas, fato que pode estar relacionado com a formação acadêmica que deixa a desejar, por não integrar a Orientação Educativa da Sexualidade para o licenciado. No entanto, sabe-se que ter uma disciplina direcionada para esta área nos cursos de licenciatura, não é garantia de que os professores utilizem esse conhecimento em atividades em sala de aula, visando promover discussões reflexivas sobre a sexualidade. No entanto, seria o primeiro passo para melhorar a formação inicial dos professores.

No segundo encontro nos valemos da fundamentação teórica de nossa pesquisa trazendo aos profissionais educadores à contextualização da sexualidade a partir da Idade Antiga, passando pela Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Conversamos sobre como este tema foi tratado no contexto familiar de cada pessoa presente no período de sua infância, adolescência e juventude.

A maioria dos presentes afirma que, os seus pais não falavam sobre o desenvolvimento da sexualidade, assunto corrente apenas com os colegas. No entanto, uma professora disse que soube o que era relação sexual quando se casou e outra que nem ao ginecologista ia e, que por isso, não realizou pré-natal de sua primeira filha. Vimos que, as famílias dos atuais professores também não exerceram o papel esperado, o mesmo ocorreu com a escola e a faculdade.

Ao final dessa conversa todos os presentes puderam falar sobre como foi direcionado este tema na infância e adolescência, indagamos o que cada um pensa sobre sexualidade atualmente e sua manifestação no âmbito da sociedade e da escola.

As respostas vieram próximas e, ou relacionadas. Organizamos as respostas em três grupos.

Primeiro grupo	**A sexualidade é um tabu e ao mesmo tempo tratada com banalidade.**	**37,5%**
Segundo grupo	A escola não sabe trabalhar com este tema.	31,25%
Terceiro grupo	A mídia, principalmente a televisão, influencia muito o comportamento das crianças.	31,25%

Quadro 4: O que o educador pensa sobre sexualidade.

É fato que cada dia mais a mídia influencia o comportamento tanto das crianças quanto dos adultos, conforme Bauman (1999), as pessoas consumem um produto às vezes ou muitas vezes sem precisar, o que dizer das crianças que reproduzem as atitudes dos responsáveis?

A mídia estimula a erotização infantil e o prazer adulto, antecipando o desenvolvimento infantil. Cabe aos pais e/ou responsáveis pela educação das crianças, selecionar juntamente com elas um programa adequado e de qualidade, que promova o desenvolvimento infantil.

A escola precisa ter clareza deste fato e propiciar momentos de discussões reflexivas sobre o tema. Os professores podem contribuir na medida em que trabalham conjuntamente e favorecem a compreensão das crianças para o tema, levando-as a terem dúvidas, a questionar, a não aceitar tudo, a querer explicações, enfim, a desenvolver o senso crítico do educando.

No terceiro encontro conversamos sobre o que cada um entende por Educação Sexual e Orientação Educativa da Sexualidade e as dificuldades que encontram para abordar o assunto em sala de aula. Todos os professores presentes disseram que Educação Sexual, é a educação que a família oferece, sendo obrigação da mesma; já a orientação educativa da sexualidade eles disseram ser uma orientação de um profissional qualificado para realizar esta tarefa.

Após cada um manifestar seu entendimento sobre educação sexual e orientação sexual, apresentamos para eles o impasse da conceitualização dos termos: educação sexual e de orientação sexual.

Alguns autores utilizam o termo educação sexual para se referir à educação sexual que cabe à família, outros para referir-se à educação sexual que cabe à escola. Outros autores utilizam o termo orientação sexual para se referir à orientação sexual sistematizada que cabe à escola e outros para referir-se à orientação sexual que cabe à família.

Visto o impasse na utilização conceito e definição dos termos pelos autores que pesquisam sobre sexualidade, em nossa pesquisa optamos por utilizar 'Orientação Sexual', uma vez que é o termo adotado pelos PCN's (1997), documento oficial nacional, que contém orientações de todas as disciplinas e dos temas transversais, direcionado aos professores.

Quando iniciamos nossa conversa sobre as dificuldades para abordar o tema em sala de aula, várias dúvidas, queixas e resistências surgiram por parte dos professores. Uma professora disse que a função dela é 'transmitir conhecimento', esse assunto é para a família; outra disse que a escola já tem função demais e o professor sempre tem que dar conta. Estas falas das professoras refletem o pensamento de Nóvoa (1999) quando diz que a escola tem uma inflação de tarefas, que a maioria dos problemas sociais os governos 'jogam' para a escola resolver.

No entanto, todas as professoras concordaram que é um assunto recorrente na sala de aula e não sabem como lidar com ele. Elas reafirmam a necessidade de um profissional qualificado para realizar esta função. Dentre as respostas obtidas, organizamos três grupos por proximidade:

Primeiro Grupo	**Destaca que não tem formação específica**	**43%**
Segundo Grupo	Destaca o tabu e o preconceito	32%
Terceiro Grupo	Destaca a parceria e envolvimento da escola e família	25%

Quadro 5: Dificuldades para abordar a sexualidade.

Em outra questão que complementa a primeira sobre o que precisariam para abordar o tema:

Primeiro Grupo	**Formação específica e material**	**59%**
Segundo Grupo	A escola precisa desenvolver um projeto envolvendo os pais e/ou responsáveis	35%
Terceiro Grupo	A importância de ser um especialista para tratar do tema.	6%

Quadro 6: O que é necessário para abordar a sexualidade.

Mais uma vez a questão da formação específica é destaque, o que confirma a resposta dada por eles anteriormente, e também mostra como os professores apesar de dizerem que a escola está sobrecarregada de tarefas, aceitam trabalhar um assunto desde que recebam formação e material.

Ao destacarem a dificuldade para abordar a orientação educativa da sexualidade, os professores demonstram ter consciência de que o educador precisa ser permanentemente educado, Freire (1994) destaca a ideia do ser inacabado e coloca a importância do educador ser educado, pois ele tem carências formativas e atitudinais. O autor marcou sua produção sobre educação e formação do educador com a concepção de educação como um processo contínuo e o homem como um ser inacabado. Daí talvez o conceito de educação continuada.[17]

Os PCN's (1997) destacam a importância dos educadores terem uma formação específica para abordar a sexualidade em sala de aula, com postura ética, profissional, sem transmitir valores e/ou preconceitos.

No quarto encontro apresentamos para os professores a legislação que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, contemplado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1989, em seu artigo 205, no ECA em seu artigo 4º, na LDB de 1996 em seu artigo 2º e os PCN`s que contém o Tema Transversal: Orientação Sexual.

Ao conversarmos sobre estas leis e o que cada um pensava a respeito, os professores manifestaram certa insatisfação em relação a este assunto, pois de acordo com eles, a lei diz uma coisa, mas a realidade é outra. Em seguida, questionamo-los sobre o que compete à escola realizar para trabalhar este tema. Organizamos os seguintes grupos em relação aos seus destaques:

Primeiro Grupo	**A importância da parceria escola e família**	**47%**
Segundo Grupo	A importância da parceria com profissionais especializados,	29%
Terceiro Grupo	A importância de inserir o tema no PPP da escola e desenvolver projetos	18%
Quarto Grupo	A responsabilidade não cabe a escola fazer nada.	6%

Quadro 7: O que compete à escola.

Nesta questão, a parceria escola e família predominou entre as demais. O que nos leva entender que a escola sabe de sua importância na formação integral do educando, porém, não pretende e não deve carregar esta responsabilidade sozinha.

Para Nogueira (2005), a relação entre escola e família deve acontecer face a face e ambas desenvolverem seus papéis sem invadir o espaço da outra. Piaget (1948/2011) destaca que a colaboração entre escola e família produz resultados positivos para ambas as instituições.

[17] Comentário em sala de aula na Disciplina Comunicação e Tecnologias em Supervisão e Formação de Professores, Profa. Dra. Suely Galli, (05/11/2011). Programa de Pós Graduação em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores com acesso ao Mestrado Europeu em Ciências da Educação.

Logo em seguida aparece a parceria com profissionais especializados, conforme Sayão (1997) os próprios professores da escola que sentirem disponíveis para realizar a orientação devendo para isso buscar formação sobre sexualidade e, uma vez iniciado o trabalho, ele precisa ser continuado, sistematizado e respeitado por todos da escola.

Para 18%, a inclusão do tema no PPP da escola reforça o trabalho efetivo do tema na escola, uma vez que é no PPP que se definem as metas e objetivos que a escola pretende alcançar ao longo do ano letivo, bem como qual aluno a escola pretende formar.

Pesquisando o PPP da unidade escolar, que ainda era o primeiro PPP do ano de 2007, percebemos que na descrição da clientela aparecia a necessidade de se trabalhar com orientação sexual, no entanto, nos projetos que a unidade escolar iria desenvolver, em nenhum momento aparecia este tema para desenvolver algum projeto.

Quando questionamos sobre o PPP tanto a diretora quanto os professores, afirmaram que neste ano de 2012 ele iria ser reformulado e que finalmente, os professores, participariam da sua construção. Segundo Soares (2006) para que o PPP represente de fato uma unidade escolar, faz-se necessária a construção coletiva, ou seja, que todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem, participem dela, só assim, o PPP representará a comunidade escolar e será significativo e possível aplicar suas premissas em toda a unidade escolar.

Em nosso quinto encontro como surgiu a questão da reformulação do PPP, a diretora autorizou que pudéssemos analisar o PPP da unidade escolar e se os professores concordassem, poderíamos de antemão inserir o tema no PPP, desde que tivéssemos uma proposta de projeto a ser desenvolvido.

Apresentamos para os professores um texto da Soares (2006) do seu livro “Cultura do Desafio” (ver anexo 1) em que a autora aborda a questão da construção do PPP. Lemos e discutimos sobre o assunto, cada professor manifestou seu entendimento sobre o texto. Em seguida, indagamo-los sobre quais ações a escola poderia desenvolver ao que obtivemos os seguintes destaques para a importância de:

Primeiro Grupo	**Palestras formativas e informativas no decorrer do ano letivo**	**50%**
Segundo Grupo	A escola inserir o tema no PPP e desenvolver projetos que envolva escola e família	30%
Terceiro Grupo	A escola oferecer formação para os professores no momento do HTPC	20%

Quadro 8: Ações que a escola poderia desenvolver.

Esta questão confirma todas as anteriores, pois podemos perceber que novamente os professores afirmam o que já disseram antes, no que se refere a projetos inseridos no PPP e à formação específica.

Desse modo, fornecemos subsídios para que os professores pudessem construir coletivamente um projeto sobre orientação educativa da sexualidade e inserir no PPP, caso fosse do consentimento de todos os professores, ou consenso de sua maioria.

4.5.1 Manifestações dos Profissionais, Educadores nas Categorias: Informação, Formação e Relação Escola e Família

A categoria 'Relação Escola e Família', que diz respeito à manifestação da consciência sobre a necessidade e importância, bem como abertura pra a interação e parceria no trabalho educativo, aparece diluída em várias exposições dos profissionais educadores. Sobretudo quando se referem à responsabilidade da família mais que da escola para tratar a orientação educativa da sexualidade.

A disposição dos educadores para integrarem-se as ações da família como parceiro por meio do trabalho pedagógico, este destaca a necessidade de preparo e de um PPP que o respalde em suas ações. A importância de ter um profissional qualificado e especializado no assunto é destacada não deixando claro se é a escola que deve fazer isso, ou se essa deve ser uma recomendação da escola para a família.

Quanto à categoria 'Informação' que se trata dos elementos aliados ao conhecimento necessário sobre as questões que cercam o meio em que se vivem (no caso a família e os alunos) e a atividade profissional (no caso dos professores), os profissionais educadores manifestam sua desinformação sobre o assunto como herança da própria educação na família, transparecendo o despreparo, caracterizado pela insegurança, incertezas, receios e ainda alguns que afirmam preferir não trabalhar com tais questões. Essa informação aliada ao conhecimento se mostra agravada pela sua ausência curricular na formação na licenciatura, perpetuando as dúvidas e o estranhamento sobre a problemática. Dado esse que se soma aos analisados por meio da categoria 'formação'

Na categoria 'Formação', expressão do preparo pessoal (no caso a família) e profissional (o professor) capaz de atitudes e práticas específicas e necessárias (a família e o professor), os profissionais manifestam a necessidade da formação e ausência de oferta específica para atendê-los. Há ainda os que embora se declarem despreparados, não se sentem na responsabilidade de fazê-lo, acumulando mais uma tarefa entre as já difíceis que realizam na escola. A alusão ao PPP para o atendimento a tais questões transparece no âmbito da prática pedagógica e da disposição para proposição de ações eficazes.

4.5.2 Planejamento Familiar e Métodos Contraceptivos

Para realizarmos a palestra com os pais e/ou responsáveis, professores e gestor da unidade escolar, utilizamos a pesquisa que os alunos do 5º Ano 'A' levaram para casa, a fim dos pais responderem escolhendo um tema de maior relevância dos mesmos como indicativo de conteúdo para uma palestra na escola.

Participaram deste primeiro momento vinte e cinco representantes da família, cada um deles marcou duas opções, resultando em cinquenta respostas, destas 28% elegeram a orientação educativa da sexualidade no âmbito familiar e escolar, 26% o planejamento familiar, 18% elegeram o ECA, 16% o DST's (Doenças Sexualmente Transmitidas), 6% direito do consumidor e 6% cidadania.

Diante destas opções buscamos realizar uma palestra que abrangesse o assunto de maior interesse dos mesmos, envolvendo também o planejamento familiar e as DST's.

Assim, nosso sexto encontro foi a palestra direcionada à família dos alunos e aos profissionais educadores. A palestra foi realizada em um sábado letivo com a presença de duas enfermeiras credenciadas solicitadas pela pesquisadora à direção da escola e, esta solicitou a colaboração da Secretaria de Saúde do Município.

As enfermeiras realizaram a palestra de forma objetiva, clara e descontraída. Elas iniciaram falando sobre a curiosidade infantil, como lidar quando o filho está se conhecendo, sempre ser claro e pontual, não colocar medo ou preconceito.

Elas falaram sobre como deve acontecer a orientação sexual na escola, que é diferente e não concorre com a orientação dada pela família. Essas duas instituições devem caminhar juntas, lado a lado, sem invadir o espaço da outra.

Quanto à orientação dada na escola, ela deve ser clara, simples, direta, ampla, flexível e sistemática. Os educadores podem favorecer a compreensão das dúvidas com os conteúdos contemplados no currículo escolar.

Outros assuntos abordados pelas enfermeiras foram a influência da mídia, a masturbação na criança e no adolescente, a homossexualidade, a gravidez precoce e indesejada, o planejamento familiar e as DST's.

No decorrer da palestra, as enfermeiras apresentaram os diferentes métodos contraceptivos, dentre eles a camisinha feminina, que de acordo com os participantes não conheciam. Elas passaram de mesa em mesa para cada um ter a oportunidade de pegar, ver e sentir como era. Nesse momento, todos os pais e as mães demonstraram curiosidade e ao mesmo tempo vergonha, não conseguiam olhar para o lado.

Foi passado um vídeo ilustrando uma paquera e incentivando o uso da camisinha, elas aproveitaram para falar das DST's e da AIDS.

Houve abertura para perguntas, dúvidas e comentários. Os presentes só disseram que gostaram, que poderia ter mais vezes e que contemplasse também a presença dos filhos.

A diretora encerrou a palestra agradecendo às enfermeiras e às famílias presentes que, aparentemente saíram satisfeitos, apesar de demonstrarem terem ficado admirados e retraídos com algumas imagens, principalmente sobre as DST's.

Estavam presentes todos os quinze professores da unidade escolar, a diretora da escola, vinte e oito pais e/ou responsáveis dos alunos, sendo sete pais e, vinte e uma mães. Neste dia foi distribuído um questionário a todos os presentes para responderem algumas indagações sobre a orientação educativa da sexualidade (ver apêndice VII).

Separamos os questionários dos educadores e dos pais e/ou responsáveis dos alunos.

Segue algumas fotos da palestra:

Fotografia 2: Momento da Palestra.
Foto do arquivo da pesquisadora Lisliê Lúcia Lima Pereira Ribeiro, RG: MG 10.100.332

Fotografia 3: Pesquisadora Lisliê.
Foto do arquivo da pesquisadora Lisliê Lúcia Lima Pereira Ribeiro, RG: MG 10.100.332

4.5.3 A Família: Pais e/ou Responsáveis: o que pensam

A primeira questão era sobre a quantidade de filhos e qual a idade do pai ou mãe. A média de filhos por pai é de dois filhos, a idade com qual foi pai varia entre vinte e dois anos a trinta e oito anos. A média de filhos por mãe é de três filhos, a idade com qual foi mãe varia entre dezesseis anos a trinta anos. Podemos inferir que também os pais não receberam educação sexual na família ou na escola.

Este primeiro dado demonstra que as mulheres se tornam mães cedo, na adolescência, apesar do governo realizar campanhas preventivas tanto sobre DST's quanto sobre gravidez na adolescência.

Conforme a Fundação Seade[18] a porcentagem de mães adolescentes (menor de 18 anos) no ano de 2010, no estado de São Paulo foi de 6,96% e no município de Cotia – SP foi de 6,37%.

De acordo com o Ministério da Saúde (2010) houve uma queda na quantidade de partos na adolescência entre 2000 e 2009 em nível nacional, essa queda foi de 34,6% e no estado de São Paulo foi de 30,04%.

Ele atribuiu essa queda às campanhas direcionadas aos adolescentes que o governo federal vem realizando, bem como a parceria entre os Ministérios da Saúde e Educação, que iniciaram um trabalho com Educação Sexual no ano de 2003 em escolas públicas e, em 2008 implantaram o 'Programa Saúde na Escola' (PSE), que visa conscientizar os estudantes para a prevenção de DST's e a gravidez indesejada como também precoce. No ano de 2010, este programa já atendia um mil trezentos e seis municípios brasileiros.

O segundo item perguntado teve o objetivo de saber com quem os pais e/ou responsáveis conversavam sobre sexualidade na infância e na adolescência. Dentre os pais que participaram da pesquisa, 57% disseram que conversavam com os amigos, 29% com a família e 14% na escola. Dentre as mães, 48% disseram que conversavam com a família, 33% com os amigos, 10% na escola e 10% disseram que não conversavam com ninguém.

Este dado demonstra que apesar da família falar sobre sexualidade com os filhos, ainda os amigos influenciam muito, principalmente entre os homens, já a escola aparece bem discreta, no entanto, apesar de ser pouco mencionada, podemos entender que ela contribui para essa formação do sujeito, outro aspecto que merece destaque é que entre as mães 10% afirmam não terem conversado com ninguém.

[18] Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, vinculada a Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo; constitui-se um centro de referência nacional na produção e disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas.

Esse dado confirma a hipótese de Chauí (1987) sobre a repressão sexual, ou seja, sobre as normas estabelecidas ao longo da história a fim de controlar a sexualidade, ditando o permitido e o proibido. Nunes & Silva (2001) afirmam que essa conduta de reprimir a curiosidade infantil desencadeia muitas crises e conflitos emocionais e sexuais quando estão na adolescência, já que os pais estiveram ausentes por opção ou por achar que não era hora de falar sobre as curiosidades infantis.

Perguntados se consideram importante haver uma orientação educativa da sexualidade na infância e/ou na adolescência e por que, 14% dos pais disseram que não é importante, porque os filhos mentem do mesmo jeito, os 86% restantes dos pais disseram ser importante, porque assim os filhos irão ter conhecimento, vão compreender as transformações que acontecem no corpo e vão se prevenir.

Todas as mães consideram importantes, porque é um assunto muito destacado na televisão e os filhos ficam curiosos, com uma orientação eles vão ter conhecimento, vão se prevenir e evitar se 'perderem'.

Outro item questionava sobre onde a orientação educativa da sexualidade deve ser abordado. Todos os pais disseram que esse assunto deve ser abordado em parceria família e escola, pois considera importante essa parceria, os filhos terão conhecimentos, além de ajudá-los a entender suas dúvidas e conflitos. Dentre as mães, 5% disseram ser um assunto exclusivo para a família abordar, 95% afirmaram que é assunto para ser trabalhado em parceria escola e família, pois, com a parceria fica mais fácil abordar o assunto, os filhos terão informação e conhecimento, o que evitará transtornos como gravidez e DST's, para as mães, a família orienta os filhos e a escola, esclarece.

O último item perguntado foi se a relação escola e família pode contribuir para a orientação educativa da sexualidade e em quê. Todos os pais disseram que a parceria escola e família podem contribuir no sentido de orientar corretamente, promover palestras, esclarecer dúvidas dos filhos, favorecer o desenvolvimento psicossocial e afetivo dos filhos.

Todas as mães também concordaram que a parceria escola e família podem contribuir para essa orientação, destacando que os pais nem sempre têm respostas para as perguntas dos filhos; a escola por meio de aulas, palestras, folhetos explicativos esclarece as dúvidas, estimula a prevenção e o conhecimento sobre as mudanças que ocorrem no corpo.

Esta última questão confirma a anterior, reforçando a importância de uma parceria entre escola e família.

4.5.4 Professores: o que pensam

Entre os professores, a maioria tem um filho, a idade em que foram mães varia entre dezessete a trinta e três anos. Apenas duas professoras disseram que não querem mais ter filho, as outras professoras dizem ter a possibilidade de engravidarem novamente.

No grupo de professoras, duas foram mães na adolescência, segundo elas, não se arrependem de terem engravidado cedo e se voltasse no tempo fariam tudo de novo igualzinho, afirmam que o único fator complicador foi ter de entrar na vida adulta muito cedo, porém, as mães das mesmas as ajudaram.

A questão a respeito com quem conversava sobre o assunto, sobressaiu os amigos com 67%, a família com 13%, a escola com 13% e especialista 7%. Esse dado comprova que os amigos são os que mais influenciam os adolescentes e que tanto a família quanto a escola utilizam uma educação repressiva.

Os professores consideram importante abordar o assunto tanto na infância quanto na adolescência, segundo eles, é um assunto que faz parte da vida, as crianças têm curiosidades e a escola esclarece dúvidas com informações seguras sobre o assunto.

Dentre os professores, 7% consideram que a orientação educativa da sexualidade deve ser tratada em família, por ser um assunto delicado que cabe à família administrá-lo, os outros 93% consideram que é um assunto que pode ser trabalhado em parceria família e escola, pois a criança passa boa parte do seu tempo na escola, tornando assim uma responsabilidade de ambas as instituições.

Todos os professores consideram que a relação escola e família podem contribuir para a orientação educativa da sexualidade, dentre as contribuições os professores destacam: informações corretas; palestras e reuniões com foco preventivo; envolvimento da família e comunidade escolar; relação de confiança e de liberdade entre escola e família; desenvolvimento psicológico, afetivo e social da criança; fortalecimento do vínculo professor/aluno, escola/família.

Os professores destacam que a orientação educativa da sexualidade deve ser trabalhada juntamente com a família. No entanto, para que isso aconteça faz-se necessário o envolvimento dos pais e/ou responsáveis, a fim de realizar um trabalho efetivo em parceria.

Também é preciso uma formação específica para que o professor tenha acesso aos conhecimentos específicos do tema, bem como a consciência e a internalização de que trabalhar a orientação educativa da sexualidade em sala de aula é um direito da criança, contribuindo para o seu desenvolvimento psíquico, físico, social, pessoal e afetivo.

Uma formação específica para o professor irá evitar que o mesmo ao tentar dar explicações ao aluno sobre o assunto reproduza a educação que tiveram em casa, como

vimos na pesquisa, muitas vezes repressiva. Ou que não respondam, ou que expliquem o assunto visando o ensino de Ciências.

Vale lembrar que essa formação precisa ser reflexiva, sendo capaz de desenvolver uma prática educativa diferente da prática reprodutiva, uma prática que seja reflexiva, a fim de formar cidadãos reflexivos, críticos e conscientes.

Além disso, é importante que o professor tenha um grupo de estudos onde possa realizar um momento de análise crítica de sua prática educativa reflexiva. De acordo com Weisz (2006), as anotações diárias do professor irão ajudá-lo a refletir sobre sua prática e consequentemente, a aperfeiçoá-la.

Considerações Finais

Em virtude do que pesquisamos, consideramos conveniente, relembrar nosso percurso de estudo que mostraram pontos significativos para a nossa pesquisa.

O panorama histórico que delineamos permitiu-nos entender que no decorrer da história, a manifestação da sexualidade está interligada às relações sociais, especialmente no âmbito do gênero masculino e feminino, com seus conflitos e complexidades, envolvendo a religião e o capitalismo. Isto requer que lancemos um olhar sensível a estes acontecimentos históricos e socioculturais, que permeiam até hoje as relações humanas, a fim de que possamos compreender as suas incidências sobre a orientação educativa da sexualidade.

O estudo dos teóricos ampliou nosso conhecimento sobre a sexualidade humana, destacando as importantes contribuições de Sigmund Freud, mostrando a importância da sexualidade no desenvolvimento pleno do ser humano, além de propiciar o entendimento sobre a sexualidade infantil que busca o prazer primeiro oral, depois anal e, então, o genital.

Desse modo, destacamos que para aprender, a criança tem que ter prazer, o momento da aprendizagem deve ser prazeroso para ambas as partes: educador e educando.

Apontamos também as contribuições de Michel Foucault, sobre a história da sexualidade humana, destacando sua maneira de abordar arqueologolicamente os fatos discursivos a respeito da sexualidade, ao clarificar a sexualidade humana a partir das relações de saber e poder das sociedades passadas, considerando o corpo e seus prazeres.

Assim, acreditamos que a maneira como a sexualidade é tratada na escola, biologicamente e fragmentada, necessita de mudanças no sentido de tratá-la como uma construção produzida ao longo do tempo, pelas diversas culturas e povos, respeitando a (re) descoberta do corpo e seus sentidos aos educandos, sem sobrepor o poder aos mesmos.

Destacamos ainda, a questão da formação e a prática docente, que em nossa pesquisa realizada com professores do Ensino Fundamental I, revelou uma formação inicial com lacunas, a respeito da orientação educativa da sexualidade, em que o professor não tem contato direto sobre a temática. E, mesmo a formação continuada desses professores não proporcionou a eles esse contato com o tema, o que para nós configura uma ação prática docente reprodutiva, a qual não conduz a reflexão e consequentemente ao aperfeiçoamento da mesma.

Notamos também que os professores têm consciência dessa lacuna e que desejam aprender sobre a temática a fim de sentirem-se seguros e poderem trabalhar esse assunto com as crianças, sem transmitir seus valores, crenças e tabus.

O estudo de caso sobre Escola, Família e Educação da Sexualidade teve por pressuposto a importância da integração escola e família na formação da criança, buscou promover a conscientização da família e a formação dos educadores e equipe escolar, para a superação das dificuldades presentes no relacionamento com a questão além de delinear elementos consubstanciais para um PPP exequível.

Esta pesquisa ação nos mostrou que o cotidiano escolar coloca o foco da gestão educacional e do PPP em ações pontuais, esporádicas e não nos processos articuladores da relação escola e família, em nome da formação integral da criança. Neste contexto, nos deparamos com a necessidade de se articular o PPP da unidade escolar com a participação efetiva dos diversos sujeitos implicados no processo educativo.

O nosso problema de pesquisa em questão permeou a relação escola e família, bem como os sinuosos caminhos pedagógicos da orientação educativa da sexualidade.

Este direcionamento favoreceu sua sistematização, analisando o estudo de caso na pesquisa-ação, suscitando elementos problematizadores da realidade ricos em contribuições:

- ✓ Para o MEC, na revisão de sua proposta de abordagem dos temas transversais no currículo da educação básica;
- ✓Para SME, nas orientações e direcionamentos dados às unidades escolares da rede municipal de ensino;
- ✓Para unidade escolar, em seus planejamentos e avaliações internas, tendo em vista o seu projeto político-pedagógico;
- ✓Para pais interessados em conhecer a proposta e trabalho desenvolvido pela escola, especificamente no âmbito da orientação educativa da sexualidade;
- ✓ Enfim, para educadores interessados em aprimorar a sua formação continuada.

Este estudo se mostrou significativo para a pesquisadora no desenvolvimento de sua formação permanente e para a unidade escolar, com enfoque crítico-reflexivo à medida que os dados coletados na pesquisa com os docentes evidenciaram a necessidade de se investir mais na formação continuada do professor, considerando uma ação prática reflexiva, em que o mesmo possa refletir sobre sua ação, levando em conta o contexto histórico atual.

A partir dos dados consolidados concluímos que deve ser recomendável a compreensão de que:

- ✓ Mais que curso de formação docente, faz-se necessária uma formação que contemple uma prática docente reflexiva, onde os educadores possam compartilhar experiências e aprender uns com os outros;
- ✓A proposta pedagógica da unidade escolar contemple a relação família e escola, bem como a orientação educativa da sexualidade, no arcabouço de seu PPP;

- ✓ O PPP seja pensado a partir do contexto em que este se insere e re-pensado continuamente, na perspectiva da gestão democrático-participativa em que todos os sujeitos implicados no processo educativo participem desta elaboração e re-elaboração;
- ✓ Faz-se necessária a elaboração de uma proposta de trabalho educacional que em sua práxis se efetive e consolide a relação família e escola, bem como a orientação educativa da sexualidade para o corpo discente da escola;
- ✓ A formação inicial e continuada do corpo docente seja subentendida como necessária e urgente para responder aos desafios próprios da abordagem da orientação educativa da sexualidade no currículo;
- ✓A escola e seus educadores devem demonstrar que estão disponíveis para os educandos e sua família, favorecendo momentos de diálogos francos, de maneira que se proporcione um ambiente favorável para a orientação educativa da sexualidade, em que a escola e a família possam contribuir para o pleno desenvolvimento do educando;
- ✓ Cabe à gestão escolar buscar parcerias que julgue importantes, sejam enfermeiros, psicopedagogos, psicólogos, ou outros que achar necessário, além de envolver toda a equipe escolar e família dos educandos em um projeto sobre a sexualidade, a fim de obter sucesso.

Concomitante à formação continuada do professor e à práxis da gestão democrático-participativa faz-se urgente a existência de um projeto contínuo e duradouro na unidade escolar a respeito da orientação educativa da sexualidade, visando o desenvolvimento físico, afetivo, psíquico e emocional do educando.

Enquanto instituição social, a escola, configura um ambiente em que a relação educador e educando produzem saberes. No propósito da orientação educativa da sexualidade, a escola confirma os discursos fragmentados e biológicos ao tratar da sexualidade, ao esquecer-se de considerar a formação plena do ser humano, que engloba todas as dimensões da vida humana.

Portanto, entendemos que a pesquisa atendeu às questões que a moveram, pois a sua sistematização mostrou como se dá a relação escola e família na unidade escolar pesquisada de forma a favorecer a orientação educativa da sexualidade, as suas contradições, as concepções educativas da sexualidade pelo corpo docente em sua visão de formação e desenvolvimento integral do aluno, as peculiaridades do PPP da unidade escolar, bem como os desafios e perspectivas que permeiam a relação escola e família.

Proporcionamos à escola e à família novos elementos para a reflexão sobre educação e sexualidade, apontando as necessidades de adequação no Projeto Político

Pedagógico, em sua transdisciplinaridade escolar e participação da família no trabalho realizado pela escola, apoiando e estabelecendo uma parceria educativa com a mesma. Também suscitamos elementos a partir da situação escolar para que a escola e as famílias dos alunos refletissem sobre a proposta pedagógica escolar, seu projeto político pedagógico, condutas pessoais e comunitárias, tendo em vista a consolidação de uma relação de família e escola em prol da educação e formação integral do aluno.

Consideramos que a escola precisa abranger a orientação educativa da sexualidade, por meio da problematização, questionamentos e abertura ao diálogo. Este olhar singular sobre a temática necessita da compreensão sobre as influências sofridas culturalmente, bem como entender que estas interferem no comportamento, nas posturas e valores dos educandos e de sua família.

Entender a importância e o papel primário da família nesta orientação, não implica pensar que ela é a única responsável pela orientação educativa da sexualidade, anulando e isentando a responsabilidade da escola de educar e formar cidadãos críticos e conscientes. Defendemos que a escola e a família devem caminhar juntas, cooperando, de modo a favorecer um desenvolvimento pleno e saudável ao educando.

No ambiente escolar, as crianças, adolescentes e jovens externalizam a sua ansiedade por conhecer e entender o significado das transformações físicas e hormonais que vivenciam, além de manifestar a maneira como estão se sentindo no mundo e em relação com o outro. A escola, sendo o ambiente que eles passam uma grande parte do tempo do seu dia, deve compreender a necessidade em contribuir para a orientação educativa da sexualidade.

No entanto, além de compreender essa necessidade e de querer abordar a orientação educativa da sexualidade, a unidade escolar e os educadores precisam estar envolvidos, buscar conhecimento sobre o tema, possuir uma linguagem acessível para os educandos e envolver a família dos mesmos.

Desse modo, pensar e almejar uma relação escola e família em prol de uma orientação educativa da sexualidade faz-se urgente e necessária, uma vez que ambas as instituições buscam a educação das crianças para que se tornem adultos cidadãos e pessoas harmonizadas.

Neste percurso de estudo, reflexões e construção de conhecimento, buscam contribuir para a promoção de uma reflexão crítica sobre a orientação educativa da sexualidade no Ensino Fundamental I e consequentemente sobre a formação, a prática docente e o papel da família.

Destacamos que este estudo representa a nossa leitura do tema, num universo plural de pesquisas já realizadas sobre o mesmo. Longe de esgotar as análises que nos

afloraram o assunto, trouxe questionamentos relevantes para a educação de um modo geral e para nossa formação continuada com atitudes de pesquisa nos dando nova postura diante do cotidiano escolar educacional.

Apresentamos a seguir, como contribuição da pesquisa para a unidade escolar lócus da investigação, a Proposta de uma Orientação Educativa da Sexualidade (ver apêndice VIII) a ser analisada e se, de acordo com a aceitação da comunidade escolar, incorporada ao Projeto Pedagógico e atividades curriculares.

Bibliografia

Alarcão, I. (org). (1996). *Formação Reflexiva de Professores*. Lisboa: Porto Editora.

Aquino, J. G. (Coord). (1998). *Diferenças e Preconceitos na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas.* São Paulo: Summus.

Aranha e Martins, M.L. (1989). *Filosofando: Introdução à Filosofia*. Ed. Moderna, São Paulo.

Ariés, P. (2006). *História social da criança e da família*. (D. Flaksman.: Trad., 2 nd.) Rio de Janeiro: LTC. (Original publicado em1973)

Badinter, E. (1986). *Um é outro.* (C. Gomes.: Trad.,) Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Barros, A. de J. P. de. (Coord.) (1990). *Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas*. (14ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Bauman, Zygmunt. (1998/1999). *Globalização: as conseqüências humanas*. (M. Penchel.: Trad.,). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Original publicado em 1998)

Bernadis, M. G. (Coord.). Programa Rede de Projetos de Orientação Sexual: Sexualidade na Diversidade. Campinas, SP: Secretaria Municipal de Educação, 2005.

Bernadis, M. G., Pazini, A. H., Klein, E. A. (Coord.). Programa Rede de Projetos de Orientação Sexual: Compreendendo, respeitando a diversidade e as sexualidades. Campinas, SP: Secretaria Municipal de Educação, Departamento Pedagógico: Coordenadoria Setorial de Formação, 2005.

Bíblia. N. T. Primeira Carta aos Coríntios. Português. (2002). *Bíblia Sagrada*. Trad. Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB). 2 nd. São Paulo: Loyola.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: MEC, maio de 2007.

Caetano, L. M. (2009). *Dinâmicas para Reunião de Pais: Construindo a Parceria na Relação Escola e Família*. São Paulo: Paulinas.

Cantonné, J. P. (1994). *A Sexualidade, Ontem e Hoje*. (M. I. Koralek.: Trad., 2 sd.) São Paulo: Cortez.

Castro, J. M. Regattieri, M.(Coord.). (2009). *Interação Escola-Família: Subsídios para Práticas Escolares.* Brasília: UNESCO, MEC.

Castro, J. M., Regattieri, M. (Coord.). Interação: Escola Família: Subsídios para Práticas Escolares.Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

Chauí, M. (1987). *Repressão Sexual: esta nossa (des) conhecida*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1984)

Chauí, M. (1996). *Convite à Filosofia*. 7ª ed. São Paulo: Ática.

Cortella, M.S. (2011). *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. (14ª ed.). São Paulo: Cortez.

Costa, A. F. R.; Ribeiro, L. L. L. P.; Peres, M. P.; Ribeiro, R. C.; Rocha, V. (no prelo). A formação docente e os desafios da prática reflexiva. *In Revista Educação UFSM*.

Demo, P. (1991). *Pesquisa: princípio científico e educativo*. (2ª ed.). São Paulo: Cortez.

Demo, P. (2007). *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

Elias, N. (1990). *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. (R. Jungmann.: Trad., 1st, Vol.1) Lisboa: Dom Quixote. (Original publicado em 1939)

Engels, F. (1984/s.d.). *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. (C. Mioranza.: Trad., 2 nd, Vol.2) São Paulo: Escala. (Original publicado em 1984)

Fazenda, I. (1999). *Novos Enfoques da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez.

Fazenda, I. (Coord.) (1989). *Metodologia da Pesquisa Educacional*. (3ª ed.). São Paulo: Cortez.

Figueiredo, R. (2008). *Sexualidade, Prática Sexual na Adolescência e Prevenção de DST/AIDS e Gravidez não-planejada, Incluindo Contracepção de Emergência*. São Paulo: Instituto de Saúde.

Figueiredo, R. Sexualidade, prática sexual na adolescência e prevenção de DST/AIDS e gravidez não-planejada, incluindo contracepção de emergência. São Paulo: Instituto de Saúde, 2008.

Foucault, M. (2009). *História da Sexualidade III. O Cuidado de Si*. *(*M. T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque.: Trad., 10ª reimpressão, Vol.3). Rio de Janeiro: Graal. (Original publicado em 1984)

Foucault, M. (2010a). *História da Sexualidade I: A vontade de saber (*M. T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque.: Trad., 20ª reimpressão, Vol.1). Rio de Janeiro: Graal. (Original publicado em 1988)

Foucault, M. (2010b). *História da Sexualidade II. O Uso dos Prazeres*. *(*M. T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque.: Trad., 13 ed, 1ª reimpressão, Vol.2). Rio de Janeiro: Graal. (Original publicado em 1984)

Freire, P. (2007). *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra. (Original publicado em 1996)

Freud, S. (1915/1996). *O Inconsciente*. In: Edição Standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Trad. J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v 14.

Freud, S. (1915/1996). Repressão. (J. Salomão.: Trad., Vol 14, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915)

Freud, S. (2006). *Um Caso de Histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e Outros Trabalhos.* (J. Salomão.: Trad., Vol.VII, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905)

Freud, S. Repressão, 1915. In: _____. *A história do movimento psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 145-162. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

Gadotti. M. (1984). *Educação e poder: introdução à Pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez.

Gajardo, M. (1986). *Pesquisa Participante na América Latina*. (T. Pellegrini.: Trad.,). São Paulo: Brasiliense, S.A.

Gohn, M. G.(1999). Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismodo terceiro setor. São Paulo: Cortez.

Hobsbawn, E. J. (2001). *A Era do Capital: 1848-1875*. (L. C. Neto.: Trad., 8ª ed) Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original publicado em 1977)

JARES, Xesús R. (2008). *Pedagogia da Convivência*. (E. M. Santana.: Trad.) São Paulo: Palas Athena.

La Taille, Y. (2009). *Formação Ética: do Tédio ao Respeito de Si*. Porto Alegre: Artmed.

Laplanche J. & Pontalis J. (1991). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1967).

Löwy, M. (1989). *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. (5ª ed.). São Paulo: Cortez.

Ludke, M. & André, M. E. D. (1986). *A Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU.

Luna, S. V. de. (2000). *Planejamento de Pesquisa: uma introdução*. São Paulo, EDUC.

Marx, K. (1988). *O Capital,* livro I, Ed. Nova Cultural, São Paulo.

Medeiros, J. B. (2002). *Redação Científica: A prática de fichamentos, resumos, resenhas*. (4ª ed.). São Paulo: Atlas.

Minayo, M. C. S. (1994). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In M. C. S. Minayo (Org). *Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade*. (1st ed. pp.9-29). Petrópolis: Vozes.

Morin, E. (2000). *Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro.* (C.E. Silva & J. Sawaya.: Trad., 2nd., p.118) São Paulo: Cortez. (Original publicado em 1999)

Nogueira, M. A., Romanelli, G., Zago, N. (Coord.). *Família e Escola: Trajetórias de Escolarização em Camadas Médias e Populares*. (5ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Nogueira, M.A. (2005). *A Relação Escola-Família na Contemporaneidade: Fenômeno Social/Interrogações Sociológicas.* Análise Social, Lisboa, v. XL, n. 176, pp. 563-578.

Nóvoa, A. (2007). *Desafios do Trabalho do Professor no Mundo Contemporâneo.* Palestra proferida no Parlamento Latino-Americano (Parlatino) de São Paulo, em 05 de outubro de 2006. (versão publicada pela SINPRO/SP em janeiro de 2007)

Nunes, C. A. & SILVA, E. A. da. (1997). *Manifestações da Sexualidade da Criança*. Campinas: Século XXI.

Nunes, C. A. & SILVA, E. A. da. (2001). *A Educação Sexual da Criança*. Campinas: Autores Associados.

Nunes, C. A. (2005). *Desvendando a Sexualidade.* Campinas: Papirus.(Original publicado em 1987).

Pádua, E. M. M. de. (1997). *Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prática*. (4ª ed.). Campinas, SP: Papirus.

Parâmetros Curriculares Nacionais [PCN's]. (1997a). *Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.* Brasília: Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais [PCN's]. (1997b). *Orientação Sexual*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais [PCN's]. (1997c). *Pluralidade Cultural*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais [PCN's]. (1997d). *Temas Transversais*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental.

Paro, V. H. (2000). *Por dentro da Escola Pública*. 3ª ed. São Paulo, Xamã. (Original publicado em 1995)

Piaget, J. (1994). *O Juízo Moral na Criança.* (E. Leonardon.: Trad.) São Paulo: Summus. Original publicado em 1932).

Piaget, J. (2011). *Para onde vai a educação?* (I. Braga.:Trad., 20ª ed.) Rio de Janeiro: José Olympio. (Original publicado em 1948).

Ponce. A.(1986). *Educação e Luta de Classes*. Ed. Cortez, São Paulo.

PUCCI, Bruno; ZUIN, Antônio Álvaro Soares; Costa, Belarmino César Guimarães; PRESTES, Nadja Hermann; OLIVEIRA, Newton Ramos de; MARKERT, Werner; MAAR, Wolfgang Leo.(1994). *Teoria Crítica da Educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt.* Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: EDUFISCAR.

Rappaport, C. R., Fiori, W. R. & Davis, C. (2005a). *Psicologia do Desenvolvimento: A Idade Pré-Escolar. (*Vol.3, 15ª reimpressão). São Paulo: EPU. (Original publicado em 1981)

Rappaport, C. R., Fiori, W. R. & Davis, C. (2005b). *Psicologia do Desenvolvimento: A Infância Inicial: O Bebê e sua Mãe. (*Vol.2). São Paulo: EPU. (Original publicado em 1981)

Rappaport, C. R., Fiori, W. R. & Davis, C. (2005c). *Psicologia do Desenvolvimento: Teorias do desenvolvimento: Conceitos Fundamentais.* (Vol.1). São Paulo: EPU. (Original publicado em 1981)

Rappaport, C.R., Fiori, W.R. & Davis, C. (2005). *Psicologia do Desenvolvimento: A Idade Escolar e a Adolescência. (*Vol.4, 14ª reimpressão). São Paulo: EPU. (Original publicado em 1982)

Santos, B. S. (1989). *Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Graal.

Santos, B.S. (1996). *Para uma pedagogia do conflito*. In: SILVA, L.H. et al. *Novos mapas culturais:* novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina.

Saviani, D. (1985). *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. (8ª ed.) São Paulo: Cortez: Autores Associados. (Original publicado em 1983).

Saviani, D. (1997) *A nova lei da educação: Trajetória, limites e perspectivas*. São Paulo: Autores Associados.

Saviani, D. (2009). *Formação de Professores: Aspectos Históricos e Teóricos do Problema no Contexto Brasileiro*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação. Vol.14, nº 40.

Sayão, R.; Aquino, J. G. (2011). *Família: Modos de Usar*. 3ª Ed. Campinas, SP: Papirus.

Sayão, Y. (1997). Orientação Sexual na Escola: os territórios possíveis e necessários. In Aquino, J. G. (Coord.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. (pp.107-117) São Paulo: Summus.

Schön, D. A. (1983). *The reflective practitioner: how professsionals think in action*. USA: Basic Books.

Severino, A. J. (2002). *Metodologia do trabalho científico*. (22ª ed.). São Paulo: Cortez.

Soares, S. G. (2001). *Arquitetura da identidade sobre educação, ensino e aprendizagem*. São Paulo: Cortez.

Soares, S. G. (2003). *Educação e Interação Social*. Campinas, SP: Alínea.

Soares, S.G. (org.) (2006). *Cultura do Desafio: gestão de tecnologias de informação e comunicação no ensino superior*. Campinas, SP: Alínea.

Tanuri, L. M. (2000, Maio/Junho/Julho/Agosto). *História da Formação de Professores*. Revista Brasileira de Educação, (nº14, pp. 61-88). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Tardif, M. (2007). *Saberes Docentes e Formação Profissional*. 8ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Triviños, A. N. S. (2008). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Weber, Max. (2010). *A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo*. (J. M. M. Macedo.: Trad., 9ª reimpressão). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1904)

Weisz, T. (2006). *O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem*. (2ª nd.). São Paulo: Ática. (Original publicado em 1999).

Eletrônicas

Belucci, L. P. (2009). *Interação Da Família E Escola: Desafios Atuais*. [Resumo]. Dissertação apresentada ao Departamento de Educação da Universidade do Oeste Paulista para obtenção do grau de mestre, orientado por Levino Bertan, Presidente Prudente. Retirado a 21 de Dezembro de 2011 em http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20091733054010002P4.

Demo, P. Estudar. Quadrante Sociedade de Publicações Culturais. São Paulo. Disponível em: http://www.quadrante.com.br/Pages/serviçosImpressão.asp?id=290&categoria=Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. (2012). Acedido a 21 de Dezembro, 2011 de CAPES em www.capes.gov.br.

Portal da Saúde [SUS]. (2012) http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=124&CO_NOTICIA=11137. Acedido a 05 de Novembro, 2012 de http://portal.saude.gov.br

Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados [SEADE]. (2012) WWW.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php. Acedido a 08 de Novembro, 2012 de http://www.seade.gov.br.

Chaves, G. B. (2010). *A educação sexual e seus avessos.* [Resumo]. Dissertação apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Federal De Minas Gerais para obtenção do grau de mestre, orientada por Ana Lydia Bezerra Santiago, Belo Horizonte. Retirado a 21 de Dezembro de 2011 em

http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=201010232001010001P7.

Martin, S. A. F. (2010). *Educação Sexual na Escola: Concepções e Práticas de Professores*. [Resumo]. Dissertação apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Est.Paulista Júlio De Mesquita Filho/Pr.Prudente para a obtenção do grau de mestre, orientado por Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi, Presidente Prudente. Retirado a 21 de Dezembro de 2011 em http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20101633004129044P6.

Moizés, J. S. (2010). *Educação sexual, corpo e sexualidade na visão dos alunos e professores do ensino fundamental.* [Resumo]. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Enfermagem Psiquiátrica da Universidade De São Paulo/ Ribeirão Preto para a obtenção do grau de doutor, orientada por Sônia Maria Vilela Bueno, Ribeirão Preto. Retirado a 21 de Dezembro de 2011 em http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20101633002029016P9.

Nascimento, M. S. (2010). *Controle e silenciamento nas práticas discursivas sobre sexualidade em uma escola pública de João Pessoa/PB*. [Resumo]. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal Da Paraíba/João Pessoa para obtenção do grau de doutor, orientado por Adriano Azevedo Gomes de Léon, João Pessoa. Retirado a 21 de Dezembro de 2011 em http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20101824001015004P3.

Oliveira, S. M. (2010). *Práticas discursivas acerca da sexualidade humana na Rede Municipal de Ensino do Recife*. [Resumo]. Dissertação apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do grau de mestre, orientado por Francimar Martins Teixeira Macedo, Recife. Retirado a 21 de Dezembro de 2011 em http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20104625001019001P7.

Freitas, M. A. R. (2009). *Purpurina Na Terra Do Cangaço: Refletindo A Homossexualidade Na Escola*. [Resumo]. Dissertação apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Federal De Alagoas para obtenção do grau de mestre, orientada por Laura Cristina Vieira Pizzi, Maceió. Retirado a 21 de Dezembro de 2011 em http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20094126001012011P5.

Tuckmantel, M. M. (2009). *A educação sexual: mas qual? Diretrizes para formação de professores em uma perspectiva emancipatória*. [Resumo]. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Estadual De Campinas para a obtenção do grau de doutor, orientado por César Aparecido Nunes, Campinas. Retirado a 21 de Dezembro de 2011 em

http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2009328803300301700 1P2

Yano, K. M. (2009). *O desenvolvimento da sexualidade da criança em situação de risco*. [Resumo]. Dissertação apresentada ao Departamento de Enfermagem da Universidade De São Paulo para obtenção do grau de mestre, orientada por Moneda Oliveira Ribeiro, São Paulo. Retirado a 21 de Dezembro de 2011 em http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20091933002010083P2.

Braga, E. R. M. B. (2008). *Palavra, palavrões: um estudo sobre a repressão sexual com base na linguagem empregada para designar a genitália e práticas sexuais na cultura brasileira.* [Resumo]. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Est.Paulista Júlio De Mesquita Filho/Araraquara para a obtenção do grau de doutor, orientado por Paulo Rennes Marçal Ribeiro, Araraquara. Retirado a 21 de Dezembro de 2011 em http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20082433004030079P2.

Moizés, J. S. (2007). *A sexualidade na compreensão de professores do ensino fundamental*.[Resumo]. Dissertação apresentada ao Departamento de Enfermagem Psiquiátrica da Universidade de São Paulo/ Ribeirão Preto para obtenção do grau de mestre, orientada por Sônia Maria Vilela Bueno, Ribeirão Preto. Retirado a 21 de Dezembro de 2011 em http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2007833002029016P9.

Silva, S. (2007). *Educação em saúde: Políticas Públicas de saúde e educação como construção social*. [Resumo]. Dissertação apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Cidade de São Paulo para obtenção do grau de mestre, orientada por Edileine Vieira Machado, São Paulo. Retirado a 21 de Dezembro de 2011 em http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20071633052018003P8.

Cisotto, L. (2006). *Currículo: Prática Educativa e Sexualidade Condições Escolares para a Formação da Subjetividade não-Heterosexual de alunos (as) de Escola Católica da Zona Sul de São Paulo*. [Resumo]. Dissertação apresentada ao Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para obtenção do grau de mestre, orientado por Alípio Márcio Dias Casali, São Paulo. Retirado a 21 de Dezembro de 2011 em http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2006833005010003P1.

Sousa, B. S. A. (2006). *As Relações De Gênero Nas Políticas Públicas De Educação No Município De Belo Jardim - PE: Silêncio Ou Desvelamento?* [Resumo]. Dissertação apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Federal de

Pernambuco para obtenção do grau de mestre, orientada por Márcia Ângela da Silva Aguiar, Recife. Retirado a 21 de Dezembro de 2011 em http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20063125001019001P7.

Nóvoa, A. (1999, Janeiro/Junho). Os Professores na Virada do Milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas [versão eletrônica]. Educação e Pesquisa, 1, 11-20, Vol. 25. Retirado em 20 de Março de 2012 em http://www.scielo.br/pdf/ep/v25n1/v25n1a02.pdf

Tanuri, L. M. (2000, Maio/Junho/Julho/Agosto). História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n.º 14, pp. 61-88. Retirado em 20 de Março de 2012 em http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14_06_leonor_maria_tanuri.pdf.

Legislação:

Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília. Acedido em 06 de Setembro de 2012, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Decreto-Lei n.º 10/1835 de 10 de Abril. Decreto de Criação da Escola Normal.

Decreto-Lei n.º 5.884/33 de 21 de Abril. Código de Educação do Estado de São Paulo.

Decreto-Lei n.º 1.190/39 de 4 de Abril. Dá Organização à Faculdade de Filosofia.

Decreto-Lei n.º 8.530/46 de 2 de janeiro. Lei Orgânica do Ensino Normal.

Decreto-Lei n.º 4.024/61 de 20 de Dezembro. (Revogado). Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Decreto-Lei n.º 5.692/71 de 11 de Agosto. (Revogado). Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Decreto-Lei n.º 9.394/96 de 20 de Dezembro. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Decreto-Lei n.º 4.024/61 de 20 de Dezembro. (Revogado). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDBEN].

Decreto-Lei n.º 5.692/71 de 11 de Agosto. (Revogado). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDBEN].

Decreto-Lei n.º 8.069/1990 de 13 de Julho. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA].

Decreto-Lei n.º 5971/06 de 5 de Dezembro. Cria a unidade escolar 'E.M. Isabel Ribeiro Leal Leite'.

APÊNDICE

Apêndice I - Cronograma de atividades

Pesquisa Ação – Plano de Ação (Apresentado a Unidade Escolar)

1- Ação junto ao Corpo Docente e Equipe de Gestão da Unidade Escolar

Apresentação da Proposta de Pesquisa	
Data Primeira semana de junho 04 e 05 de junho	Apresentação do Projeto com tabulação da pesquisa do dia 11/02/2012
	Dinâmica;
	Primeira Sondagem: Quem se sente preparado e a vontade para trabalhar com a Orientação Educativa da Sexualidade na sala de aula? (Registro Escrito)

Apresentação da Contextualização Histórica do Tema	
Data Terceira semana de junho 18 e 19 de junho	Abordagem: Idade Antiga, Média, Moderna e Contemporânea.
	Roda de Conversa sobre como este tema é tratado no contexto familiar do grupo no período de sua infância, adolescência e juventude.
	Segunda Sondagem: O que cada um pensa sobre sexualidade atualmente e sua manifestação no âmbito da sociedade e da escola. (Registro Escrito)

Apresentação Conceitual	
Data Primeira semana de julho 02 e 03 de julho	Educação Sexual e Orientação Educativa da Sexualidade;
	Terceira Sondagem: (Registro Escrito) - Os professores que se sentem a vontade para abordar o tema em sala de aula: Qual o ponto de partida para abordar o tema com os alunos? Que indicadores sinalizam que é o momento para se conversar sobre um determinado aspecto do tema? Qual a reação e envolvimento dos alunos? Como reage ou participa o grupo familiar ou responsável? - Os professores que não se sentem a vontade para abordar o tema em sala de aula: Quais as dificuldades que encontra para abordar o assunto em sala de aula? O que precisaria para abordar o tema com seus alunos?

Apresentação do Tema	
Data Quarta semana de julho 23 e 24 de julho	PCN (Tema Transversal); LDB; Constituição Federal de 1988; ECA.
	Quarta Sondagem: (Registro Escrito) O que compete à escola no tocante do tema no processo pedagógico e na orientação educacional.

Apresentação do Tema Sexualidade no âmbito	
Data Segunda semana de agosto 06 e 07 de agosto	PPP da Unidade Escolar; Relação Família e Escola (a partir de uma pesquisa realizada com uma turma de alunos e seus familiares, demonstrando os assuntos de interesse dos alunos e assuntos de interesse dos responsáveis).
	Quinta Sondagem: (Registro Escrito) Que ações podem ser realizadas no âmbito escolar para uma efetiva “Orientação Educativa da Sexualidade”?

Fechamento	
Data Terceira semana de setembro 17 e 18 de setembro	Roda de Conversa sobre os encontros realizados.
	Entrega de todos os registros do professor para que em posse dos mesmos reflita sobre o percurso realizado e que avaliação ele faz (oral).

2- Ações junto aos alunos

Última semana de maio 28 e 29 de maio	Sondagem com os alunos sobre os assuntos de interesse (em sala de aula)
	Sondagem com os responsáveis sobre os assuntos de interesse, para participar de uma palestra na escola. (via bilhete com auxílio das crianças)

Primeira Semana de Setembro 03 e 04 de setembro	Roda de Conversa sobre assuntos de interesse (em sala de aula)

Apêndice II - Termo de consentimento da pesquisa na unidade escolar

GRUPO LUSÓFONA I CONSTRUIR FUTURO

Palácio de Santa Helena, Largo do Sequeira, nº7,
1100 – 587 Lisboa
tlf: (+351) 218 862 042, ext. 4121

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu compreendo os direitos do participante desta pesquisa intitulada **"ESCOLA, FAMÍLIA E EDUCAÇÃO DA SEXUALIDADE",** orientada pela **Profa. Dra. Suely Aparecida Galli Soares** e que tem como pesquisador responsável **Lisliê Lúcia Lima Pereira Ribeiro** da Escola Superior de Educação Almeida Garrett (http://www.eseag.pt), que pode ser contatado pelo e-mail: lislielucia@ig.com.br telefone (11) 97295-4946. Autorizo a abordagem do tema com os professores nos Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) e nas salas de aula do 5º ano, no corrente ano letivo de 2012, com participação também dos alunos em algumas atividades. Compreendo a sua razão de ser deste estudo e o responsável pela pesquisa garante o sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos no tratamento dos dados na pesquisa. Receberei uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

_____

Lisliê Lúcia Lima Pereira Ribeiro

Cotia, 21 de Maio de 2012.

Assinatura do Responsável

Apêndice III - Termo de autorização de uso de imagem

GRUPO LUSÓFONA I CONSTRUIR FUTURO

Palácio de Santa Helena, Largo do Sequeira, nº7,
1100 – 587 Lisboa
tlf: (+351) 218 862 042, ext. 4121

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Nome:_____, nacionalidade: _____,
Idade:_____, escola: _____,
Neste ato devidamente representado por seu (sua) responsável legal : _____
_____,nacionalidade: _____,
estado civil: _____, RG nº: _____,
inscrito no CPF: _____, residente à Rua : _____
_____, nº: _____, cidade: _____,
U.F: _____, AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para serem utilizadas em divulgações e vídeos pela Prefeitura do Município de Cotia, com sede à Avenida Manoel José Pedroso, nº 1347, Jardim Nomura, Cep: 06717-110, cidade de Cotia – SP, inscrita no C.N.P.J. 46.523.049/0001-20, sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou apenas para os alunos da escola.
A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional das seguintes formas: (I) out-door, (II) bus-door, folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros).
Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Cotia, _____ de _____ de 20____.

Nome: _____
Nome do responsável legal: _____
Telefone para contato: _____

Apêndice IV - Pesquisa com os alunos

Pesquisa Educacional com os alunos do 5° Ano A

Querido Aluno,

Solicitamos a sua participação nesta pesquisa educacional. A Equipe Escolar deseja conhecer um pouco mais sobre os assuntos que são do seu interesse. Pretendemos saber quais são para esclarecermos suas dúvidas e curiosidades. Pedimos para que marque com "X" duas opções que são do seu maior interesse.

( ) Diferenças entre meninos e meninas _____;

( ) Combinados entre a escola e os pais;

( ) Direitos e Deveres das crianças;

( ) Amizade, Paquera, Namoro;

( ) Jogos e Brincadeiras;

( ) Outro _____;

Apêndice V - Pesquisa com as famílias dos alunos

Pesquisa Educacional com Familiares do 5° Ano A

Senhores Pais ou Responsável,

Solicitamos a sua participação nesta pesquisa. A Equipe Escolar está viabilizando a realização de um momento formativo a realizar-se em um dia de sábado pela manhã.

Listamos algumas opções de temas para serem abordados neste dia, tendo em vista a importância da parceria entre Família e Escola para o melhor desenvolvimento e formação das crianças.

Pedimos para que marque com “X” duas opções que são do seu maior interesse:

( ) Planejamento Familiar;
( ) Orientação Educativa da Sexualidade no âmbito familiar e escolar;
( ) Doenças sexualmente transmissíveis;
( ) Estatuto da Criança e do Adolescente;
( ) Direitos do Consumidor;
( ) Cidadania;
( ) Outro _____;

Desde já agradecemos.

Apêndice VI - Carta aos pais e/ou responsáveis

Senhores Pais e/ou Responsáveis

A Equipe Escolar no intuito de fortalecer e estreitar os laços da Relação Família e Escola está realizando uma breve pesquisa.

Desejamos saber um pouco mais sobre o interesse dos pais e/ou responsáveis dos alunos desta unidade escolar sobre alguns temas para que possamos abordá-los em momentos de reuniões, formação e troca de experiência entre pais e mestres.

Informamos que a abordagem dos temas será por meio de palestras e rodas de conversas ministradas por profissionais especialistas e/ou pesquisadores sobre o assunto eleito como prioridade.

Desde já agradecemos a sua colaboração e contamos com sua participação efetiva.

Atenciosamente a Direção.

Apêndice VII - Pesquisa do dia da palestra

Ação junto ao Corpo Docente, Equipe de Gestão da Unidade Escolar e Pais e/ou Responsáveis dos Alunos

Dados do entrevistado:

( ) Pai ( ) Mãe Foi Pai ou Mãe com _____ anos.

Número de filhos:_____

Quantos Meninos: _____Quantas Meninas:_____

Idade dos meninos: _____ Idade das meninas:_____

A) Em sua infância e adolescência com quem você conversava sobre sexualidade?

( ) Família ( ) Amigos ( ) Escola/Prof. ( ) Outros_____

B) Você considera importante que haja uma orientação educativa da sexualidade?

Na Infância ( ) Sim ( ) Não Na Adolescência ( ) Sim Não ( )

Por quê? _____

_____

_____

C) Você considera que este tema deva ser abordado:

( ) Exclusivamente no meio familiar

( ) Na Escola

( ) Na Família e na Escola: em parceria

Por quê? _____

_____

_____

D) Você considera que a relação família e escola têm como contribuir para a orientação educativa da sexualidade? ( ) Sim ( ) Não

Destaque ao menos três (03) contribuições:

_____

_____

Obrigada pela participação.

Professora Lisliê.

Apêndice VIII - Proposta de trabalho para a unidade escolar

Para uma Orientação Educativa da Sexualidade

Professora Lisliê Lúcia Lima Pereira Ribeiro

Esse documento apresenta uma proposta de trabalho com o objetivo de promover a Orientação Educativa da Sexualidade na escola, integrando-se ao currículo e demais ações previstas no seu Projeto Político Pedagógico. É fruto da pesquisa de mestrado intitulada "Escola, Família e Educação da Sexualidade" e está aberto à análise e críticas que venham adequar às demandas da família e da escola, elevando a qualidade social da relação escola e família em nome da educação transformadora.

Projeto OES (Orientação Educativa da Sexualidade)

INTRODUÇÃO

A busca contínua pelo fortalecimento da relação família e escola em prol do desenvolvimento integral da criança e do trabalho pedagógico, se manifesta nesse trabalho com a orientação educativa da sexualidade que requer um entendimento mais preciso sobre a formação necessária desses dois elementos família escola, responsáveis pela criança e educadores escolares, para o convívio com a diversidade. Desta forma, no contexto da educação da sexualidade, encontramos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), de Orientação Sexual, o seguinte:

> "O professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto dos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática..." (PCN, 1997, p. 84)

Percebemos que é necessário o educador ter uma formação específica e continuada para conduzir o trabalho de orientação sexual, bem como romper com paradigmas educacionais que colocam o foco da gestão educacional em ações estanques, esporádicas e não nos processos contínuos, democratizadores da relação escola e família em seu cotidiano.

A questão da diversidade no âmbito da orientação educativa da sexualidade é abrangente e, apesar de muito se falar a respeito na sociedade em geral e no cotidiano escolar, essas informações nem sempre são "verdadeiras" ou contextualizadas. O senso comum de certo modo, deturpa o sentido amplo da "diversidade" ao enfatizar o aspecto da sensualidade, erotismo sexual do indivíduo na sociedade contemporânea, num duplo

movimento de informação e desinformação. Isso fica evidente no contexto escolar, onde se ouve várias discussões e não sabem como lidar com elas. Em contra partida, há uma parcela de professores que preferem não abordar o assunto por receio de não corresponder às expectativas da instituição de ensino, ou por sentir-se despreparado para tal, além da insegurança diante da reação da família.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de buscar formas de desenvolver a orientação da sexualidade em parceria escola e família, amparados pela lei nº 9.394/96, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, juntamente com os PCN's, em seus temas transversais, exigem estudos e investigações cujos resultados podem trazer contribuições para a escola, para a família, sobretudo para a criança, sujeito do processo educativo.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver um trabalho pedagógico cooperativo entre escola e família, ressaltando a importância deste vínculo na orientação educativa da sexualidade da criança.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fortalecer a relação família-escola na unidade escolar, na perspectiva da orientação da sexualidade;

- Identificar junto aos educadores as dificuldades relacionadas ao tema sexualidade e desenvolver junto aos mesmos momentos educativos sobre o tema, possibilitando-lhes conhecimento para abordar a sexualidade no cotidiano escolar;

- Discutir a questão da sexualidade e gênero com os pais, professores e alunos;

- Propiciar uma prática reflexiva entre escola e família, tendo em vista o desenvolvimento integral do aluno.

PÚBLICO ALVO

Equipe escolar, pais e/ou responsáveis, alunos.

EMBASAMENTO TEÓRICO

Nos dias atuais, na mesma proporção em que o acesso à educação se amplia para a população em geral, aumenta o desafio de uma educação de qualidade relacionada com a formação integral do ser humano visando sua liberdade e autonomia, aliadas à participação social inclusiva.

Assim, com o intuito de proporcionar uma formação integral do ser humano, a orientação educativa da sexualidade se insere como aquela que contribui para que o educador amplie seus conhecimentos, ao mesmo tempo em que favorece a compreensão dessa temática no contexto escolar, com um olhar crítico e reflexivo.

Para tanto, considerar os estudos de Foucault, Freud e Nunes a fim de nos auxiliar em um projeto para a orientação educativa da sexualidade, torna-se necessário.

Foucault realiza seus estudos sobre a história da sexualidade ocidental, pesquisa a sexualidade, nos dando compreendê-la a partir das relações de poder, de acordo com cada época, considerando as condições socioeconômicas e culturais.

Freud revela em suas pesquisas como o psiquismo humano funciona por meio das instâncias psíquicas: o inconsciente, o consciente e o pré-consciente, ou, o Id, o Ego e o Superego.

Ele mostra como a sexualidade está presente em todos os momentos da nossa vida, desde o nascimento. Também demonstra como a curiosidade infantil está relacionada com a sexualidade, uma vez que é por meio da curiosidade que começamos a questionar, a pensar, a construir conhecimentos e relações, construídas desse modo o vínculo com o saber.

Nunes defende uma educação sexual humanista, crítica e emancipatória, em que as manifestações da sexualidade infantil sejam vistas e compreendidas como algo natural, saudável e parte da condição humana.

Neste contexto, a escola sendo uma instituição social que visa à formação integral do ser humano, tem o compromisso de contribuir para o amadurecimento das crianças e de suas relações pessoais e interpessoais, bem como desenvolver o respeito com a diversidade e a busca pelo conhecimento, sempre em parceria com a família.

QUADRO DE AÇÕES SUGERIDAS

O QUÊ	**QUEM**	**QUANDO**	**COMO**
Planejamento das ações para o ano letivo	Equipe Escolar, em posse de sugestões e opinião dos pais e/ou responsáveis.	Reunião pedagógica	Ouvir a opinião de cada membro da equipe escolar e, a partir de um consenso, estabelecer as ações, metas e plano de trabalho
Formação Contínua do corpo docente	Equipe de Gestão e Corpo Docente	H.T.P.C.	Estudo coletivo e debate sobre as questões inerentes ao tema em questão;

			Apresentação e socialização de leituras, vídeos, sugestões de atividades práticas com os alunos;
Momentos Formativos com os pais e/ou responsáveis	Equipe Escolar e Profissional da Saúde	Reuniões de Pais e/ou outro momento oportuno	Atividade Pedagógica Prática (sugestão anexa), Palestras, Oficinas, Work shop;
Atividade Interdisciplinar e Rodas de Conversa	Professores e Alunos; Profissional da Saúde e Alunos; Psicólogo Educacional e alunos;	Momentos regulares de aula e/ou momentos estabelecidos especificamente para essa abordagem com os alunos	Roda de conversa com todos os alunos de uma determinada classe; Rodas de conversa só com as meninas e só com os meninos de uma mesma classe; Leituras coletivas; Filmes temáticos.

QUADRO DE PROGRAMAÇÃO PRÁTICA:

	Encontros	**Recurso didático**	**Conteúdo abordado**	**Atividade Prática**	**Indicador**
Primeiro Mês	1º Encontro com Pais	Texto Reflexivo: As atitudes dos pais e educadores frente à sexualidade das crianças (Nunes, C. A.)	Importância da orientação educativa da Sexualidade em parceria: Escola e Família	Roda de conversa e apresentação da proposta de trabalho da escola, aberto a sugestões. Levantamento do assunto de interesse para o próximo encontro.	Aceitação e interesse dos pais pela proposta apresentada.
	1º Reunião Pedagógica	Livreto: Que confusão – Por que é tão difícil falar sobre sexo?	Como abordar esta temática	Leitura e interpretação, roda de conversa	Pré-disposição em trabalhar cooperativamente com a equipe escolar.
	1º Encontro com alunos	Música: De umbigo a umbigo (Toquinho)	Explorar a questão da concepção e evolução do feto	Roda de conversa, apreciação musical, ilustração da temática abordada.	Participação e interesse pela temática.

	2º Encontro com alunos	Livro: Mamãe botou um ovo (Babette Cole)	Explorar a questão da gravidez, nascimento, relacionamento pais e filhos	Leitura e interpretação, Roda de conversa, dramatização teatral.	Participação e interesse pela temática.
	3º Encontro com alunos	Filme: Olha quem está falando	Relacionamento familiar, gravidez e nascimento.	Cine pipoca, roda de conversa e produção textual.	Participação e interesse pela temática, registro dos alunos.
	1º Socialização docente	HTPC	Socialização das atividades desenvolvidas e avaliação dos resultados manifestados pelas crianças	Discussão reflexiva sobre o trabalho desenvolvido com os alunos e planejamento das próximas ações.	Envolvimento com o trabalho desenvolvido cooperativamente pela equipe escolar e apresentação de novas sugestões e propostas.
Segundo mês	4º Encontro com alunos	Música: Cada um é como é (Toquinho)	Explorar a questão de gênero e papéis subentendidos na sociedade.	Roda de conversa, apreciação musical, ilustração da temática abordada.	Participação e interesse pela temática, registro dos alunos.
	5º Encontro com alunos	Livro: Menino brinca de boneca? (Marcos Ribeiro)	Explorar a questão de gênero e a diversidade	Leitura e interpretação, Roda de conversa, dramatização teatral.	Participação e interesse pela temática, registro dos alunos.
	6º Encontro com alunos	Filme Mulan I	Explorar a questão de gênero, a diversidade e estereótipos sociais.	Cine pipoca, roda de conversa e produção textual.	Participação e interesse pela temática, registro dos alunos.
	2º Socialização docente	HTPC	Socialização das atividades desenvolvidas e avaliação dos resultados manifestados pelas crianças	Discussão reflexiva sobre o trabalho desenvolvido com os alunos e planejamento das próximas ações.	Envolvimento com o trabalho desenvolvido cooperativamente pela equipe escolar e apresentação de novas sugestões e propostas.
	2º Encontro com Pais	Palestra com profissional da Saúde	Métodos contraceptivos e planejamento familiar.	Exposição oral, roda de conversa, slides, demonstração	Participação e interesse pela temática abordada.

				dos materiais utilizados nos métodos contraceptivos.	

A partir do quadro prático acima explicitado, a equipe escolar poderá elaborar a continuidade da proposta tendo em vista os desdobramentos do trabalho desenvolvido. Listamos na sequência uma série de suplementos de materiais (filmes, músicas e livros) para subsidiar a continuidade da elaboração do quadro de atividades práticas.

SUGESTÃO DE FILMES:

Espanta Tubarões – explorar a questão dos estereótipos (forte/fraco, ser diferente.);

Mulan II - explorar a questão do gênero;

A Bela e a Fera - explorar a questão dos estereótipos (bonito/feio, bom/mau...);

Shrek I - explorar a questão dos estereótipos (bonito/feio, bom/mau...);

Educação Sexual. Coleção de DVD's. Nunes, C. A. – Composto por quatro DVD's direcionados aos profissionais da educação e pais:

Educação Sexual 1: Uma educação emancipatória;

Educação Sexual 2: Os primeiros 4 anos;

Educação Sexual 3: De 5 a 9 anos;

Educação Sexual 4: De 10 a 14 anos;

Billy Elliot, de Stephen Daldry – explorar a questão de gênero;

Brokeback Mountain, de Ang Lee – explorar a questão do preconceito aos homoafetivos.

SUGESTÃO DE MÚSICAS:

Deveres e Direitos, Toquinho - explorar a questão do preconceito, direitos e igualdade, amizade;

O que será (A Flor da Terra), Chico Buarque – explorar a questão da sexualidade não dita;

A Via Láctea, Renato Russo – explorar a questão da AIDS e DST's;

Ideologia, Cazuza – explorar a questão da AIDS e DST's.

SUGESTÃO DE LIVROS:

Mamãe nunca me contou, Babette Cole;

Tudo bem ser diferente; Todd Par;

A bela e a fera, editora DCL;

Ceci tem pipi? Heloísa Jahn e Thierry Lenain;

Coleção Sexo e Sexualidade, Cida Lopes (coleção composta por 12 livretos explicativos sobre a sexualidade) Sexo e Sexualidade – Que bicho é este?
Adolescência – Feliz...idade
Aparelho Reprodutor – Algumas diferenças e muitas semelhanças
Puberdade – De lagarta à borboleta
Relação Sexual – quando o amor faz a diferença
Fecundação – O casamento perfeito entre o óvulo e o espermatozóide
Gravidez – A magia da vida
Gêmeos – Caixinha de surpresa
Nem tão rosa, nem tão azul – Ser menino e ser menina
Parto – Na hora "H"
Perguntas e respostas – quem pergunta quer saber

RESULTADOS ESPERADOS

Proporcionar à família e à escola novos elementos para a reflexão sobre educação e sexualidade, apontando as necessidades de adequação no Projeto Político Pedagógico em sua transdisciplinaridade escolar e participação da família no trabalho realizado pela escola, apoiando e estabelecendo uma parceria educativa com a mesma, em prol do desenvolvimento integral do aluno.

AVALIAÇÃO

A avaliação desta proposta/projeto necessita ser contínua e transcrita em relatórios a partir das observações e vivências.

Escuta da opinião da criança e seus familiares, se possível seguida de registro pelo professor e/ou coordenação pedagógica, com foco na melhoria da comunicação entre os sujeitos implicados neste processo formativo.

Registro por meio de um portfólio que agregue o material recolhido e/ou produzido durante o trabalho desenvolvido com a equipe escolar, familiares e alunos.

Observação: Para a realização dessa proposta ou sua inserção no Projeto Político Pedagógico da escola, se faz necessária uma reunião para esclarecimentos, atualização e adequações, além de uma formação para os professores e funcionários envolvidos. Para essas duas ações, nos colocamos à disposição na qualidade de pesquisadora e formadora

Profa. Lisliê

BIBLIOGRAFIA

Nunes, C. A. (2005). *Desvendando a Sexualidade.* Campinas: Papirus.(Original publicado em 1987).

Nunes, C. A. & SILVA, E. A. da. (1997). *Manifestações da Sexualidade da Criança*. Campinas: Século XXI.

Nunes, C. A. & SILVA, E. A. da. (2001). *A Educação Sexual da Criança*. Campinas: Autores Associados.

Decreto-Lei n.º 9.394/96 de 20 de Dezembro. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDBEN].

Parâmetros Curriculares Nacionais [PCN's]. (1997a). *Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.* Brasília: Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais [PCN's]. (1997d). *Temas Transversais*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais [PCN's]. (1997c). *Pluralidade Cultural*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais [PCN's]. (1997b). *Orientação Sexual*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental.

Foucault, M. (2010a). *História da Sexualidade I: A vontade de saber (*M. T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque.: Trad., 20ª reimpressão, Vol.1). Rio de Janeiro: Graal. (Original publicado em 1988)

Freud, S. (2006). *Um Caso de Histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e Outros Trabalhos.* (J. Salomão.: Trad., Vol.VII, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905)

ANEXOS

Anexo I - Texto Reflexivo do livro “Cultura do Desafio”, Suely Galli Soares, pp.22-24)

Um Projeto Pedagógico de Natureza Educativa Autônoma e Cidadã

Como plano global da instituição educacional, o projeto pedagógico ou projeto educativo deve ser fruto de uma construção participativa que envolve a comunidade num resgate do sentido e do significado humano, social e científico da educação direcionada a um processo de construção da cidadania plena.

A necessidade e a importância do projeto pedagógico advêm da constatação da educação como fenômeno inserido nos conflitos e contradições que emanam da dinâmica da sociedade, exigindo-se da instituição educacional que declare sua intenção em relação à formação do indivíduo, que revele sua concepção de homem, de mundo, de cidadania e de transformação social pela educação e formação do sujeito histórico.

A relevância da prática pedagógica, do fazer cotidiano, caracteriza-se por uma dinâmica em que comumente se considera que tudo vai bem quando os professores estão todos trabalhando com os alunos, a administração cumprindo suas metas de controle de recursos e gestão de pessoas, diminuindo ou camuflando a importância da reflexão sistematizada, científica e participativa sobre o fazer cotidiano. Um projeto pedagógico vivo reduz os riscos de uma atuação isolada, fragmentada sem vínculos, por um condicionamento das pressões ideológicas e rotinas burocratizadas, eleva as condições e motivações para a realização consciente pautada na ação-reflexão-ação, práxis e produção processual de conhecimento, convalidando a avaliação mediadora e recriadora dos processos a partir do erro e das reflexões por ele geradas.

O Projeto Pedagógico deve ser caminho feito na caminhada, contextualizado e coerente com os planos de desenvolvimento institucional em todas as direções, tornando claros sua força e seus limites, definindo a exigência de flexibilidade e as adequações refletidas historicamente. (...)

A ausência de desejo se mostra em ambientes e instituições desmotivadores de iniciativas de pesquisa e de novas metodologias que agregam valores à produção de conhecimento. O atropelo por excesso de incumbências burocráticas delegadas ao professor e a ausência de espaços de discussão e de socialização das práticas influenciam na qualidade dessa matéria-prima da qual fala o autor como indispensável para que a teoria ou as concepções educacionais presentes se tornem força material, que constrói e guia a caminhada dos caminhantes.

Para isso, o projeto deve aglutinar as pessoas em torno dos objetivos da causa comum: a educação e a formação ampla do educando; tornar-se canal de participação efetiva; caracterizar um referencial de conjunto na caminhada coletiva dos envolvidos; motivar a conquista e a consolidação de metodologias inovadoras que assegurem a

autonomia pedagógica institucional; assumir caráter de transformação da realidade incentivando utopias que iluminam novas possibilidades educacionais; colaborar e motivar para a formação continuada dos participantes em cada uma de suas fases e etapas.

No bojo dessas reflexões, é premente enfocar o Projeto Político Pedagógico Institucional que, por princípio, deve estabelecer um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas em busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, apesar de que, mesmo construindo corretamente, não garante melhor qualidade à Instituição, mas certamente permitirá que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira coerente as dificuldades identificadas.

Ao se constituir em um processo democrático de decisões, o projeto político pedagógico rompe com as relações burocráticas existentes no interior da escola ou instituição. Com isso, a sua construção passa pela questão da autonomia, de sua capacidade de delinear a própria identidade, deixando entrever seu comprometimento com a busca da qualidade da educação que se propõe a trabalhar. (...)

Anexo II – Texto Reflexivo do livro “As manifestações da sexualidade da criança”, César Nunes e Edna Silva, pp. 120-122)

As atitudes dos pais e educadores frente à sexualidade das crianças

Seria considerada didaticamente possível uma separação metodológica das principais ações, atos e atitudes dos pais e dos educadores frente às manifestações da sexualidade das crianças. Entendemos aqui o termo “atitude” como um conjunto intencional de atos ou ações, fundados em concepções e valores preliminares que os justificam e legitimam, muito além dos estreitos limites da facticidade dos meros atos casuísticos, presos a uma pragmática do existir. As atitudes inferem horizontes de sentido e razões causais que perscrutam sua conformidade e lhes fornecem possibilidades de inúmeras interpretações.

Poderíamos elencar as principais atitudes dos pais, calcadas sobre as primeiras manifestações da sexualidade de seus filhos e, com um pouco mais de criteriosa observação, lograr tipificar as atitudes dominantes da prática destes educadores. As responsabilidades institucionais respectivas poderiam diferenciar os contornos destas intervenções, separando supostamente o alcance da intervenção fundante dos pais na personalidade das crianças e o caráter casual do seu convívio com o mundo escolar e consequentemente com o universo de influência dos mestres e professores.

Mas, se fossemos considerar seu suporte e suas especificidades estruturais, comparadas a luz das finalidades globais dos processos civilizatórios e educacionais destas instituições sociais, as duas realidades seriam passíveis de serem agrupadas na mesma matriz social e histórica, visto que a mesma sociedade engendra as instituições e determina, em sua intencionalidade final, os atributos e prerrogativas que circunscrevem o próprio ser dos pais e dos seus mais diretos sucessores, os educadores.

Pais e educadores estão unidos pela mesma responsabilidade social de gerar, preparar, enquadrar e habilitar as novas gerações ao convívio e reprodução material e simbólica do grupo social a que pertencem. Nesta sua responsabilidade institucional é que radicam as formas de supostas alianças entre o saber sexual transmitido pela família e aquelas informações e padrões de reforço exigidos pela escola em sua conformação com as finalidades mais complexas da construção social de comportamentos delimitados.

A tipologia das atitudes, aqui descritas e buscadas, não quer ser uma mera definição modelar, fixista, estereotipada, que pudesse rotular as principais manifestações idiossincráticas tanto de pais e educadores numa vala comum ou ainda definir estreitamente sua potencialidade de produzir padrões ético-comportamentais e garantir suas vinculações orgânicas. Quer outrossim, qualificar estas atitudes e esclarecer seu movimento de social de modo a dar conta de sua arbitrariedade e precariedade histórica, o que livra exatamente as pessoas e suas possibilidades de intervenção no mundo, do determinismo paralizante e

cético ou ainda seja capaz de abrir utópicas experiências, facultando-nos o privilégio de pensarmos várias e novas perspectivas de vivência social e afetiva.

O propósito de juntar ações e descrever suas fundamentações quer aqui sensibilizar a todos, pais e educadores, para a realidade e consciência de que somos todos tributários de uma determinada vivência cultural e construção social, sem neutralidade e com muito pouca originalidade, e não será no campo do voluntarismo e nas intenções idealistas que seremos capazes de superar as atuais formas de compreender a sexualidade e as expressões sociais e subjetivas do amor, em nós próprios e em nossas crianças, sem um recurso ao messianismo consolador ou a formas exóticas de sua possível existência ou suposição.